

Índice

Índice.....	2
Índice de Cartas.....	4
Índice de Quadros.....	6
Índice de Gráficos.....	8
INTRODUÇÃO.....	9
CADERNO I – PLANO DE ACÇÃO.....	12
1. Enquadramento do PMDFCI no âmbito do sistema de gestão territorial e no Plano Nacional de Prevenção de Prevenção da Floresta Contra Incêndios Florestais.....	12
2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território.....	14
2.1. Carta dos Combustíveis Florestais.....	14
2.2.1. Carta de Perigosidade	15
2.2.2. Carta de Risco de Incêndio	16
2.3. Carta de Prioridade de Defesa.....	17
3. Eixos Estratégicos.....	17
3.1. Eixo Estratégico I - Aumento da resiliência do território aos Incêndios Florestais	18
3.1.1. Levantamento da rede regional de defesa da floresta contra incêndios.....	19
3.1.1.1. Rede de faixas de gestão de combustível e mosaico de parcelas de gestão de combustível.....	19
3.1.1.2. Acções de silvicultura nas faixas de gestão de combustível validadas.....	24
3.1.2. Rede Viária	24
3.1.3. Rede de pontos de água	27
3.1.4. Silvicultura Preventiva.....	33
3.1.5. Construção e manutenção da rede de defesa da floresta contra incêndios.....	33
3.1.6. Intervenções preconizadas nos programas de acção.....	44
3.1.7. Programa Operacional, Metas, Responsabilidades e Orçamento.....	47
3.2. Eixo Estratégico II – Reduzir a incidência dos incêndios.....	51
3.2.1. Sensibilização	51
3.2.2. Fiscalização	53
3.2.3 Programa Operacional.....	54
3.3. Eixo Estratégico III – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios.....	57
3.3.1. Meios e Recursos.....	60
3.3.2. Dispositivos Operacionais DFCI.....	62
3.3.2.1 Sistemas de Alerta.....	62
3.3.3 Programa Operacional.....	70
3.4. Eixo Estratégico IV – Recuperação e reabilitação dos ecossistemas	74
3.5. Eixo Estratégico V – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz.....	77
3.5.1. Responsabilidade e Competências.....	82
3.5.2. Programa Operacional – Custos Totais	83
3.5.3. Período de Vigência do Plano.....	83

CADERNO II – INFORMAÇÃO BASE.....	84
1. Caracterização física	84
1.1. Enquadramento geográfico	84
1.2. Hipsometria.....	85
1.3. Declive	86
1.4. Exposição de encostas.....	87
1.5. Hidrografia.....	89
2. Caracterização Climática.....	90
2.1. Rede Climatológica.....	90
2.2. Temperatura	92
2.3. Humidade	93
2.4. Precipitação.....	94
2.5. Ventos Dominantes	96
3. Caracterização da População.....	97
3.1. População Residente e Densidade Populacional.....	97
3.2. Índice de Envelhecimento da população.....	99
3.3. População por Sector de Actividade	100
3.4. Taxa de Analfabetismo	102
4. Parâmetros Considerados para a Caracterização do Uso do Solo e Zonas Especiais.....	103
4.1. Ocupação do Solo	103
4.2. Povoamentos Florestais	108
4.3 Zona de Protecção Especial	111
4.4 Instrumentos de Gestão Florestal.....	111
4.5. Zonas de Recreio Florestal, Caça e Pesca.....	111
4.6. Romarias e Festas	113
5. Análise do Histórico e da Causalidade dos Incêndios Florestais.....	115
5.1. Área Ardida e Ocorrências	115
5.1.1. Distribuição Anual.....	116
5.1.2. Distribuição Mensal.....	118
5.1.3. Distribuição Semanal.....	119
5.1.4. Distribuição Diária	119
5.1.5. Distribuição Horária	120
5.2. Área Ardida por Tipo de Coberto Vegetal.....	121
5.3. Área Ardida e Número de Ocorrências por Classes de Extensão	122
5.4. Grandes Incêndios.....	122
5.4.1. Distribuição Anual.....	122
5.4.2. Distribuição Mensal.....	124
5.4.3. Distribuição Semanal.....	125
5.4.4. Distribuição Horária	125
5.5. Pontos de Início e Causas	126
5.6. Fontes de alerta	127
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	130
ANEXOS	

Índice de Cartas

Carta 1 – Carta de combustíveis florestais.....	14
Carta 2 - Carta de Perigosidade.....	15
Carta 3 - Carta de Risco de Incêndio	16
Carta 4 - Carta de Prioridades de Defesa.....	17
Carta 5 - Carta de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível do Concelho.....	20
Carta 6 – Carta de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível-Freguesia de Campo.....	21
Carta 7 – Carta de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível – Freguesia de Campinho.....	21
Carta 8 – Carta de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível – Freguesia de Corval.....	22
Carta 9 – Carta de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível – Freguesia de Monsaraz.....	22
Carta 10 – Carta de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustível - Freguesia de Reguengos de Monsaraz.....	23
Carta 11– Carta da rede viária	26
Carta 12 – Carta de rede de pontos de água.....	27
Carta 13 – Carta de construção e manutenção de faixas de gestão de combustível para 2009- 2013.....	33
Carta 14 - Carta de construção e manutenção de faixas de gestão de combustível para 2009.....	34
Carta 15 - Carta de construção e manutenção de faixas de gestão de combustível para 2011.....	34
Carta 16 - Carta de construção e manutenção de faixas de gestão de combustível para 2013.....	35
Carta 17 – Carta de construção e manutenção da rede viária 2009-2013.....	38
Carta 18 – Carta de construção e manutenção da rede viária 2009.....	39
Carta 19 – Carta de construção e manutenção da rede viária 2011.....	39
Carta 20 – Carta de construção e manutenção da rede viária 2013.....	40
Carta 21 – Carta de construção e manutenção da rede de pontos de água para 2009-2013.....	44
Carta 22 – Carta de intervenções preconizadas nos programas de acção para 2009.....	45
Carta 23 – Carta de intervenções preconizadas nos programas de acção para 2010.....	45
Carta 24 – Carta de intervenções preconizadas nos programas de acção para 2011.....	46
Carta 25 – Carta de intervenções preconizadas nos programas de acção para 2012.....	46
Carta 26 – Carta de intervenções preconizadas nos programas de acção para 2013.....	47
Carta 27 – Carta dos sectores de defesa da floresta contra incêndios e locais estratégicos de estacionamento.....	67
Carta 28 – Carta da rede de Postos de Vigia e bacias de visibilidade.....	67
Carta 29 – Carta de vigilância móvel.....	68
Carta 30 – Carta de 1ª intervenção.....	68
Carta 31 – Carta de combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio.....	69

Carta 32 – Carta I de apoio ao combate.....	69
Carta 33 – Carta II de apoio ao combate.....	70
Carta 34 - Enquadramento geográfico do Concelho.....	84
Carta 35 – Carta Hipsométrica	86
Carta 36 – Carta de Declives.....	87
Carta 37 – Carta de Exposição de encostas	88
Carta 38 – Carta Hidrográfica.....	89
Carta 39 – Carta da rede climatológica.....	91
Carta 40 – Carta da população residente e da densidade populacional.....	98
Carta 41 – Carta de índice de envelhecimento e sua evolução	100
Carta 42 – Carta da população por sector de actividade.....	101
Carta 43 – Carta de taxa de analfabetismo.....	102
Carta 44 – Carta de ocupação do solo.....	105
Carta 45 – Carta de ocupação do solo- Freguesia de Reguengos de Monsaraz.....	106
Carta 46- Carta de ocupação do solo- Freguesia de Monsaraz.....	106
Carta 47- Carta de ocupação do solo- Freguesia de Campo.....	107
Carta 48- Carta de ocupação do solo- Freguesia de Campinho.....	107
Carta 49- Carta de ocupação do solo- Freguesia de Corval.....	108
Carta 50 – Carta dos povoamentos florestais.....	110
Carta 51 – Carta das áreas protegidas, rede natura 2000 e regime florestal..	111
Carta 53 – Carta de zonas de recreio florestal, caça e pesca.....	112
Carta 53 – Carta de áreas ardidas.....	115
Carta 54 – Carta das áreas ardidas dos grandes incêndios.....	123
Carta 55 – Carta dos pontos de início e causas dos incêndios.....	126

Índice de Quadros

Quadro 1 – Distribuição por freguesia da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis.....	19
Quadro 2 – Distribuição por freguesia da rede viária do Concelho de Reguengos de Monsaraz	25
Quadro 3 – Rede de pontos de água por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz.....	28
Quadro 4 – Distribuição da área ocupada por descrição de faixas de gestão de combustível por meios de execução para 2008-2012.....	35
Quadro 5 – Intervenções na rede secundária de faixas de gestão de combustíveis por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz, para 2008-2012.....	37
Quadro 6 – Distribuição por freguesia da rede viária florestal por meios de execução para 2008-2012.....	41
Quadro 7 – Intervenções na rede viária por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz para 2008-2012.....	42
Quadro 8 – Intervenções (construção e manutenção) da rede de pontos de água por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz, para 2008-2012.....	44
Quadro 9 – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – Metas e indicadores.....	48
Quadro 10 – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – Orçamento e responsáveis.....	49
Quadro 11 – Sensibilização – Diagnóstico.....	53
Quadro 12 – Acções de fiscalização do Concelho de Reguengos de Monsaraz.....	54
Quadro 13 – Sensibilização – Metas e Indicadores.....	54
Quadro 14 – Fiscalização – Metas e indicadores.....	55
Quadro 15 – Sensibilização e fiscalização – Orçamento e responsáveis.....	56
Quadro 16 – Listagem das entidades envolvidas em cada acção, no Concelho de Reguengos de Monsaraz.....	59
Quadro 17 – Listagem de maquinaria pesada existente no Concelho de Reguengos de Monsaraz.....	61
Quadro 18 – Dispositivos Operacionais – funções e responsabilidades.....	62
Quadro 19 – Esquema de comunicação dos alertas amarelo, laranja e vermelho.....	64
Quadro 20 – Alerta amarelo – Procedimentos de actuação.....	65
Quadro 21 – Alerta laranja- Procedimentos de actuação	65
Quadro 22 – Alerta vermelho- Procedimentos de actuação	65
Quadro 23 – Lista geral de contactos das entidades responsáveis pela DFCI do Concelho de Reguengos de Monsaraz.....	66
Quadro 24 – Vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio – Metas e indicadores.....	71
Quadro 25 – Vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio – Orçamento e responsáveis.....	73
Quadro 26 – Acções de curto prazo a efectuar na sequência de um grande incêndio.....	77
Quadro 27- Responsabilidade de cada entidade em cada Eixo.....	82

Quadro 28 – Orçamento do PMDFCI do Concelho de Reguengos de Monsaraz.....	83
Quadro 29- Área total do Concelho por Freguesia.....	85
Quadro 30- Vento- Frequência e velocidade por rumo.....	97
Quadro 31- Ocupação do solo por Freguesia.....	105
Quadro 32- Povoamento Florestais.....	109
Quadro 33- Romarias e Festas do Concelho.....	113
Quadro 34- Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências.....	124
Quadro 35- Causa de incêndios entre 2001-2006.....	127

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Temperatura mensal, Média das mínimas, médias e máximas entre 1979-1988 e média de 2006.....	92
Gráfico 2 – Humidade relativa mensal, médias entre 1979-1988 e média de 2006.....	93
Gráfico 3 – Precipitação mensal, médias entre 1979-1988 e total 2006.....	95
Gráfico 4- Velocidade do vento mensal, média entre 1979-1988.....	96
Gráfico 5 – Distribuição dos povoamentos florestais	110
Gráfico 6 – Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências (1980-2006).....	116
Gráfico 7 – Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências em 2006 e média do quinquénio 2001-2005, por freguesia.....	117
Gráfico 8 – Taxa de área ardida e n.º de ocorrências em 2006 e taxas médias do quinquénio 2001-2005 por freguesia.....	118
Gráfico 9 - Distribuição mensal da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média 1996-2005.....	118
Gráfico 10 - Distribuição semanal da área ardida e do número de ocorrências em 2006 e média 1996-2005.....	119
Gráfico 11 - Valores diários acumulados de área ardida e do n.º de ocorrências 1996-2005.....	120
Gráfico 12 - Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências 1996-2005.....	121
Gráfico 13 - Distribuição da área ardida por tipo de coberto vegetal 2001 – 2006.....	121
Gráfico 14 - Distribuição anual da área ardida e n.º de ocorrências por classes de extensão 1996-2005.....	122
Gráfico 15 - Distribuição anual da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios 1996-2006.....	123
Gráfico 16- Distribuição mensal da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios 1996-2006.....	124
Gráfico 17 - Distribuição semanal da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios 1996-2006.....	125
Gráfico 18 - Distribuição horária da área ardida e número de ocorrências dos grandes incêndios 1996-2006.....	125
Gráfico 19 - Distribuição do número de ocorrências por fonte de alerta 2001-2006.....	127
Gráfico 20 - Distribuição do número de ocorrências por fonte e hora de alerta, 2001-2006.....	128

Introdução

A floresta constitui um recurso natural importante, quer do ponto de vista da preservação do equilíbrio ecológico quer do ponto de vista do aproveitamento económico, tornando-se imprescindível formular medidas de planeamento que permitam o seu melhor aproveitamento. A mesma tem um importante papel na protecção do solo e dos recursos hídricos, na manutenção da fauna e da flora, na renovação do ar, trazendo benefícios à sociedade. No entanto, os incêndios florestais têm dizimado estas áreas de floresta, constituindo um problema grave que se tem vindo a agravar nas últimas décadas, com graves repercussões sociais, económicas e ambientais.

A nível nacional de referir que se registou um decréscimo de 2005 para 2006, em termos de percentagem de área ardida, sendo em 2005 de 6,4% e em 2006 de 1,1%. Quanto ao n.º de ocorrências em 2005 o valor foi de 35697 com uma área total ardida de 338 262 ha, já em 2006 o n.º de ocorrências foi de 19929 correspondendo a uma área total ardida de 75510 ha (DGRF, 2008).

Em relação à média de 10 anos (1997-2006) a nível de área ardida total regista-se um valor de 129.457 ha, igualmente desta análise temporal destacam-se os anos de 2003 e 2005 em que se registaram mais ocorrências e consequentemente maior área ardida.

Já no que ao Concelho de Reguengos de Monsaraz diz respeito ao contrário do que aconteceu a nível nacional, registou-se um agravamento de 2005 para 2006 quer em n.º de ocorrências quer em área ardida total.

A sociedade em geral está cada vez mais atenta e mais preocupada com a preservação dos recursos naturais e com a floresta em geral, uma vez que são inúmeros os impactos decorrentes da ocorrência de um incêndio.

Esta preocupação reflecte-se igualmente a nível político, pelo que tem-se assistido a uma reestruturação do sistema subjacente ao sector florestal e a um aumento da disponibilização de verbas para esse efeito e de novas regras cujo objectivo primordial é a preservação dos incêndios.

Depois de definidos os objectivos Nacionais, Distritais e Regionais da Defesa da Floresta Contra Incêndios, o Plano Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) transpõe esses mesmos objectivos para o nível municipal.

A transição que se verifica, ao nível legislativo, neste sector, nomeadamente com a revogação do Decreto-Lei n.º 156/2004 de 30 de Junho e aprovação do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com a aproximação da aprovação dos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e com a recente aprovação do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), leva esta Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) a apresentar este plano com as reservas que são óbvias, tornando-o assim numa primeira versão que será melhorada sempre que se verifique necessário.

A estrutura deste plano segue o estipulado na Portaria n.º 1139/2006 de 25 de Outubro, com as alterações introduzidas pelo Guia Metodológico para a elaboração do PMDFCI (DGRF, 2007). O PMDFCI do Concelho de Reguengos de Monsaraz é constituído por dois cadernos, caderno I e II.

No caderno I define-se o plano de acção e está estruturado em 3 capítulos:

1. Enquadramento do plano;
2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e zonagem do território, e
3. Eixos estratégicos onde se definem os objectivos temporais do plano e quantificam-se as metas a atingir nos próximos cinco anos, as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios, as acções de previsão e programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas.

Consideram-se neste ponto 5 eixos, de acordo com o definido no Plano Nacional da Defesa da Floresta Contra Incêndios, nomeadamente:

- Eixo Estratégico I: Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- Eixo Estratégico II: Redução da incidência dos incêndios;
- Eixo Estratégico III: Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- Eixo Estratégico IV: Recuperação e reabilitação dos ecossistemas;
- Eixo Estratégico V: Adaptação de uma estrutura orgânica, funcional e eficaz.

O caderno II contém toda a informação base que caracteriza o território, caracterização física, climática, população, uso do solo e zonas especiais. Contém também a análise do histórico e da causalidade dos incêndios florestais.

Em ambos os cadernos se anexa cartografia de pormenor e de enquadramento, respectivamente. Note-se que apenas a cartografia mais pormenorizada será apresentada em escalas maiores, privilegiando-se a

inserção das cartas no texto (a uma escala reduzida) para uma melhor compreensão do mesmo. Toda a cartografia será disponibilizada em CD de forma a poder ser consultada à escala pretendida pelo utilizador.

CADERNO I – Plano de Acção

1. Enquadramento do plano no âmbito do sistema de gestão territorial e no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

Sendo um plano de nível municipal, o PMDFCI enquadra-se com os seguintes instrumentos de ordenamento do território:

- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI):

O PNDFCI pretende contribuir, a par de demais legislação já aprovada e a aprovar, para a definição de uma estratégia e a articulação metódica e equilibrada de um conjunto de acções com vista a fomentar a gestão activa da floresta, criando condições propícias para a redução progressiva dos incêndios florestais. De acordo com este plano a “profunda alteração ao nível do planeamento, fazendo com que os municípios passem a definir políticas de intervenção na floresta e o esforço da capacidade técnica, quer com a revisão do suporte legislativo ao nível de procedimentos, são objectivo primordiais deste plano”.

- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central (PROFAC):

Este plano tem por objectivo potenciar a organização dos espaços florestais desta região, numa óptica de uso múltiplo e desenvolvimento sustentado e em articulação com os restantes instrumentos de gestão territorial.

De referir que em Reguengos de Monsaraz a área florestal encontra-se em explorações de menor dimensão.

- Áreas Protegidas

Foi criada através do Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro a ZPE de Reguengos no âmbito da Directiva 79/409/CEE de 2 de Abril (Directiva Aves) com uma área de 6 043ha situada a sul do Concelho.

- Plano Director Municipal (PDM)

Este Plano Municipal está actualmente em revisão na qual será tido em conta o presente PMDFCI. Uma vez que o PDM actualmente em vigor ser de 2005 considerou-se que toda a análise biofísica do território devia ser feita novamente e não ter em conta a existente. Desta forma e visto o PDM estar em

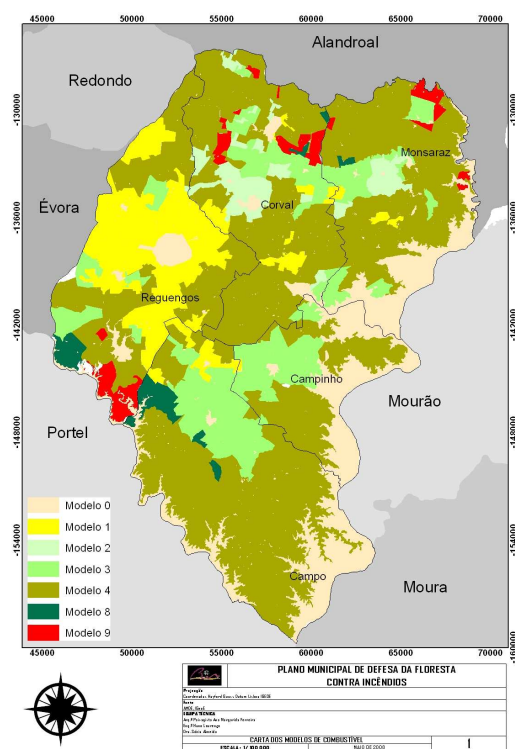
revisão toda a documentação produzida no âmbito do PMDFCI, vai servir de base a esta mesma revisão.

- O Plano de Bacia Hidrográfica do Guadiana, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 16/2001, de 05 de Dezembro;
- O Plano Regional de Ordenamento do Território da Zona Envolvente da Albufeira de Alqueva (PROZEA), aprovado mediante a Resolução do Conselho de Ministros n.º 70/2002, de 09 de Abril;
- O Plano de Ordenamento das Albufeiras de Alqueva e Pedrógão (POAAP), aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 95/2002, de 13 de Maio, alterado por via da Resolução do Conselho de Ministros n.º 94/2006, de 04 de Agosto.

2. Análise do risco, da vulnerabilidade aos incêndios e da zonagem do território

2.1. Carta dos combustíveis florestais

A carta dos combustíveis florestais foi elaborada a partir da carta de ocupação do solo, elaborada à escala 1/25 000. A partir da mesma foi feita a análise do comportamento potencial do fogo nos diferentes tipos de uso e tendo por base essa avaliação, foram atribuídos modelos que traduzem a probabilidade de fogo face ao tipo de vegetação e/ou uso do solo de acordo com a classificação criada pelo Northern Forest Fire Laboratory (NFFL) adaptado pelo ICONA, pelo projecto Geofogo/CNIG para a Península Ibérica.



Carta 1 – Carta de combustíveis florestais

Assim, o território do município de Reguengos integra 6 dos modelos propostos pela classificação acima referida nomeadamente os modelos 1, 2, 3, 4, 8 e 9. Para além destes foi também proposto um modelo 0.

O modelo 0 integra todas as massas de água, sendo que os modelos 1, 2 e 3 integram a vegetação herbácea nomeadamente o modelo 1 que integra os sistemas agrícolas de policultura (olival e vinha), o modelo 2 que integra os

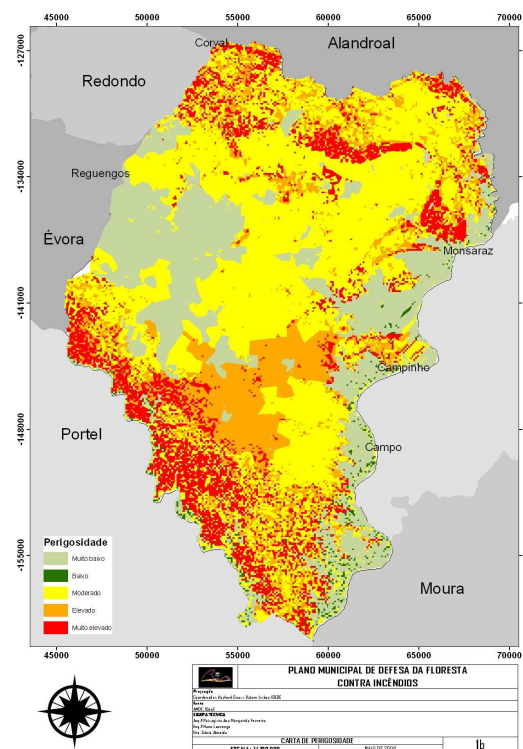
sistemas agrícolas de olival, o modelo 3 que integra os sistemas agrícolas de sequeiro.

O modelo 4 integra a vegetação de porte arbóreo sendo que o mesmo se traduz pelos sistemas agro-silvo-pastoris.

Os modelos 8 e 9 integram os sistemas florestais sendo que o modelo 8 integra as manchas de eucaliptal e o modelo 9 os restantes povoamentos florestais.

A taxa potencial de combustível é reduzida nos estratos herbáceos (modelos 1,2 e 3), média no estrato arbustivo (modelo 4) e elevada no estrato que integra os povoamentos florestais com a existência de manta morta no solo (modelos 8 e 9).

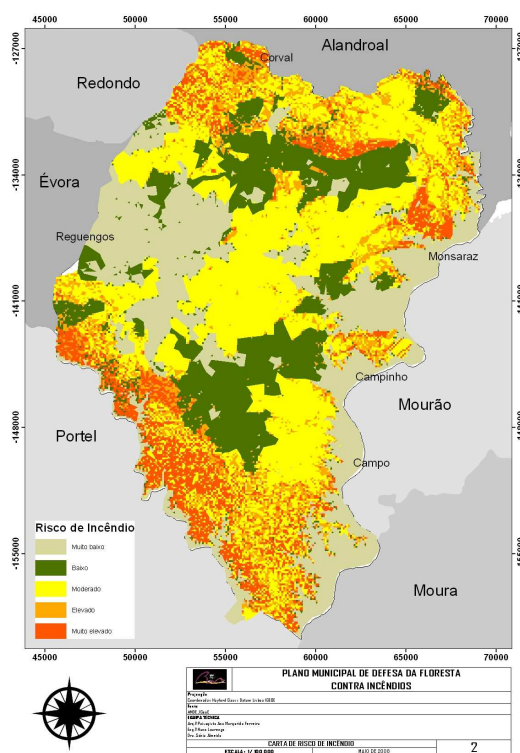
2.2.1. Carta de perigosidade



Carta 2 – Carta de Perigosidade

Na elaboração do mapa de perigosidade de incêndio teve-se particularmente em consideração, para além de todo o historial concelhio em matéria de incêndios florestais, a área florestal e o declive dominante. Assim, construiu-se uma carta de perigosidade de incêndio com cinco (5) classes, de acordo com as regras estabelecidas a nível nacional, correspondendo às características do concelho.

2.2.2. Carta do risco de incêndio



Carta 3 – Carta de risco de incêndio

O Concelho de Reguengos é um Concelho que, de forma geral, tem um risco de incêndio muito baixo, em cerca de 70% do território.

Existem depois áreas muito residuais, quer de risco baixo, a Poente e a Norte, cerca de 2%; quer de risco alto, a Norte, cerca de 2% igualmente.

As áreas em que o risco de incêndio é médio totalizam cerca de 20%, sendo a grande maioria na freguesia de Campo (a Sul do Concelho), o que se justifica pela grande mancha de montado existente nesta freguesia.

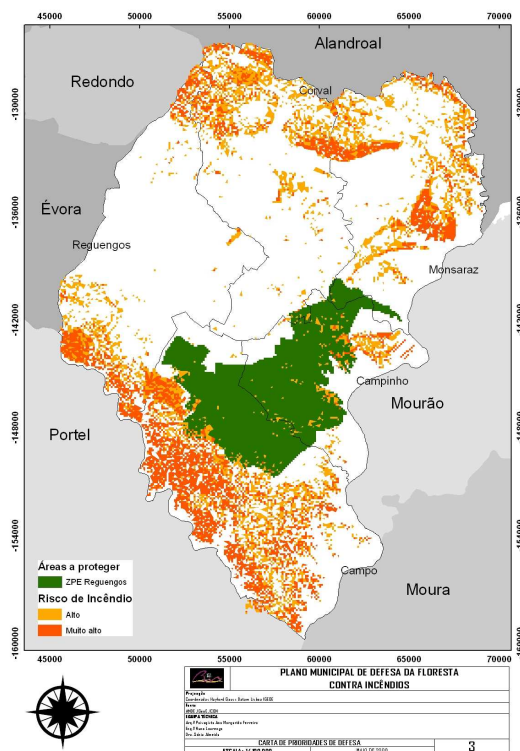
As restantes manchas de risco de incêndio médio distribuem-se pelas restantes freguesias sendo que as freguesias de Reguengos e Monsaraz têm as manchas mais representativas, seguindo-se a freguesia de Corval e por último Campinho.

Às áreas de pinhal manso é atribuído um risco muito alto de incêndio, correspondendo a cerca de 6% do território.

É de notar que as áreas de sequeiro são apresentadas uma perigosidade alta e um risco de incêndio baixo. Esta situação deve-se ao facto de ter sido atribuído um valor baixo às áreas de sequeiro para cálculo do dano potencial o que afecta o risco de incêndio das mesmas. A carta de risco pode assim diferir da

carta de perigosidade pois o seu resultado não depende apenas da perigosidade mas do cruzamento desta com o valor e a vulnerabilidade.

2.3. Carta de prioridades de defesa



Carta 4 – Carta de prioridades de defesa

A carta de prioridades de defesa tem como objectivo delimitar as áreas mais vulneráveis seja pelo factor de risco associado seja pelo valor ambiental. Assim, para além das áreas de risco de incêndio alto, freguesia de Corval e de risco muito alto, nas freguesias de Corval, Monsaraz e Reguengos, foi delimitada como prioritária para defesa a Zona de Protecção Especial de Reguengos (Decreto Regulamentar n.º 6/2008 de 26 de Fevereiro) integrada nas freguesias de Reguengos, Campo e Campinho.

3. Eixos Estratégicos

A política municipal de defesa da floresta contra incêndios e de acordo com as recomendações do PNDFCI, do PROFAC, bem como os restantes instrumentos de ordenamento do território relevantes para este plano está

centrada nos principais eixos estratégicos propostos no PNDFCI (Resolução de Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de Maio de 2006):

- 1.º Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais;
- 2.º Redução da incidência dos incêndios;
- 3.º Melhoria da eficácia do ataque e da gestão dos incêndios;
- 4.º Recuperação e reabilitação dos ecossistemas;
- 5.º Adaptação de uma estrutura orgânica e funcional eficaz.

3.1. Eixo Estratégico I – Aumento da resiliência do território aos Incêndios Florestais

A tendência para o aumento do risco de incêndio florestal em Portugal obriga a tornar o nosso território menos vulnerável. Importa, por essa razão, aumentar a gestão activa dos espaços silvestres, aplicar estrategicamente sistemas de gestão de combustível e desenvolver processos que permitam aumentar o nível de segurança de bens e pessoas.

Objectivo Estratégico:

A. Promover a gestão florestal e intervir preventivamente em áreas estratégicas

Objectivos Operacionais:

A1 – Criar e aplicar orientações estratégicas para a gestão das áreas florestais

A2 – Definir as prioridades de planeamento e execução das infraestruturas da DFCI face ao risco

A3 – Proteger as zonas de interface Urbano/Florestal

A4 – Condicionar trabalhos/acesso a áreas florestais durante o período crítico

Acções:

A1. Operacionalizar a acção da CMDFCI

A2. Beneficiar a rede viária florestal

A3. Criar e manter redes de faixas de gestão de combustível, nos aglomerados populacionais, intervindo prioritariamente nas zonas de maior vulnerabilidade aos incêndios;

A4. Criar e manter faixas de gestão de combustível em parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações.

A5. Fiscalizar a criação de faixas de gestão de combustível (em aglomerados populacionais, parques e polígonos industriais, aterros sanitários, habitações, estaleiros, armazéns, oficinas e outras edificações).

3.1.1. Levantamento da rede regional de defesa da floresta contra incêndios

3.1.1.1 Rede de faixas de gestão de combustível e mosaico de parcelas de gestão de combustível

As faixas de gestão de combustível definidas têm como objectivo constituir espaços canal que, em caso de incêndio funcionem como barreiras ao mesmo. Foram definidos três tipos de faixas de gestão de combustível: faixas envolventes de aglomerados populacionais inseridos ou confinantes com áreas florestais (com a largura mínima de 100 m); faixas envolventes de polígonos industriais inseridos ou confinantes com áreas florestais (com a largura mínima de 100 m); e as faixas envolventes de rede eléctrica de média tensão (com a largura mínima de 7 m). É de notar que supostamente haveria outra faixa a definir nomeadamente a faixa envolvente da rede viária em áreas florestais.

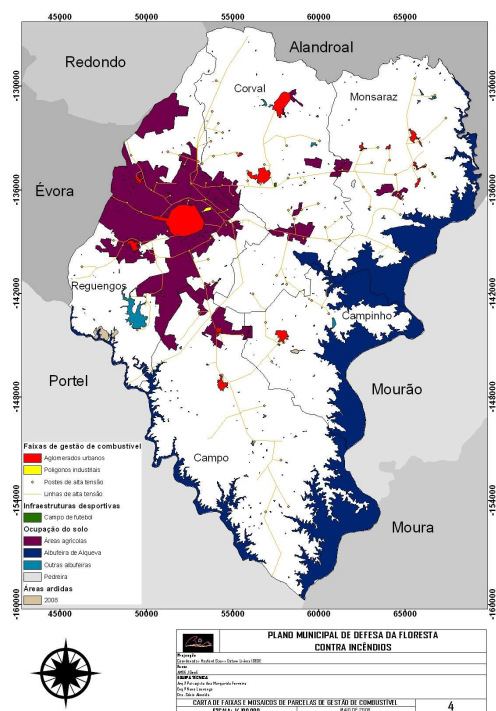
Porém, e sendo que a rede viária coincide sempre com a rede eléctrica de média tensão considerou-se apenas a faixa da rede eléctrica visto a sobreposição de ambas acontecer sempre nos mesmos pontos

Freguesia	Código da descrição da faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	Área	Unidades
Reguengos	001	Rede eléctrica de média e alta tensão	51,94	ha
			0,54	%
	Sub-total		51,94	ha
			0,54	%
Monsaraz	002	Infraestruturas	10,93	ha
			0,31	%
	Sub-total		10,93	ha
			0,31	%
Corval	002	Infraestruturas	50,0	ha
			0,55	%
	Sub-total		50	ha
			0,55	%

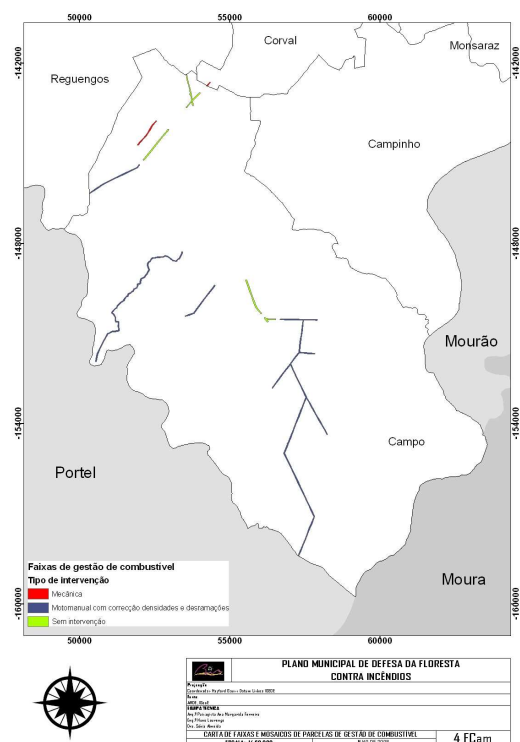
Campo	001	Rede eléctrica de média e alta tensão	69,01	ha
			3,5	%
	002	Infraestruturas	23,3	ha
			0,79	%
	Sub-total		92,31	ha
			4,29	%

Total 001	120,95	ha
	4,04	%
Total 002	84,23	ha
	1,6	%
Total FGC/Mosaicos	205,18	ha
	5,64	%

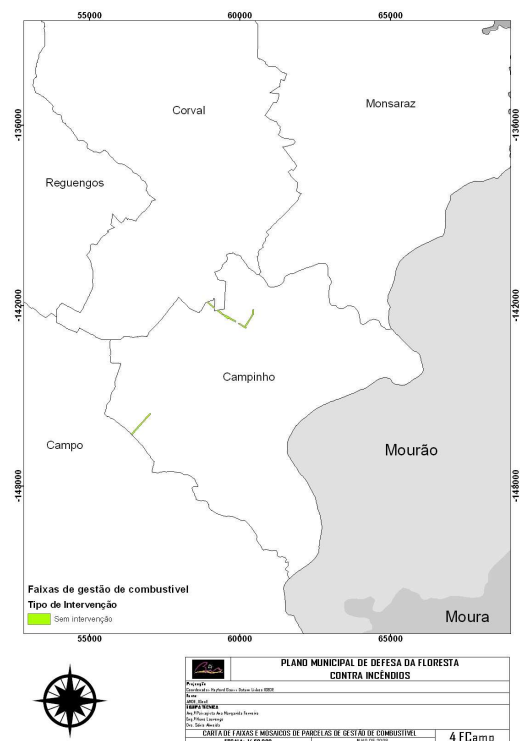
Quadro 1 – Distribuição por freguesia da área ocupada por descrição de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis



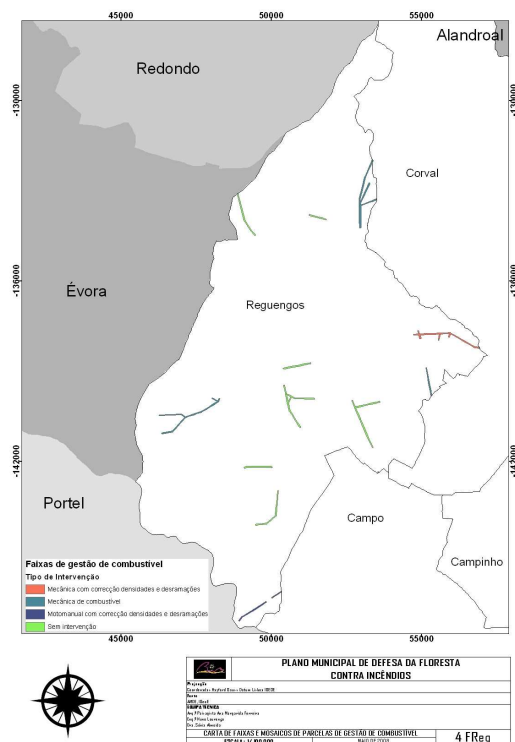
Carta 5 – Carta de faixas de parcelas de gestão de combustível do Concelho



Carta 6 – Carta de faixas de parcelas de gestão de combustível (Freguesia de Campo)



Carta 7 – Carta de faixas de parcelas de gestão de combustível (Freguesia de Campinho)



Carta 10 – Carta de faixas de parcelas de gestão de combustível (Freguesia de Reguengos de Monsaraz)

A freguesia que tem maior expressão de faixas de gestão de combustível (92,31 ha, a que correspondem cerca de 4,29% da área da freguesia) é a freguesia de Campo. Nesta freguesia é de notar a existência de dois tipos de faixas de gestão de combustível nomeadamente as envolventes à rede eléctrica de média tensão e as envolventes às infra-estruturas de circulação. Na freguesia de Corval, foram definidos 50ha de faixas envolventes às infra-estruturas. No caso da freguesia de Monsaraz foram delimitadas faixas envolventes às infra-estruturas viárias numa área total de 10,93ha. A freguesia de Reguengos de Monsaraz preconiza-se a intervenção em faixas de gestão de combustível de protecção à rede eléctrica de média tensão, num total de 51,94ha. Assim, e em termos de território municipal, conclui-se um total de 120,95ha de faixas de gestão de combustível de protecção à rede eléctrica de média tensão, e 84,23ha de faixas de gestão de combustível associadas às infra-estruturas, o que corresponde a um total de 5,64% do território municipal.

Este valor sublinha mais uma vez o facto do Município de Reguengos ter uma área florestal bastante reduzida.

3.1.1.2 – Acções de silvicultura nas faixas de gestão de combustível validadas

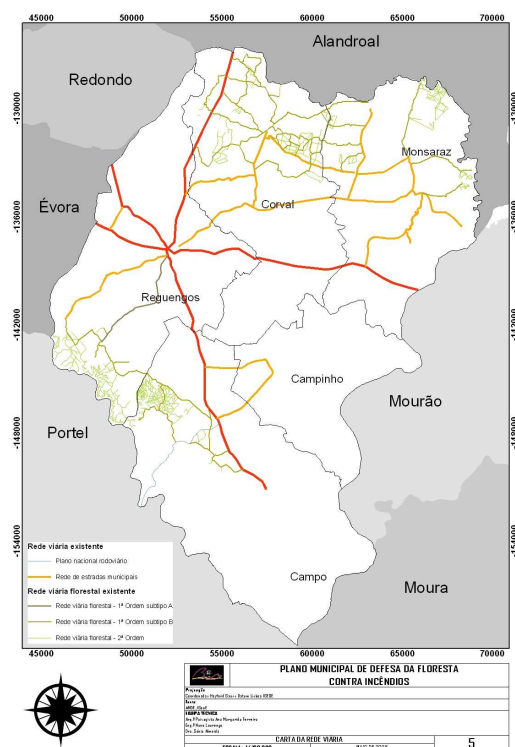
As acções preconizadas para as FGC incluem: gestão moto manual com correcção de densidades excessivas e desramações, gestão mecânica com correcção de densidades excessivas e desramações, gestão mecânica de combustível, e gestão moto manual realizadas isoladamente ou em combinação. Estas acções devem realizar-se durante a Primavera para que não haja capacidade de recuperação da vegetação.

3.1.2. Rede viária

A análise da rede viária foi feita tendo em conta dois factores: a rede viária que integra os povoamentos florestais e os respectivos acessos a esta mesma rede.

Freguesia	Código da descrição da RV	Descrição da Rede Viária	Comprimento	Unidades
Reguengos	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	26311	m
	REM	Rede de estradas municipais	11440	m
	RVF	Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo a	6766,47	m
			1,65	%
		Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	1033,52	m
			0,25	%
		Rede Viária Florestal-2ª ordem	42380,65	m
			10,34	%
		Total de RVF (1ª+2ª ordem)	50180,64	m
	ORP	Outras redes privadas e públicas	271703,56	m
Sub-total da rede viária (m)				409815,84
Monsaraz	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	4514	m
	REM	Rede de estradas municipais	30540	m
		Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	18325,34	m
			6,54	%
		Rede Viária Florestal-2ª ordem	33032,36	m
			10,56	%
		Total de RVF (1ª+2ª ordem)	51357,7	m
	ORP	Outras redes privadas e públicas	170812,3	m
Sub-total da rede viária (m)				308581,7
Corval	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	10859	m
	REM	Rede de estradas municipais	19810	m
		Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	51666,82	m
			13,05	%
		Rede Viária Florestal-2ª ordem	32337,3	m
			8,17	%
		Total de RVF (1ª+2ª ordem)	84004,12	m
	ORP	Outras redes privadas e públicas	197355,88	m
Sub-total da rede viária (m)				396033,12
Campo	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	18121	m
	REM	Rede de estradas municipais	3750	m
		Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	19144,94	m
			5,13	%
		Rede Viária Florestal-2ª ordem	41143,53	m
			11,01	%
		Total de RVF (1ª+2ª ordem)	60288,47	m
	ORP	Outras redes privadas e públicas	231091,53	m
Sub-total da rede viária (m)				373539,47
Total da rede viária (m)				1487970,13

Quadro 2 – Distribuição por freguesia da rede viária do Concelho de Reguengos de Monsaraz



Carta 11 – Carta da rede viária

Assim, foi feito o levantamento de todas as estradas pertencentes ao PNR, nomeadamente as EN e as ER; e o levantamento de todas as estradas municipais.

Para além destas e tendo em conta os critérios largura, raios mínimos, declives, e tipo de piso foram definidas três classes dentro da rede viária florestal, nomeadamente as classes: 1ª ordem subtipo A, 1ª ordem subtipo B e 2ª ordem.

Mais uma vez é notória a ausência de avaliação da rede viária florestal na freguesia de Campinho, situação que se justifica pela ausência de povoamentos florestais nessa freguesia.

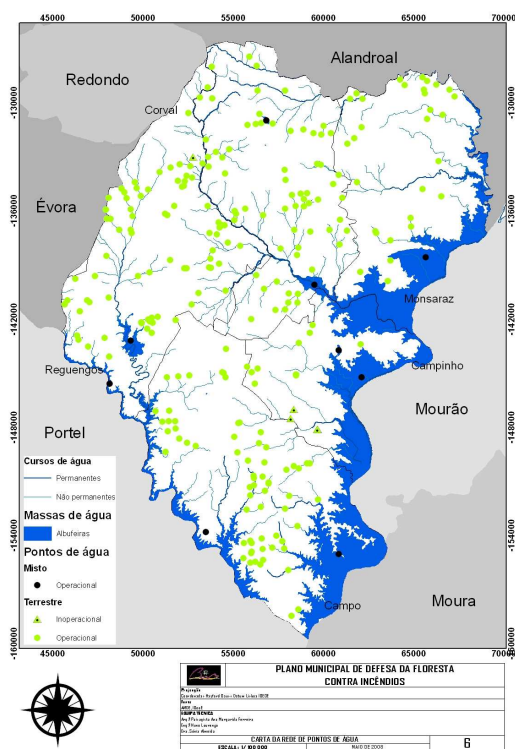
Assim, o total de rede viária do concelho é de 1487,9Km sendo que os mesmos se distribuem pelas freguesias de Reguengos (409,8Km), Monsaraz (308,6Km), Corval (396,0Km) e Campo (373,5Km).

Esta rede viária assenta sobretudo em caminhos agrícolas activos e com uma manutenção periódica.

3.1.3. Rede de pontos de água

A rede de pontos de água do Concelho de Reguengos integra a rede de cursos permanentes e não permanentes do Concelho, e as massas de água.

Optou-se por definir apenas como massas de água as charcas e as albufeiras de barragem excluindo-se outro tipo de pontos de água nomeadamente piscinas, poços, tanques, entre outros. Esta opção justifica-se pelo facto da Albufeira de Alqueva ocupar cerca de 12% do território o que se traduz numa reserva de água de grande relevância não considerando por isso necessário a inclusão de outras massas de água. Também importa ainda referir que o volume da Albufeira de Alqueva não foi considerado nos cálculos pois não se trata de um ponto de água confinado ao Concelho de Reguengos de Monsaraz.



Carta 12 – Carta de rede de pontos de água

A Albufeira de Alqueva integra todas as freguesias que, paralelamente incluem uma complexa rede de pontos de água que garantem reservas estratégicas nas mesmas. Destas massas de água foi apenas proposta manutenção naquelas que, na altura de Verão costumam apresentar níveis de água reduzidos. Dos 270 pontos de água apenas 4 se encontravam em condições de exigência de manutenção.

Da totalidade destes apenas 9 comportam meios de acesso mistos, isto é terrestres e aéreos, todos operacionais.

Os restantes 261 pontos de água apenas comportam acesso terrestre sendo que 257 estão operacionais e 4 exigem manutenção tal como acima referido.

Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Tipo da rede de Pontos de Água	Volume (m ³)
Reguengos	170	214	Charca	
	178	214	Charca	
	162	214	Charca	
	179	214	Charca	
	180	214	Charca	
	96	214	Charca	
	181	214	Charca	
	120	214	Charca	
	109	214	Charca	
	121	214	Charca	
	247	214	Charca	
	108	214	Charca	
	110	214	Charca	
	182	214	Charca	
	249	214	Charca	
	163	214	Charca	
	187	214	Charca	
	122	214	Charca	
	251	214	Charca	
	186	214	Charca	
	252	214	Charca	
	171	214	Charca	
	111	214	Charca	
	112	214	Charca	
	123	214	Charca	
	254	214	Charca	
	164	214	Charca	
	183	214	Charca	
	255	214	Charca	
	256	214	Charca	
	172	214	Charca	
	97	214	Charca	
	188	214	Charca	
	124	214	Charca	
	98	214	Charca	
	99	214	Charca	
	184	214	Charca	
	189	214	Charca	
	114	214	Charca	
	115	214	Charca	
	125	214	Charca	
	257	214	Charca	
	126	214	Charca	
	175	214	Charca	
	191	214	Charca	
	200	214	Charca	
	192	214	Charca	
	258	214	Charca	
	90	214	Charca	
	91	214	Charca	
	100	214	Charca	

	173	214	Charca	
	194	214	Charca	2970
	101	214	Charca	
	165	214	Charca	
	185	214	Charca	
	174	214	Charca	
	102	214	Charca	
	195	214	Charca	
	260	214	Charca	
	176	214	Charca	
	161	214	Charca	
	103	214	Charca	
	203	214	Charca	
	177	214	Charca	
	196	214	Charca	
	113	214	Charca	
	104	214	Charca	
	197	214	Charca	
	198	214	Charca	
	199	214	Charca	
	106	214	Charca	
	92	214	Charca	
	116	214	Charca	
	105	214	Charca	
	107	214	Charca	
	93	214	Charca	3000
	94	214	Charca	
	95	211	Albufeira de Barragem	
	1	211	Albufeira de Barragem	
	117	214	Charca	
	118	214	Charca	
	119	214	Charca	
Área de espaços florestais da Freguesia (floresta+inculto) (ha)				721,74
Densidade de pontos de água (m³/ha)				8,3
Monsaraz	242	214	Charca	
	243	214	Charca	
	245	214	Charca	
	248	214	Charca	
	253	214	Charca	
	220	214	Charca	
	137	214	Charca	
	139	214	Charca	
	228	214	Charca	
	140	214	Charca	
	229	214	Charca	
	241	214	Charca	
	153	214	Charca	
	230	214	Charca	
	231	214	Charca	20000
	226	214	Charca	
	232	214	Charca	
	233	214	Charca	
	157	214	Charca	
	234	214	Charca	
	235	214	Charca	
	227	214	Charca	
	236	214	Charca	
	141	214	Charca	

	237	214	Charca	
	142	214	Charca	
	238	214	Charca	
	143	214	Charca	
	138	214	Charca	
	239	214	Charca	
	240	214	Charca	
	2	211	Albufeira de Barragem	
Área de espaços florestais da Freguesia (floresta+inculto) (ha)				306,73
Densidade de pontos de água (m³/ha)				65,2
Corval	210	214	Charca	
	211	214	Charca	
	244	214	Charca	
	166	214	Charca	
	167	214	Charca	
	246	214	Charca	
	168	214	Charca	
	212	214	Charca	
	81	214	Charca	
	144	214	Charca	
	87	214	Charca	
	201	214	Charca	
	250	214	Charca	
	219	214	Charca	
	169	214	Charca	
	82	214	Charca	
	127	214	Charca	
	83	214	Charca	
	241	214	Charca	
	159	214	Charca	
	84	214	Charca	
	160	214	Charca	
	88	214	Charca	
	89	214	Charca	
	145	214	Charca	
	206	214	Charca	
	190	214	Charca	
	133	214	Charca	
	134	214	Charca	
	213	214	Charca	
	202	214	Charca	
	193	214	Charca	
	221	214	Charca	
	80	214	Charca	
	222	214	Charca	4500
	146	214	Charca	
	147	214	Charca	
	154	214	Charca	
	148	214	Charca	
	214	214	Charca	
	128	214	Charca	
	135	214	Charca	
	223	214	Charca	
	85	214	Charca	
	204	214	Charca	
	155	214	Charca	
	129	214	Charca	
	207	214	Charca	

	224	214	Charca	
	149	214	Charca	
	156	214	Charca	
	215	214	Charca	
	150	214	Charca	
	151	214	Charca	
	208	214	Charca	
	130	214	Charca	
	209	214	Charca	
	152	214	Charca	
	131	214	Charca	
	205	214	Charca	
	132	214	Charca	4800
	86	214	Charca	
	216	214	Charca	
	136	214	Charca	4800
	225	214	Charca	
	217	214	Charca	
	158	214	Charca	7200
	218	214	Charca	
	2	214	Charca	
Área de espaços florestais da Freguesia (floresta+inculto) (ha)				704,5
Densidade de pontos de água (m³/ha)				30,3
Campo	35	214	Charca	
	64	214	Charca	
	67	214	Charca	
	39	214	Charca	
	40	214	Charca	
	65	214	Charca	
	57	214	Charca	
	36	214	Charca	
	13	214	Charca	
	37	214	Charca	
	34	214	Charca	
	41	214	Charca	
	42	214	Charca	
	6	214	Charca	
	43	214	Charca	
	44	214	Charca	
	45	214	Charca	
	33	214	Charca	10560
	7	214	Charca	
	46	214	Charca	
	32	214	Charca	1600
	259	214	Charca	
	8	214	Charca	6000
	58	214	Charca	
	9	214	Charca	
	261	214	Charca	
	31	214	Charca	
	68	214	Charca	
	59	214	Charca	
	30	214	Charca	
	48	214	Charca	
	19	214	Charca	
	24	214	Charca	1200
	5	214	Charca	
	69	214	Charca	

	10	214	Charca	
	14	214	Charca	
	15	214	Charca	
	49	214	Charca	
	3	214	Charca	
	60	214	Charca	
	29	214	Charca	
	61	214	Charca	
	23	214	Charca	
	70	214	Charca	
	28	214	Charca	
	11	214	Charca	
	62	214	Charca	
	16	214	Charca	
	63	214	Charca	
	20	214	Charca	7000
	4	214	Charca	
	17	214	Charca	9000
	262	214	Charca	
	27	214	Charca	
	18	214	Charca	
	71	214	Charca	1050
	263	214	Charca	
	22	214	Charca	6000
	12	214	Charca	
	264	214	Charca	
	38	214	Charca	
	21	214	Charca	280000
	265	214	Charca	
	26	214	Charca	
	66	214	Charca	2000000
	25	214	Charca	3750
	47	214	Charca	
	1	211	Albufeira de Barragem	
	2	211	Albufeira de Barragem	
Área de espaços florestais da Freguesia (floresta+inculto) (ha)				472,61
Densidade de pontos de água (m³/ha)				4922
Campinho	56	214	Charca	
	53	214	Charca	
	50	214	Charca	
	55	214	Charca	
	72	214	Charca	
	73	214	Charca	
	52	214	Charca	
	51	214	Charca	
	74	214	Charca	
	54	214	Charca	
	77	214	Charca	
	78	214	Charca	
	79	214	Charca	
	76	214	Charca	9600
	75	214	Charca	56000
	2	211	Albufeira de Barragem	
Área de espaços florestais da Freguesia (floresta+inculto) (ha)				0
Densidade de pontos de água (m³/ha)				0
Área de espaços florestais do Concelho (floresta+inculto) (ha)				2205,13
Densidade de pontos de água (m³/ha)				1105,6

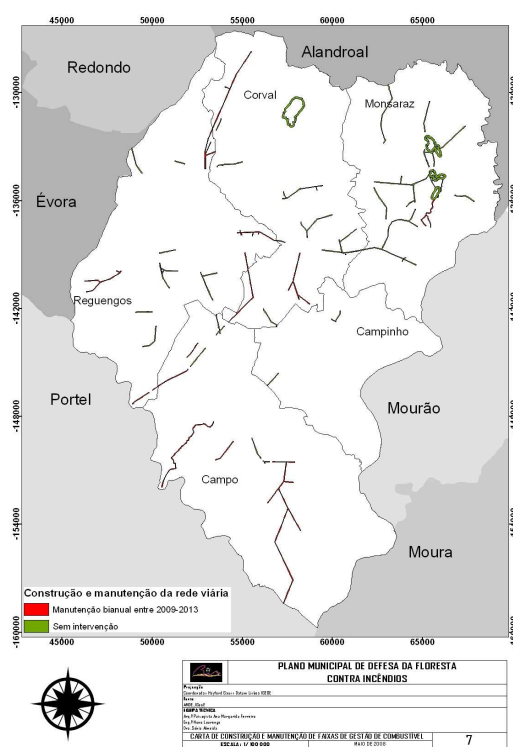
Quadro 3 – Rede de pontos de água por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz

3.1.4. Silvicultura preventiva

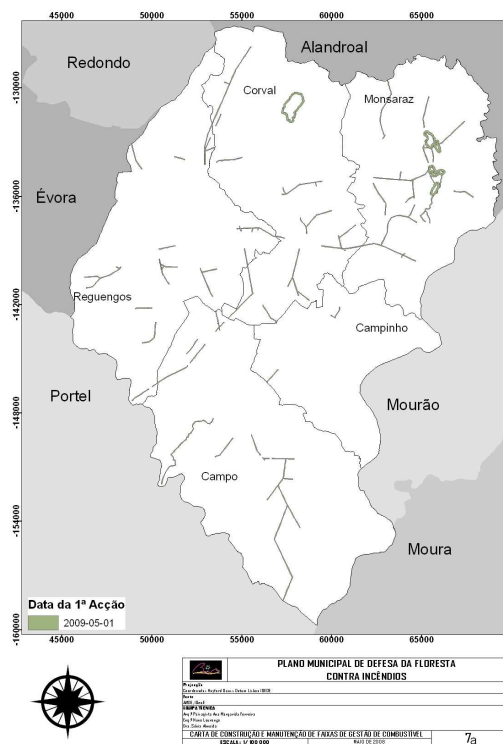
Tendo em conta que as acções de silvicultura preventiva decorrem em povoamentos florestais com o objectivo de diminuir a carga combustível, e sendo que no Município de Reguengos não se verifica tal necessidade devido ao tipo e estrutura dos povoamentos, estas acções não foram consideradas no âmbito do PMDFCI.

3.1.5. Construção e manutenção da rede de defesa da floresta contra incêndios

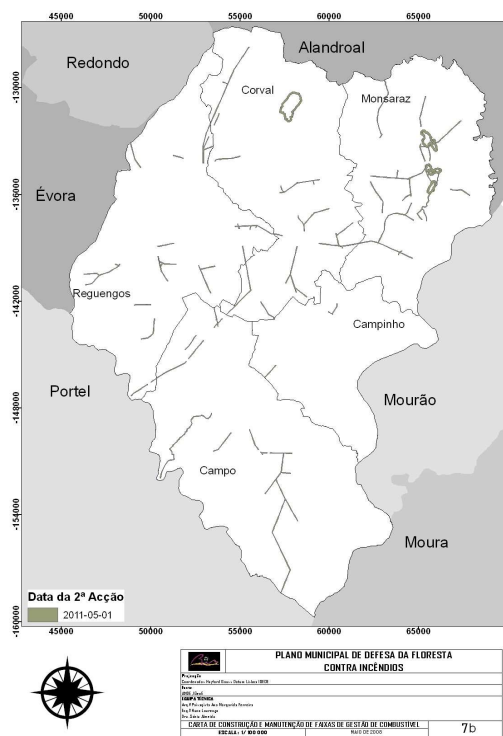
As Faixas e Mosaicos de Parcelas de Gestão de Combustível foram definidas tendo por base a legislação em vigor e os índices de perigosidade e risco de incêndio florestal. Os quadros seguintes explicitam, pormenorizadamente, as acções preconizadas entre 2009 e 2013 na construção/manutenção das faixas e mosaicos de gestão e respectivos meios de execução, e as intervenções na Rede Secundária de FGC por freguesia para o período 2009-2013.



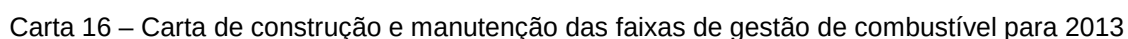
Carta 13 – Carta de construção e manutenção das faixas de gestão de combustível para 2009-2013



Carta 14 – Carta de construção e manutenção das faixas de gestão de combustível para 2009



Carta 15 – Carta de construção e manutenção das faixas de gestão de combustível para 2011



Quadro 4 – Distribuição da área ocupada por descrição de faixas de gestão de combustível por meios de execução para 2009-2013

*Meios de execução

001 – Equipa de Sapadores Florestais (ESF) da Autarquia

002 – ESF das Organizações de Produtores Florestais

003 – Equipas de Defesa da Floresta Contra Incêndios (Agris 3.4.)

004 – Empresa de Serviços

005 – Meios Próprios da Autarquia

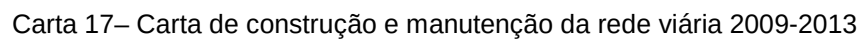
006 – Programas operacionais

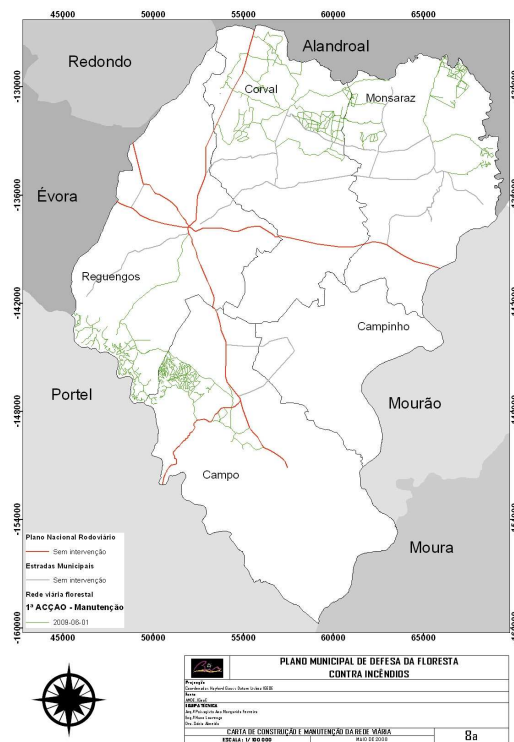
007 – Outros

Freguesia	Código da descrição faixa/mosaico	Descrição da faixa/mosaico	2009		2010		2011		2012		2013	
			Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)	Área com intervenção (ha)	Área sem intervenção (ha)		
Reguengos	001	REN	51,94	43,74	0	70,1	51,94	43,74	0	70,1	51,94	43,74
	Sub-total (ha)		51,94	43,74	0	95,7	51,94	43,74	0	95,7	51,94	43,74
Monsaraz	002	Infraestruturas										
			10,93	25,47	0	36,37	10,93	25,47	0	36,37	10,93	25,47
	Sub-total (ha)		10,93	194,07	0	204,97	10,93	194,07	0	204,97	10,93	194,07
Corval	001	Infraestruturas										
			50,0	55,62	0	105,58	50,0	55,62	0	105,58	50,0	55,62
	Sub-total (ha)		50,0	100,62	0	150,58	50,0	100,62	0	150,58	50,0	100,62
Campo	001	REN	69,01	11,36	0	88,1	69,01	11,36	0	88,1	69,01	11,36
	002	Infraestruturas	23,32	0	0	23,32	23,3	0	0	23,32	23,3	0
	Sub-total (ha)		92,33	11,36	0	111,4	92,33	11,36	0	111,4	92,33	11,36
Total (ha)			205,21	362,93	0	575,79	205,21	362,93	0	575,79	205,21	362,93

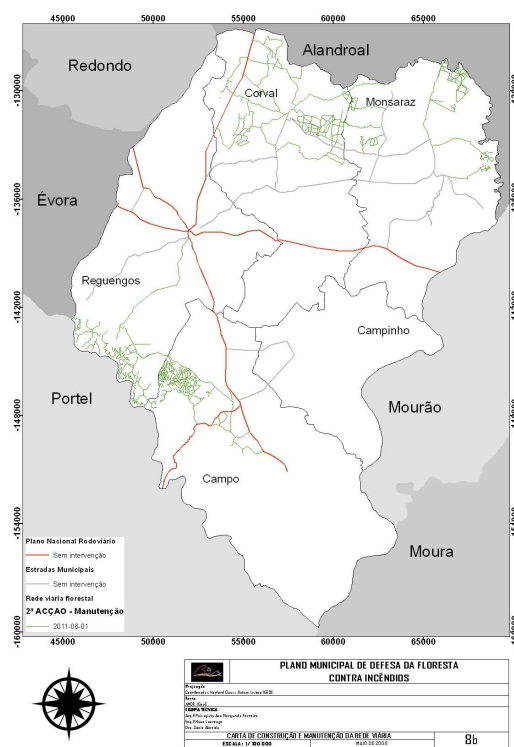
Quadro 5 – Intervenções na rede secundária de faixas de gestão de combustíveis por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz, para 2009-2013

Optou-se por acções de manutenção bianual ainda que esta manutenção deva ser validada no terreno anualmente de modo a avaliar a necessidade de intervir antes do programado.

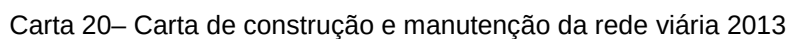




Carta 18– Carta de construção e manutenção da rede viária 2009



Carta 19– Carta de construção e manutenção da rede viária 2011



40

Freguesia	Código RVF	Descrição da Rede Viária	Unidades	Meios de execução*							Total
				001	002	003	004	005	006	007	
Reguengos	A	Rede Viária Florestal-1 ^a ordem, subtipo a	m					6766,47			6766,47
			%					100			
	B	Rede Viária Florestal-1 ^a ordem, subtipo b	m				1033,52			1033,52	
			%					100			
	C	Rede Viária Florestal-2 ^a ordem	m				42380,65			42380,65	
			%					100			
Sub-Total (m)						50180,64			50180,64		
Total %						100%					
Monsaraz	B	Rede Viária Florestal-1 ^a ordem, subtipo b	m					20445,7			50180,64
			%					100			
	C	Rede Viária Florestal-2 ^a ordem	m				33032,36			33032,36	
			%					100			
	Sub-Total (m)						53478,06			53478,06	
	Total %						100				
Corval	A	Rede Viária Florestal-1 ^a ordem, subtipo b	m					51666,82			51666,82
			%					100			
	C	Rede Viária Florestal-2 ^a ordem	m				32337,3			32337,3	
			%					100			
	Sub-Total (m)						84004,12			84004,12	
	Total %						100				
Campo	B	Rede Viária Florestal-1 ^a ordem, subtipo b	m					19144,94			19144,94
			%					100			
	C	Rede Viária Florestal-2 ^a ordem	m				41143,53			41143,53	
			%					100			
	Sub-Total (m)						60288,47			60288,47	
	Total %						100				
Total (m)								247951,3			247951,3

Quadro 6 – Distribuição por freguesia da rede viária florestal por meios de execução para 2009-2013

Meios de execução*

001- ESF da Autarquia

002- ESF da OPF

003 – Equipas Defesa da Floresta Contra Incêndios (AGRIS 3.4.)

004 – Empresa Prestação de Serviços/Prestadores de Serviços

005 - Meios próprios da Autarquia

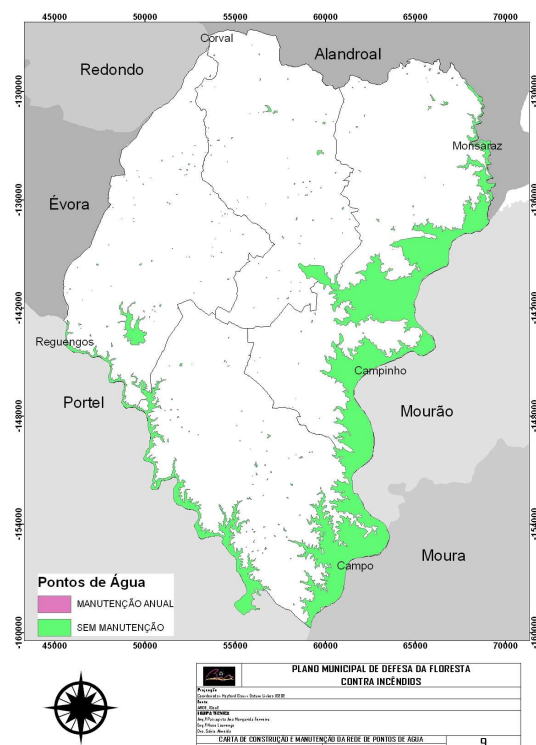
006- Programas Ocupacionais

007 - Outros

Freguesia	Código da Rede Viária	Descrição da Rede Viária	2009		2010		2011		2012		2013	
			Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)	Com intervenção (m)	Sem intervenção (m)
Reguengos	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	0	26311	0	26311	0	26311	0	26311	0	26311
	REM	Rede de estradas municipais	0	11440	0	11440	0	11440	0	11440	0	11440
	RVF-A	Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo a	6766,47	0	0	6766,47	6766,47	0	0	6766,47	6766,47	0
	RVF-B	Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	1033,52	0	0	1033,52	1033,52	0	0	1033,52	1033,52	0
	RVF-C	Rede Viária Florestal-2ª ordem	42380,65	0	0	42380,65	42380,65	0	0	42380,65	42380,65	0
	ORP	Outras redes privadas e públicas	0	271703,56	0	271703,56	0	271703,56	0	271703,56	0	271703,56
	Total		50180,64	309454,56	0	359635,2	50180,64	309454,56	0	359635,2	50180,64	309454,56
Monsaraz	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	0	4514	0	4514	0	4514	0	4514	0	4514
	REM	Rede de estradas municipais	0	30540	0	30540	0	30540	0	30540	0	30540
	RVF-B	Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	20445,7	0	0	20445,7	20445,7	0	0	20445,7	20445,7	0
	RVF-C	Rede Viária Florestal-2ª ordem	33032,36	0	0	33032,36	33032,36	0	0	33032,36	33032,36	0
	ORP	Outras redes privadas e públicas	0	170812,3	0	170812,3	0	170812,3	0	170812,3	0	170812,3
	Total		53478,06	205866,3	0	259344,36	53478,06	205866,3	0	259344,36	53478,06	205866,3
Corval	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	0	10859	0	10859	0	10859	0	10859	0	10859
	REM	Rede de estradas municipais	0	19810	0	19810	0	19810	0	19810	0	19810
	RVF-B	Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	51666,82	0	0	51666,82	51666,82	0	0	51666,82	51666,82	0
	RVF-C	Rede Viária Florestal-2ª ordem	32337,3	0	0	32337,3	32337,3	0	0	32337,3	32337,3	0

	ORP	Outras redes privadas e públicas	0	197355,88	0	197355,88	0	197355,88	0	197355,88	0	197355,88
	Total		84004,12	228024,88	0	312029	84004,12	228024,88	0	312029	84004,12	228024,88
Campo	PNR	Rede de estradas nacionais e regionais incluídas	0	18121	0	18121	0	18121	0	18121	0	18121
	REM	Rede de estradas municipais	0	3750	0	3750	0	3750	0	3750	0	3750
	RVF-B	Rede Viária Florestal-1ª ordem, subtipo b	19144,94	0	0	19144,94	19144,94	0	0	19144,94	19144,94	0
	RVF-C	Rede Viária Florestal-2ª ordem	41143,53	0	0	41143,53	41143,53	0	0	41143,53	41143,53	0
	ORP	Outras redes privadas e públicas	0	231091,53	0	231091,53	0	231091,53	0	231091,53	0	231091,53
	Total		60288,47	252962,53	0	313251	60288,47	252962,53	0	313251	60288,47	252962,53

Quadro 7 – Intervenções na rede viária por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz para 2009-2013



Carta 21 – Carta de construção e manutenção da rede de pontos de água para 2009-2013

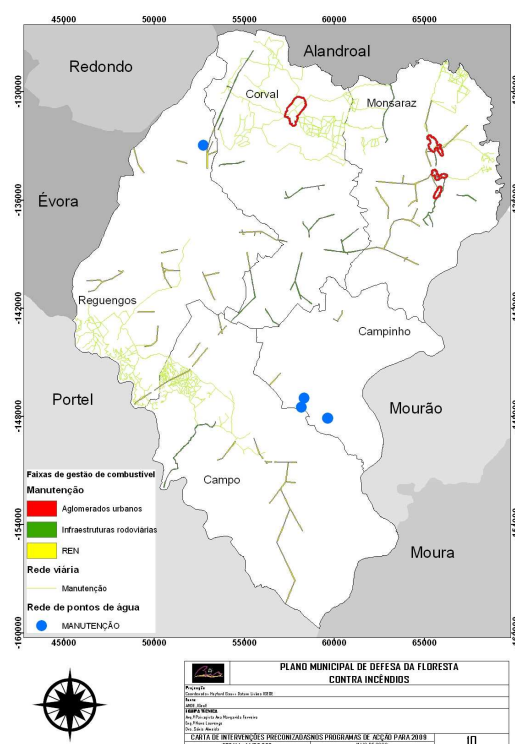
Freguesia	ID_PA	Código do tipo de PA	Designação do tipo de PA	Volume máximo (m³)	Tipologia de acção (C- construção/ M- Manutenção)				
					2009	2010	2011	2012	2013
Reguengos	200	214	Charca	s/ dados	M	M	M	M	M
Campinho	53	214	Charca	s/ dados	M	M	M	M	M
	50	214	Charca	s/ dados	M	M	M	M	M
	52	214	Charca	s/ dados	M	M	M	M	M

Quadro 8 – Intervenções (construção e manutenção) da rede de pontos de água por freguesia do Concelho de Reguengos de Monsaraz para 2009-2013

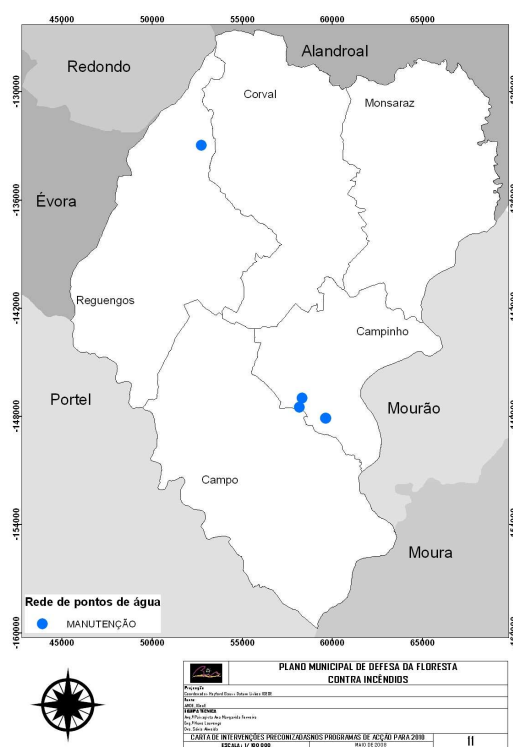
3.1.6. Intervenções preconizadas nos programas de acção

Da análise das cartas referentes a intervenções preconizadas nos programas de acção é importante ter em conta que as faixas de gestão de combustível afectas à rede eléctrica de média e alta tensão e à rede viária têm continuidade para além dos limites administrativos do concelho.

Esta realidade deve ser ponderada em termos da necessidade de gestão conjunta e articulada entre municípios, na defesa da floresta contra incêndios.



Carta 22 – Carta das intervenções preconizadas nos programas de acção do Concelho de Reguengos de Monsaraz para 2009



Carta 23 – Carta das intervenções preconizadas nos programas de acção do Concelho de Reguengos de Monsaraz para 2010

Freguesia	Acção	Área total (ha)	Metas	Unidades	Indicadores					Total (ha)	%
					2009	2010	2011	2012	2013		
Reguengos	Manutenção da rede secundária	95,7	Área mantida com recurso a meios mecânicos	ha	51,94	0	51,94	0	51,94	155,82	163
	Manutenção da rede viária	50180,64	Área mantida com recurso a meios mecânicos	m	50180,64		50180,64		50180,64	150541,92	300
	Manutenção da rede de pontos de água	-	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Unidade	1	1	1	1	1	5	6
Monsaraz	Manutenção da rede secundária	204,97	Área mantida com recurso a meios mecânicos	ha	10,93	0	10,93	0	10,93	32,79	16
	Manutenção da rede viária	53478,06	Área mantida com recurso a meios mecânicos	m	53478,06		53478,06		53478,06	160434,18	300
Corval	Manutenção da rede secundária	150,58	Área mantida com recurso a meios mecânicos	ha	50,0	0	50,0	0	50,0	150	99,6
	Manutenção da rede viária	84004,12	Área mantida com recurso a meios mecânicos	m	84004,12		84004,12		84004,12	252012,36	300
Campo	Manutenção da rede secundária	111,4	Área mantida com recurso a meios mecânicos	ha	92,31	0	92,31	0	92,31	276,93	248,5
	Manutenção da rede viária	60288,47	Área mantida com recurso a meios mecânicos		60288,47		60288,47		60288,47	180865,41	300
Campinho	Manutenção da rede de pontos de água	-	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Unidade	3	3	3	3	3	15	94

Quadro 9 – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – Metas e indicadores.

Freguesia	Acção	Metas	Responsáveis	Estimativa de orçamentos				
				2009	2010	2011	2012	2013
Reguengos	Manutenção da rede secundária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	REN	6586	0	6586	0	6586
		Sub-total		6586	0	6586	0	6586
	Manutenção da rede viária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	29606,57	0	29606,57	0	29606,57
		Sub-total		29606,57		29606,57		29606,57
	Manutenção da rede de pontos de água	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	1000	1000	1000	1000	1000
		Sub-total		1000	1000	1000	1000	1000
		Total		37192,60	1000	37192,60	1000	37192,60
Monsaraz	Manutenção da rede secundária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	1386	0	1386	0	1386
		Sub-total		1386	0	1386	0	1386
	Manutenção da rede viária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	31552,06	0	31552,06	0	31552,06
		Sub-total		31552,06	0	31552,06	0	31552,06
		Total		32938,1	0	32938,1	0	32938,1
Corval	Manutenção da rede secundária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	6340	0	6340	0	6340
		Sub-total		6340	0	6340	0	6340
	Manutenção da rede viária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	49562,43	0	49562,43	0	49562,43
		Sub-total		49562,43	0	49562,43	0	49562,43
		Total		55902,43	0	55902,43	0	55902,43
Campo	Manutenção da rede secundária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos	2954	0	2954	0	2954

			de Monsaraz/Juntas de Freguesia					
			REN	8758	0	8750	0	8750
		Sub-total		11712	0	11712	0	11712
	Manutenção da rede viária	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	35570,20	0	35570,20	0	35570,20
		Sub-total		35570,20	0	35570,20	0	35570,20
		Total		47282,20	0	47282,20	0	47282,20
Campinho	Manutenção da rede de pontos de água	Área mantida com recurso a meios mecânicos	Município de Reguengos de Monsaraz/Juntas de Freguesia	3000	3000	3000	3000	3000
		Sub-total		3000	3000	3000	3000	3000
		Total		3000	3000	3000	3000	3000
		Total		176315,33	4000	176315,33	4000	176315,33

Quadro 10 – Aumento da resiliência do território aos incêndios florestais – Orçamento e responsáveis

3.2 Eixo Estratégico II – Reduzir a incidência dos incêndios

O elevado número de ocorrências verificadas nos últimos anos, tiveram em grande parte origem antrópica, parte por negligência, parte intencional. Deste modo, torna-se necessária uma intervenção cuidada ao nível da prevenção, entendida esta como um conjunto de actividades que têm por objectivos anular a possibilidade de se iniciar um incêndio, diminuir a sua capacidade de desenvolvimento e mitigar os efeitos indesejáveis que o incêndio pode originar, ou seja, que actua em duas vertentes principais, o controlo das ignições e o controlo da propagação.

Objectivo Estratégico:

- A. Educar e sensibilizar as populações
- B. Melhorar o conhecimento das causas dos incêndios e das suas motivações.

Objectivos Operacionais:

- A1. Sensibilização da população
- A2. Sensibilização e educação escolar
- B1. Aumentar a capacidade de dissuasão e fiscalização

Acções:

- A1. Desenvolvimento de programas a nível local e dirigido a grupos específicos da população, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.
- A2. Promover os estudantes na temática florestal, utilizando as experiências existentes no domínio da educação florestal e ambiental.
- B1. Definição das áreas críticas e prioritárias de fiscalização e Integração e coordenação das acções móveis de dissuasão, vigilância e fiscalização pela SEPNA/GNR.

3.2.1. Sensibilização

O plano de sensibilização das populações a desenvolver no âmbito deste da aplicação deste Plano, tem como principal objectivo a redução do número de ocorrências de incêndios, e será levado a cabo junto de três públicos-alvo:

- Sensibilização da população em geral;
- Sensibilização da população dos meios rurais;
- Sensibilização da população escolar, jovens entre os 4 e os 16 anos.

As acções destinadas à população em geral, onde será dada especial importância aos residentes nos aglomerados urbanos, serão centradas no tema da floresta e incêndios e na mais-valia ambiental, social e económica que esta representa para a sociedade. Resumidamente, focará aspectos relacionados com os valores a proteger e o comportamento a ter quando nos encontramos num espaço florestal.

Estas acções serão realizadas através da distribuição em mão de folhetos informativos, explicando-os e advertindo para a importância da salvaguarda dos bens ambientais para as gerações vindouras. Estes folhetos serão distribuídos pelas forças de segurança (GNR), pelos Bombeiros e pelas demais entidades municipais responsáveis pela Defesa da Floresta Contra Incêndios.

No que concerne à sensibilização da população residente em meio rural, nomeadamente, àqueles que desenvolvem actividades relacionadas com a agricultura, pastoreio, caça e pesca, operadores de máquinas florestais e apicultores, será dada especial importância aos comportamentos que deverão evitar nos espaços rurais, como por exemplo, para a não realização de queimadas de renovação de pastagens; procedimentos a ter na queima de resíduos agrícolas e florestais, etc. Para atingir os objectivos pretendidos prevê-se, para além da realização de uma acção de sensibilização por cada sede de freguesia, juntamente com as entidades responsáveis pela DFCI, a distribuição de informação direccionada e contacto directo com o público-alvo, a desenvolver pela GNR e Bombeiros, durante todo o ano, com especial ênfase durante o período crítico.

Relativamente à população escolar, pretende-se realizar acções com o objectivo de consciencializar os jovens para a importância da preservação dos espaços florestais e do ambiente em geral. Estas acções decorrerão em estreita articulação com as escolas do concelho, através do desenvolvimento de trabalhos específicos relacionados com o tema. Para além destas serão realizadas anualmente no Dia Mundial da Floresta e Dia da Árvore (21 de Março), campanhas de sensibilização genéricas para o conjunto da população escolar do Concelho.

Diagnóstico								
Grupo-alvo	Comportamento de risco				Impacto de danos			
	O quê?	Como?	Onde?	Quando?	N.º Ocorr.	Área ard.	Danos	Custos
Agricultor	Queimadas	Sem licença	Zonas rurais	Todo o ano	S/ dados	S/ dados	S/ dados	S/ dados
Pastor	Queimadas	Sem licença	Zonas rurais	Todo o ano	S/ dados	S/ dados	S/ dados	S/ dados
Operadores máquinas	Negligência	Falta informação	Zonas rurais e florestais	Todo o ano	S/ dados	S/ dados	S/ dados	S/ dados
Automobilista	Beatas	Falta informação	Zonas florestais e rurais	Todo o ano	S/ dados	S/ dados	S/ dados	S/ dados
População em geral	Fogueiras	Falta informação	Zonas rurais e florestais	Todo o ano	S/ dados	S/ dados	S/ dados	S/ dados

Quadro 11 – Sensibilização – Diagnóstico

3.2.2. Fiscalização

Com a consolidação institucional do SEPNA/GNR, foram criadas as condições para que, no âmbito do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, este assumia a responsabilidade pela coordenação das acções de prevenção, numa perspectiva integrada, onde deverá ser privilegiado o nível municipal, contribuindo para isso uma estreita ligação com as estruturas locais de prevenção e socorro.

Desta forma, o SEPNA/GNR deverá integrar ao nível municipal, em articulação com os níveis Distritais e Nacional de Operações de Protecção e Socorro, todos os aspectos de coordenação das acções de vigilância, detecção e fiscalização. Convém salientar que o Destacamento Territorial de Évora detém sob sua responsabilidade os concelhos de Évora, Viana do Alentejo e Reguengos de Monsaraz.

Área de actuação	Grupo Alvo	Período de actuação	Entidade responsável	Meios envolvidos		Actividade desenvolvida
				Recursos humanos	Materiais	
Reguengos de Monsaraz	População em Geral	Todo o ano	GNR	5+2	1 viatura	Informação Educação Vigilância Prevenção Fiscalização

Quadro 12 – Acções de fiscalização do Concelho de Reguengos de Monsaraz

3.2.3. Programa operacional

Acção:

Sensibilização da população em geral para os cuidados a ter nas zonas rurais

Metas:

Contacto pessoal com a população e distribuição de informação específica

Indicadores:

50% da população em geral entre 2009-2013

Acção:

Sensibilização dos agricultores em geral para os procedimentos a tomar na realização de queimas e queimadas

Metas:

Realização de sessões de esclarecimento e distribuição de informação nas Freguesias

Indicadores:

5 Freguesias com secções de esclarecimento em 2009-2013

15 % dos agricultores alertados em 2009

25 % dos agricultores alertados em 2010

35 % dos agricultores alertados em 2011

45 % dos agricultores alertados em 2012

50 % dos agricultores alertados em 2013

<u>Acção:</u> Sensibilização da população escolar na temática florestal, utilizando as experiências existentes no domínio da educação florestal e ambiental. <u>Metas:</u> Organizar e comemorar anualmente o dia da árvore e do ambiente com as escolas do ensino básico <u>Indicadores:</u> 50% população estudantil 2009-2013

Quadro 13 – Sensibilização – Metas e Indicadores

Acção	Metas	Unidades	Indicadores				
B1. Definição das áreas críticas de fiscalização,	Diminuir as ocorrências	n.º ocorrências	<15	<13	<11	<8	<5
B1.articulação e coordenação das acções de vigilância e fiscalização.	Apoiar as equipas de vigilância	n.º reuniões/ano	2	2	2	2	2

Quadro 14 - Fiscalização – Metas e indicadores

No quadro seguinte (quadro n.º 15) apresenta-se uma estimativa de orçamento para as acções de sensibilização e fiscalização para o Concelho de Reguengos de Monsaraz no período 2009-2013.

Relativamente ao orçamento de fiscalização pela GNR/SEPNA, não são fornecidos dados, uma vez que estes valores dependem de directivas interna da própria entidade.

Acções	Metas	2009		2010		2011		2012		2013	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
a1. Desenvolvimento de programas a nível local e dirigido a grupos específicos da população, em função das informações históricas de investigação das causas dos incêndios.	Realizar sessão de esclarecimento com distribuição de informação nas freguesias	1500€	Município, BVR, Presidentes das Juntas de Freguesia	1500€	Município, BVR, Presidentes das Juntas de Freguesia	1500€	Município, BVR, Presidentes das Juntas de Freguesia	1500€	Município, BVR, Presidentes das Juntas de Freguesia	1500€	Município, BVR, Presidentes das Juntas de Freguesia
a2. Promover os estudantes na temática florestal, utilizando as experiências existentes no domínio da educação florestal e ambiental.	Organizar e comemorar o dia da árvore e do ambiente nas escolas com as crianças do ensino básico	1500€	Município BVRM GNR	1500€	Município BVRM GNR	1500€	Município BVRM GNR	1500€	Município BVRM GNR	1500€	Município BVRM GNR
b1. Definição das áreas críticas e prioritárias de fiscalização e Integração e coordenação das acções móveis de dissuasão, vigilância e fiscalização pela SEPNA/GNR.	Apoiar as entidades policiais, fornecendo os dados necessários e apoiando na sensibilização	s/ dados	GNR/SEPNA	s/ dados	GNR/SEPNA	s/ dados	GNR/SEPNA	s/ dados	GNR/SEPNA	s/ dados	GNR/SEPNA

Quadro 15 – Sensibilização e fiscalização – Orçamento e responsáveis

3.3. Eixo Estratégico III – Melhoria da eficácia do ataque e da gestão de incêndios

A dicotomia entre a prioridade dada à defesa de vidas e edifícios e a prioridade à defesa da floresta obriga a uma redefinição operacional e requer uma nova abordagem na óptica do planeamento e estratégia do combate. A disponibilidade de sistemas de apoio à decisão que permitam uma gestão operacional de meios e recursos de detecção, 1ª intervenção, combate e rescaldo durante os grandes incêndios e em situações críticas deve ser uma prioridade ao nível do planeamento.

Objectivo Estratégico:

- C. Articulação dos sistemas de vigilância e detecção com os meios de 1ª intervenção
- D. Reforço da capacidade de 1ª intervenção
- E. Reforço do ataque ampliado
- F. Melhorar a eficácia do rescaldo e vigilância pós rescaldo
- G. Melhoria da capacidade logística de suporte à DFCI

Objectivos Operacionais:

- C1. Estruturar e gerir a vigilância e a detecção como um sistema integrado (dispositivo de vigilância e detecção de cariz municipal)
- D1. Estruturar o nível municipal e distrital de 1ª intervenção
- E1. Reforçar a eficácia do combate terrestre ao nível municipal e distrital
- F1. Garantir a correcta e eficaz execução do rescaldo
- F2. Garantir a correcta e eficaz execução da vigilância pós-rescaldo
- G1. Organização de uma estrutura municipal para fazer face não só às situações de socorro e combate aos incêndios florestais, mas também de forma a constituir uma base sustentada de uma primeira célula de primeira resposta a situações de emergência.

Acções:

- C1. Definição das entidades envolvidas nas acções de vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância após rescaldo.
- D1. Levantamento dos dispositivos operacionais, com a indicação das funções e suas responsabilidades, esquemas de comunicação, procedimentos de actuação e lista de contactos.

D1. Na elaboração do PMDFCI/POM, integrar a actuação dos BVRM, das Equipas do SEPNA da GNR e outros Agentes presentes no terreno.

B1. Delimitação dos sectores de DFCI e locais estratégicos de estacionamento (LEE).

E1. Proceder ao levantamento das máquinas pesadas mobilizáveis existentes no Município.

E2. Articulação coordenada dos meios de combate.

E3. Formação dos Bombeiros Voluntários e qualificação dos quadros de comando e chefia que integram, ou se preveja que venham a integrar, o dispositivo operacional.

F1. Promover a utilização por parte dos Bombeiros das ferramentas de sapador nas operações de rescaldo.

F2. Utilizar as máquinas de rasto.

F3. Estabelecer medidas operacionais de vigilância pós-rescaldo.

G1. Criação de uma adequada estrutura logística de suporte às acções de supressão.

Acção	Entidade	Identificação da Equipa	Área de actuação (Sectores territoriais)	Período de actuação	Recursos humanos (n.º)	Tipo de viatura		Equipamento supressão hidráulico			Ferramenta de sapador						
						4x4	4x2	Capacidade de água (l)	Potência (Hp)	Comprimentos total de mangueiras (m)	Folção	Ancinho	Ancinho/ enxada (McLeod)	Polaski	Enxada	Abafador	Bomba dorsal
Vigilância	BVRM	ECIN	S071102 S071103 S071104 S071105 S071106	FASES BRAVO; CHARLIE e DELTA	5	X		2200		200		1			1	2	
	GNR	SEPNA	S071101 S071102	Todo o ano	5 + 2	X											
Primeira Intervenção	BVRM	ECIN	S071101 S071102 S071103 S071104 S071105 S071106	Todo o ano	5	X		2200 5000		200 200		1 1			1 1	- 2	
Combate	BVRM	ECIN	S071101 S071102 S071103 S071104 S071105 S071106	Todo o ano	5	x		2200 2200 5000		200 200 300		1 1 1			1 1 1	2 2 2	
Rescaldo	BVRM	ECIN	S071101 S071102 S071103 S071104 S071105 S071106	Todo o ano	5	x		2200 2200 5000 12000 17000		200 200 300 200 200		1 1 1 - -			1 1 1 - -	2 2 2 - -	
Vigilância pós-incêndio	BVRM	ECIN	S071101 S071102 S071103 S071104 S071105 S071106	Todo o ano	5	x		2200		200		1			1	2	

Quadro 16 – Listagem de entidades envolvidas em cada acção

3.3.1. Meios e Recursos

Dado a especificidade do concelho de Reguengos de Monsaraz, as entidades envolvidas em acções de DFCI, resume-se à equipa ECIN dos Bombeiros Voluntários de Reguengos de Monsaraz e à equipa SEPNA da GNR sedeadas em Reguengos de Monsaraz.

Dado o reduzido número de entidades envolvidas e meios disponíveis, a distribuição das entidades por acções cinge-se às competências de cada uma delas para a execução das tarefas designadas. O mesmo sucede com a distribuição por sectores territoriais, onde a escassez de meios e recursos humanos obriga à distribuição das duas entidades pelos mesmos sectores, assegurada a devida articulação diária entre elas.

Relativamente ao inventário de equipas e respectivos equipamentos e ferramentas de sapador florestal não é aplicável, uma vez que no Concelho de Reguengos de Monsaraz, não existem equipas de sapadores florestais.

Funções e responsabilidades		Informação e Educação	Patrulhamento e fiscalização	Vigilância	1ª Intervenção	Combate	Rescaldo	Vigilância Pós-incêndio	Despistagem de causas
Entidades									
BVRM									
GNR	SEPNA								
	GIPS								
Juntas de Freguesia									
Câmara Municipal									
Corpo Nacional de Escutas									
Policia Judiciária									
Forças Armadas									

Quadro 18 – Dispositivos operacionais – funções e responsabilidades

3.3.2. Dispositivos Operacionais DFCI

3.3.2.1 Sistema de Alertas

Alerta amarelo

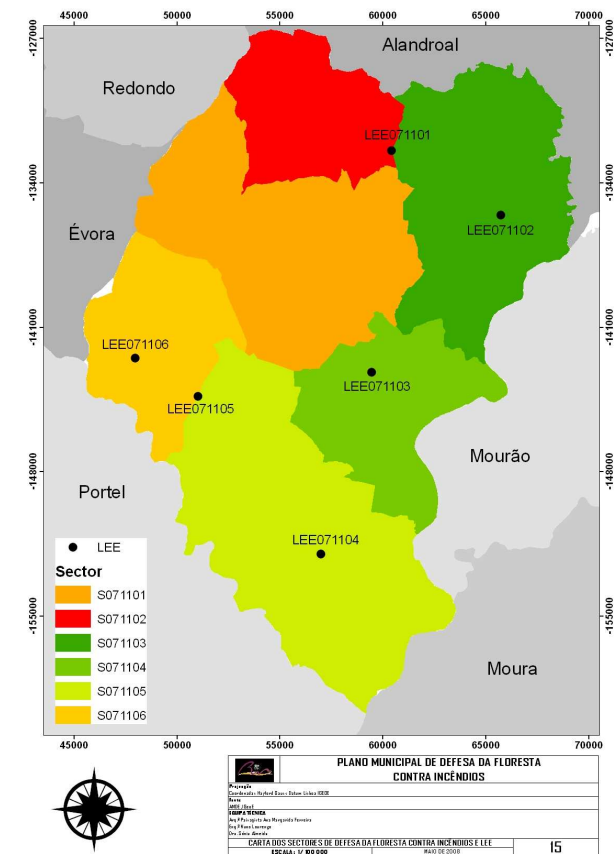
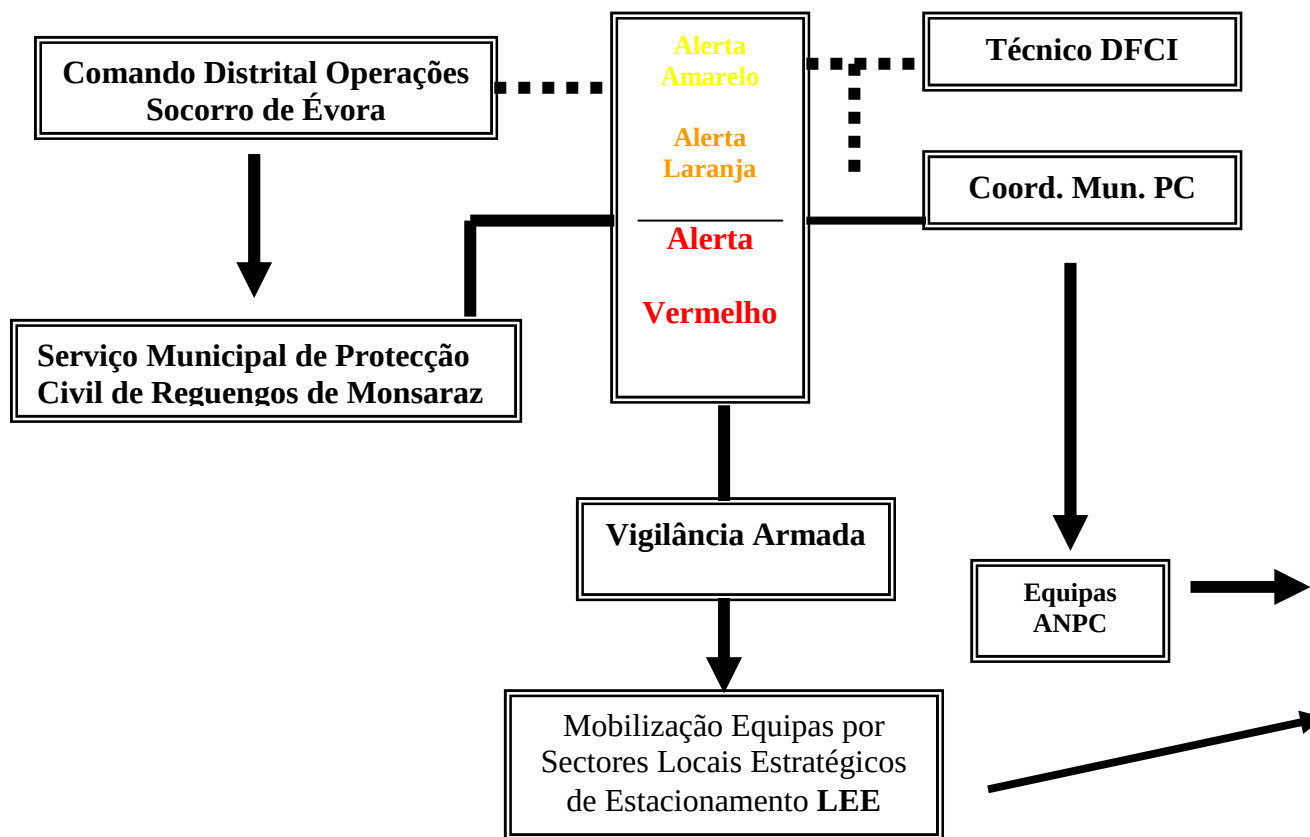
Uma situação de Alerta Amarelo ocorre quando a situação de risco apresenta probabilidades de ser afectada por factores de origem natural (ex. situação meteorológica adversa) ou tecnológica, exigindo a adopção de um grau de acompanhamento mais apertado. De uma maneira geral, o Alerta Amarelo ocorre em situações em que exista a previsibilidade de ocorrências que podem ultrapassar a capacidade de resposta Sectorial do Distrito.

Alerta laranja

O Alerta Laranja é activado quando se prevêem situações de ocorrência ou ocorrências múltiplas (pré-emergência), com necessidade de resposta nacional ao nível sectorial. A este nível existe risco de ocorrência de acidente grave, tornado previsível a necessidade de afectação parcial ou geral dos meios municipais. A partir do momento em que é anunciado este nível de Alerta, é activada a coordenação entre as diversas entidades que compõem o Sistema de DFCI do Município. Durante o período de Alerta as diversas equipas estão mais atentas e permanecem no terreno durante mais tempo.

Alerta vermelho

Por último, o Alerta Vermelho é accionado quando existe uma previsão de ocorrência ou ocorrências múltiplas (situação de emergência) com necessidade de resposta Nacional global. Pretende-se com este nível de Alerta, a mobilização geral dos meios, reforçar o Alerta ao Sistema de Protecção Civil, assim como, o Alerta à população. Sempre que a Autoridade Nacional de Protecção Civil accionar o Alerta Vermelho são activados os meios Municipais necessários, ficando todos os meios e entidades em disponibilidade máxima.



Quadro 19 -Esquema de comunicação dos alertas amarelo, laranja e vermelho do Concelho de Reguengos de Monsaraz

Procedimentos Actuação Entidades	Actividades	Horário	N.º Mínimo de elementos	Locais de Posicionamento
BVRM	Vigilância, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo	Todo o dia	5	LEE071101 LEE071102 LEE071103 LEE071104 LEE071105 LEE071106
GNR	Vigilância, detecção e fiscalização	A designar quinzenalmente	5 + 2	MOVEL

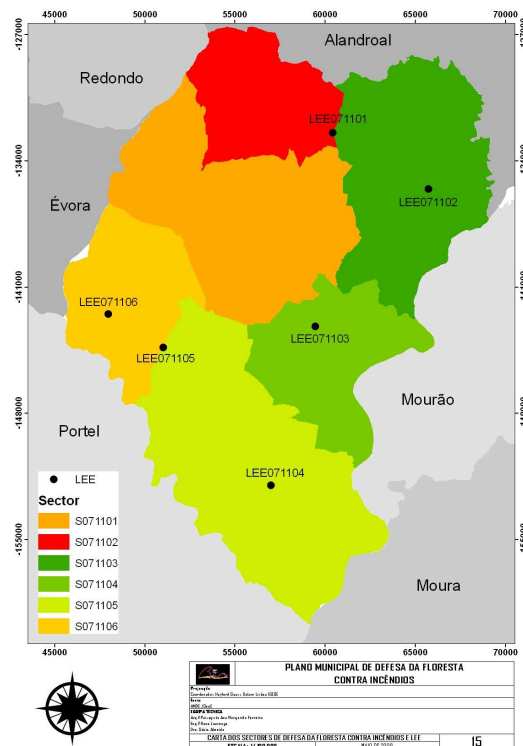
Quadro 20 – Procedimento de actuação em alerta amarelo, no concelho de Reguengos de Monsaraz

Procedimentos Actuação Entidades	Actividades	Horário	N.º Mínimo de elementos	Locais de Posicionamento
BVRM	Vigilância, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-rescaldo	Todo o dia	5	LEE071101 LEE071102 LEE071103 LEE071104 LEE071105 LEE071106
GNR	Vigilância, detecção e fiscalização	A designar quinzenalmente	5 + 2	MOVEL

Quadro 21 – Procedimento de actuação em alerta laranja, no concelho de Reguengos de Monsaraz

Procedimentos Actuação Entidades	Actividades	Horário	N.º Mínimo de elementos	Locais de Posicionamento
BVRM	Vigilância, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós- rescaldo	Todo o dia	5	LEE071101 LEE071102 LEE071103 LEE071104 LEE071105 LEE071106
GNR	Vigilância, detecção e fiscalização	A designar semanalmente	5 + 2	MOVEL

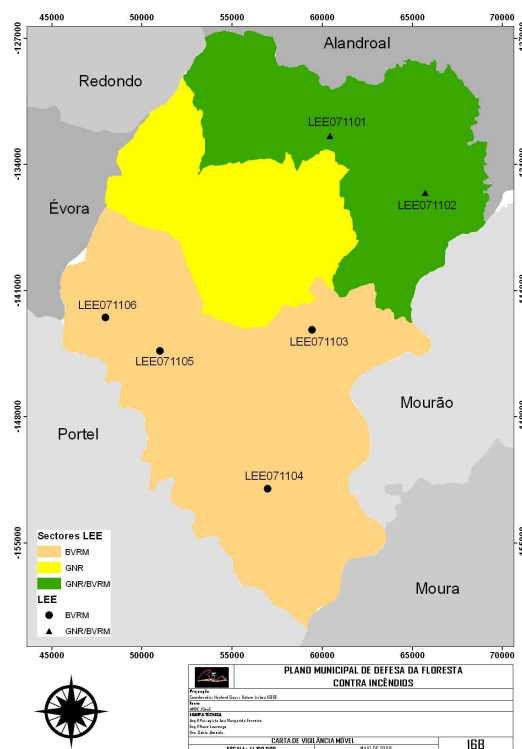
Quadro 22 – Procedimento de actuação em alerta vermelho, no concelho de Reguengos de Monsaraz



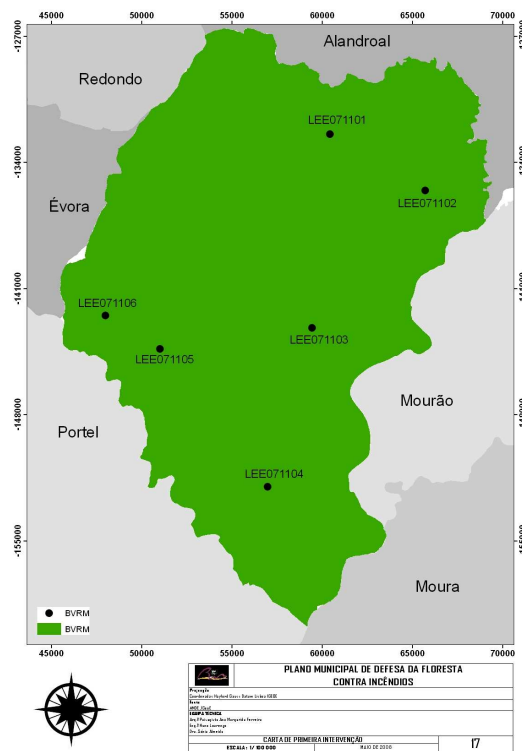
Carta 27 – Carta dos sectores de defesa da floresta contra incêndios e LEE



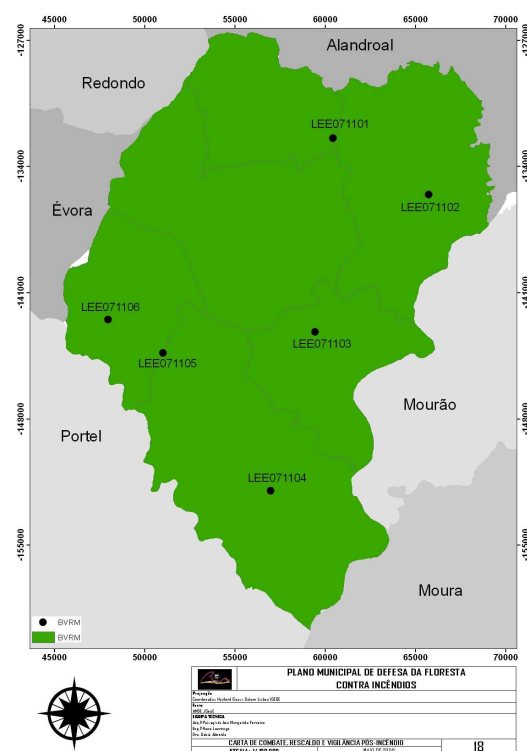
Carta 28 – Carta da rede de postos de vigia e bacias de visibilidade



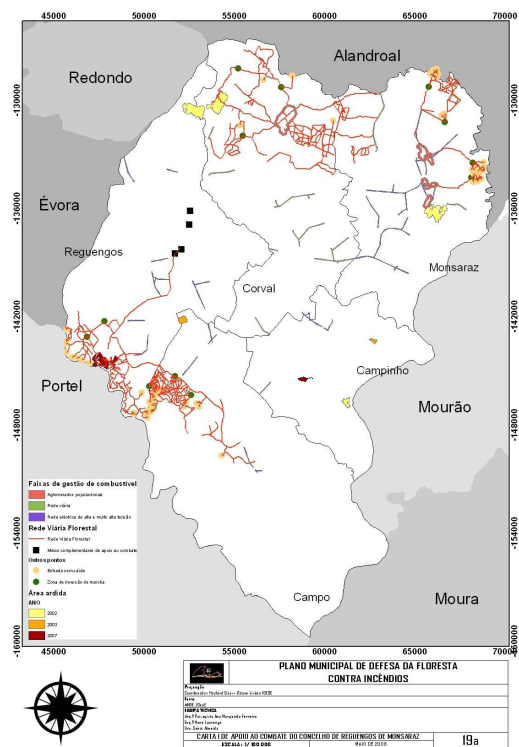
Carta 29 – Carta de vigilância móvel



Carta 30 – Carta de primeira intervenção



Carta 31 – Carta de combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio



Carta 32– Carta I de apoio ao combate

Freguesia	Acção		Área total (ha)	N.º ocorrências	Metas	Unidades	Indicadores Mensuráveis					Total (ha)	Total (n.º ocorrências)
							2009	2010	2011	2012	2013		
Reguengos	Vigilância e detecção			1	Diminuir o n.º de ocorrências através de acções de vigilância e detecção	n.º	<1	0	0	0	0		0
			285,8		Diminui a área ardida	ha	<285,8	<200	<150	<100	<50	235,8	
	Primeira intervenção				Impedir a propagação dos fogos emergentes e circunscreve-los	Minutos	<20	<15	<15	<15	<15		
	Ataque aos incêndios	Combate (ataque ampliado)	285,8	1	Evitar a propagação de incêndios, impedindo que estes atinjam grandes dimensões procurando obter uma área ardida/incêndio menor	ha/incêndios	<285,8	<200	<150	<100	<50	235,8	
		Rescaldo			Evitar reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0		
		Vigilância pós-recaldo			Evitar reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0		
Corval	Vigilância e detecção			5	Diminuir o n.º de ocorrências através de acções de vigilância e detecção	n.º	<5	<3	<2	<1	0		0
			0,0		Diminui a área ardida	ha	0	0	0	0	0	0	
	Primeira intervenção				Impedir a propagação dos fogos emergentes e circunscreve-los	Minutos	<20	<15	<15	<15	<15		
	Ataque aos incêndios	Combate (ataque ampliado)	0,0	5	Evitar a propagação de incêndios, impedindo que estes atinjam grandes dimensões procurando obter uma área ardida/incêndio menor	ha/incêndios	0	0	0	0	0	0	
		Rescaldo			Evitar reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0		
		Vigilância pós-recaldo			Evitar reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0		
Monsaraz	Vigilância e detecção			2	Diminuir o n.º de ocorrências através de acções de vigilância e detecção	n.º	<2	<1	0	0	0		0
			26		Diminui a área ardida	ha	<26	<20	<15	<19	<5	21	
	Primeira intervenção				Impedir a propagação dos fogos emergentes e circunscreve-los	Minutos	<20	<15	<15	<15	<15		

	Ataque aos incêndios	Combate (ataque ampliado)	26	2	Evitar a propagação de incêndios, impedindo que estes atinjam grandes dimensões procurando obter uma área ardida/incêndio menor	ha/incêndios	<26	<20	<15	<10	<5	21	
		Rescaldo			Evita reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0		
		Vigilância pós-recaldo			Evitar reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0		
Campo	Vigilância e detecção			1	Diminuir o n.º de ocorrências através de acções de vigilância e detecção	n.º	<1	0	0	0	0		0
			0,001		Diminui a área ardida	ha	<0,001	0	0	0	0	0,001	
	Primeira intervenção				Impedir a propagação dos fogos emergentes e circunscreve-los	Minutos	<20	<15	<15	<15	<15		
	Ataque aos incêndios	Combate (ataque ampliado)	0,001	1	Evitar a propagação de incêndios, impedindo que estes atinjam grandes dimensões procurando obter uma área ardida/incêndio menor	ha/incêndios	<0,001	0	0	0	0	0,001	
		Rescaldo			Evita reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0	0	
		Vigilância pós-recaldo			Evitar reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0	0	
Campinho	Vigilância e detecção			2	Diminuir o n.º de ocorrências através de acções de vigilância e detecção	n.º	<2	<1	0	0	0		0
			22		Diminui a área ardida	ha	<22	<20	<15	<10	<5	17	
	Primeira intervenção				Impedir a propagação dos fogos emergentes e circunscreve-los	Minutos	<20	<15	<15	<15	<15		
	Ataque aos incêndios	Combate (ataque ampliado)			Evitar a propagação de incêndios, impedindo que estes atinjam grandes dimensões procurando obter uma área ardida/incêndio menor	ha/incêndios	<22	<20	<15	<10	<5	17	
		Rescaldo			Evita reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0	0	
		Vigilância pós-recaldo			Evitar reacendimentos	n.º	0	0	0	0	0	0	

Quadro 24 – Vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio – Metas e indicadores

Acção	Metas	2009		2010		2011		2012		2013	
		Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis	Orçamento	Responsáveis
Apoio à Vigilância e Detecção	1. Diminuir o n.º de ocorrências através de acções de vigilância e detecção	2500 €	CDMDFCI CDOS	2500€	CDMDFCI CDOS	2500 €	CDMDFCI CDOS	2500 €	CDMDFCI CDOS	2500 €	CDMDFCI CDOS
Apoio à Vigilância e Detecção	2. Diminuir a área ardida	1000€	CDMDFCI CDOS	1000€	CDMDFCI CDOS	1000€	CDMDFCI CDOS	1000€	CDMDFCI CDOS	1000€	CDMDFCI CDOS
Apoio à primeira intervenção	3. Impedir propagação de fogos emergentes e circunscreve-los	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS
Ataque aos incêndios através do combate	4. Evitar propagação dos incêndios, impedindo que eles atinjam grandes dimensões	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS
Ataque aos incêndios através do rescaldo e vigilância pós-rescaldo	5. Evitar reacendimentos	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS	s/ dados	CDMDFCI CDOS

Quadro 25 - Vigilância e detecção, 1ª intervenção, combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio – Orçamento e responsáveis

3.4. Eixo Estratégico IV – Recuperação e reabilitação dos ecossistemas

Após os incêndios ocorridos deverão ser executadas acções de mitigação e de restauração/reabilitação do alto risco de erosão, de modo a evitar o aumento dos impactos negativos gerados pelo fogo. A diminuição da capacidade de reter a água aumenta o escoamento superficial, originando perdas de nutrientes e aumento do risco de erosão. Desta forma a sua recuperação é fundamental para garantir o sucesso da estratégia de DFCI.

Objectivo Estratégico:

Recuperar e reabilitar os ecossistemas

Objectivo Operacional:

Avaliação e mitigação dos impactos causados pelos incêndios e implementação da estratégia de reabilitação a longo prazo.

Acções:

Conduzir um programa específico dirigido à recuperação de áreas ardidas, aplicando as orientações estratégicas do Conselho Nacional de Reflorestação, de Planos Regionais de Ordenamento Florestal e as recomendações técnicas do INAG e do Centro PHOENIX do Instituto Florestal Europeu para evitar a degradação de recursos e infra-estruturas.

A recuperação das áreas ardidas deve promover a reflorestação com espécies autóctones, não só para valorizar a floresta Portuguesa mas igualmente para a tornar mais resistente pois as estas espécies estão adaptadas às condições edafoclimáticas existentes.

Estas espécies, para além do valor ambiental que lhes é intrínseco, são a base de um ecossistema complexo e diversificado cuja riqueza se traduz numa reconhecida variedade faunística e florística.

Porém, é importante ter em conta que, numa situação de pós-incêndio, a recuperação do ecossistema é imperativa e deve seguir as seguintes fases:

1. Intervenção ou estabilização de emergência, que ocorre logo ou ainda durante o combate ao incêndio e que visa o controlo da erosão e a protecção da rede hidrográfica bem como a defesa das infra-estruturas e dos habitats mais sensíveis;
2. Reabilitação, que consiste na avaliação dos danos e da reacção dos ecossistemas, à recolha de salvados, à recuperação biofísica e à reflorestação das zonas mais sensíveis;

3. Planeamento e implementação dos projectos definidos de recuperação/reflorestação, até 3 anos após a passagem do fogo.

Estas acções deverão ser promovidas e conduzidas pela AFN e pelo corpo técnico do Município designado para esta matéria.

Este eixo estratégico está directamente relacionado com a avaliação e mitigação dos impactes causados pelos incêndios e o planeamento e aplicação de estratégias de recuperação das áreas ardidas de curto, médio e longo prazo.

Após a ocorrência de um incêndio, dependendo da sua severidade, há todo um conjunto de fenómenos que se manifestam com uma forte probabilidade para gerar a degradação ecológica do espaço atingido, bem como na área envolvente. De uma forma geral os incêndios causam os seus maiores impactos ao nível:

1. Dos povoamentos florestais, com manifesta perda de rendimento, favorecimento de espécies oportunistas e surgimento de problemas fitossanitários;
2. Do solo, através de fenómenos de erosão durante o incêndio por degradação das partículas, e no pós-incêndio, uma vez que a perda da sua protecção favorece o arrastamento de partículas através do escoamento superficial;
3. Do regime hídrico, através da diminuição da capacidade de retenção de águas dos solos e redução das secções de vazão devido a fenómenos de assoreamento, levando a alterações nos regimes de cheia;
4. Da dinâmica dos ecossistemas.

Segundo as Orientações Estratégicas para a Recuperação das Áreas Ardidas, publicadas pelas AFN, numa vertente exclusivamente biofísica, a recuperação de áreas ardidas envolve, tradicionalmente e para os sistemas florestais de silvicultura não intensiva, três fases distintas:

1. A primeira fase, muitas vezes designada como de “intervenção” ou “estabilização de emergência”, decorre logo após (ou ainda mesmo durante) a fase de combate ao incêndio e visa não só o controlo da erosão e a protecção da rede hidrográfica, mas também a defesa das infra-estruturas e das estações e *habitats* mais sensíveis. Neste sentido, existem um conjunto de técnicas que se podem aplicar como: colocação ramos queimados perpendicularmente ao

máximo declive, apoiados por cepos das árvores abatidas; abertura de valas no sentido das curvas de nível e posterior cobertura com material orgânico através de hidrossementeira; construção de pequenas represas, com pedras ou outros materiais, de forma a permitir a infiltração da água no local e retenção de minerais; utilização de sementeira aérea ou terrestre, com cobertura do solo com material vegetal de forma a se conseguir uma menor perda de solo; e aplicação de Técnicas de Engenharia Biofísica para estabilização de taludes.

2. A segunda fase, ou fase de “reabilitação”, nos dois anos seguintes, em que se procede, entre outras acções, à avaliação dos danos e da reacção dos ecossistemas, à recolha de salvados e, eventualmente, ao controlo fitossanitário, a acções de recuperação biofísica e mesmo já à reflorestação de zonas mais sensíveis.

3. A terceira fase, em que são planeados e implementados os projectos definitivos de recuperação/reflorestação, normalmente a partir dos três anos após a passagem do fogo.

Assim para se evitar situações de maior impacte no ecossistema afectado pelo incêndio, é conveniente, que logo após uma ocorrência de extensão e nível severidade elevadas, se efectuem acções de mitigação de danos, nomeadamente nas áreas com maior vulnerabilidade à erosão e degradação ecológica, no sentido de tornar o processo de recuperação mais eficiente.

Acções	Prazo¹	Entidades envolvidas
Levantamento e cartografia da área ardida	Até 5 dias após o incêndio	SEPNA e TDF/AFN
Caracterização da área ardida: severidade do incêndio, extensão, e principais impactes	Até 10 dias após o incêndio	TDF/AFN
Elaboração de um plano com medidas de curto, médio e longo prazo para recuperação da área ardida	Até 20 dias após o incêndio	CMDFCI, com a colaboração de entidades competentes para o efeito (associações profissionais, associações de produtores florestais ou outras)
Aplicação de medidas de curto prazo para minimização dos impactes ambientais	Até 30 dias após o incêndio	A definir

Quadro 26 – Acções de curto prazo a efectuar na sequência de um grande incêndio

¹Estes prazos podem ser alargados caso a dimensão da área e a sua heterogeneidade espacial o justifiquem

3.5. Eixo Estratégico V – Adaptação de uma estrutura orgânica funcional e eficaz

As Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI) são centros de coordenação e acção local de âmbito municipal cuja missão é coordenar as acções de defesa da floresta contra incêndios e promover a sua execução.

Uma das suas competências é articular a actuação dos organismos com competência em matéria de incêndios florestais, no âmbito da sua área geográfica.

Assim, é essencial promover uma estrutura orgânica funcional e eficaz bem como a ligação institucional entre os três níveis de actuação, Municipal, Distrital e Nacional que devem funcionar como um comando único que garanta a prevenção, protecção e socorro.

Objectivo Estratégico:

Operacionalizar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI)

Objectivos Operacionais:

- Preparar uma estrutura para sustentar as acções e metas a atingir a nível Municipal, Distrital e Nacional.
- A nível Municipal monitorizar as acções de Defesa da Floresta Contra Incêndios e garantir o necessário apoio técnico e logístico.

Acções a desenvolver de forma contínua:

- Articular as diversas entidades no âmbito Municipal e garantir a ligação das mesmas ao nível Distrital e Nacional;
- Monitorizar as acções de defesa da floresta contra incêndios;
- Capacitar os recursos humanos e dotar as entidades de recursos materiais para uma adequada intervenção;
- Estruturar, mediante os SMPC, as actividades de vigilância, detecção, fiscalização, 1ª intervenção e combate previstas em sede de POM. Estes serviços devem coordenar todas as operações e forças, de socorro, emergência e assistência garantindo a ligação operacional permanente do Município ao CDOS.

No sentido de se adoptar uma estrutura orgânica funcional e eficaz para a concretização dos objectivos de DFCI, é essencial a existência de uma organização a nível Municipal fundamentada em volta de uma política de prevenção, protecção e socorro, que permita uma articulação eficiente entre os organismos com competência nessa matéria. Nesse sentido foi criada a Lei n.º 14/2004 de 8 de Maio, cujo o objectivo é a constituição de Comissões Municipais de Defesa da Floresta Contra Incêndios (CMDFCI), tendo estas como missão a coordenação, ao nível local, de acções de DFCI e a promoção da sua execução.

A CMDFCI de Reguengos de Monsaraz tem a seguinte composição:

- a) O Presidente da Câmara Municipal ou seu representante;
- b) Um Presidente de Junta de Freguesia eleito pela Assembleia Municipal;
- c) Um representante da Direcção-Geral dos Recursos Florestais;
- d) Um representante do Corpo de Bombeiros;
- e) Um representante da Guarda Nacional Republicana;
- f) Outras entidades e personalidades, a convite do Presidente da Câmara Municipal.

Esta composição permite a articulação entre entidades com responsabilidade na gestão do território, vigilância e combate a incêndios, fomentando a

realização de acções concertadas ao nível local, e a integração de diferentes competências e conhecimentos, de forma a promover a partilha de informação e optimização das operações a definir.

São atribuições da Comissão:

- Articular a actuação dos organismos com competências em matéria de incêndios florestais, no âmbito da sua área geográfica;
- Elaborar um Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), assim como os Planos Operacionais Municipais (POM), que defina as medidas necessárias para o efeito e que inclua a previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades perante a ocorrência de incêndios, em consonância com o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho), o Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI, Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio) e com o respectivo Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF);
- Propor à Direcção-Geral dos Recursos Florestais (AFN), de acordo com o estabelecido nos planos referidos na alínea b), projectos de investimento de prevenção e protecção da floresta contra incêndios e levar a cabo a sua execução;
- Desenvolver acções de sensibilização da população, de acordo com o definido no PMDFCI;
- Promover a criação de grupos de autodefesa dos aglomerados populacionais integrados ou adjacentes a áreas florestais, sensibilizando para tal a sociedade civil e dotá-los de meios de intervenção, salvaguardando a formação do pessoal afecto a esta missão, para que possa actuar em condições de segurança, através da implementação de medidas que levem as populações, através das juntas de freguesia, e/ou organizações de voluntariado a aderir a projectos comuns de protecção colectiva;
- Executar, com o apoio da AFN, a elaboração de cartografia de infra-estruturas florestais, delimitação de zonas de risco de incêndio e de áreas de abandono;
- Implementar, com o apoio da AFN, o programa de redução de combustíveis;
- Proceder à sinalização das infra-estruturas florestais de prevenção e protecção da floresta contra incêndios, para uma utilização mais rápida e eficaz por parte dos meios de combate;

- Identificar e propor as áreas florestais a sujeitar a sinalização, com vista ao condicionamento do acesso, circulação e permanência, que deverão ser implementadas no âmbito do POM, durante o período crítico;
- Melhorar o desempenho das Brigadas Móveis de vigilância;
- Na elaboração do PMDFCI/POM integrar todos os agentes envolvidos no terreno em matéria de vigilância, 1ª intervenção e combate, de forma a garantir a coordenação operacional, através do POM;
- Potenciar a proximidade do dispositivo, de cariz Municipal, a incêndios nascentes, com o apoio do CDOS;
- Garantir a articulação das comunicações entre as várias estruturas;
- Colaborar na divulgação de avisos as populações, no âmbito do sistema nacional de divulgação pública do índice de risco de incêndio;
- Aprovar os planos de fogo controlado que lhe foram apresentados pelas entidades proponentes, no âmbito do previsto no Regulamento do Fogo Controlado;
- Em matéria de incêndios florestais assegurar, em situação de acidente grave, catástrofe ou calamidade, o apoio técnico ao respectivo centro municipal de operações de emergência e protecção civil (CMOPEC);
- Apoiar a actividade do Gabinete Técnico Florestal, quando constituído, e solicitar a sua contribuição quando necessário.

Para cumprir os objectivos propostos a CMDFCI irá reunir-se pelo menos 4 vezes por ano como previsto no PNDFCI, que consta na Resolução de Município de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio. Essas reuniões permitirão compilar informação periódica no sentido de se criar um plano operacional sectorial para cada entidade interveniente no PMDFCI do Município.

As componentes do PMDFCI que constituem o POM são as seguintes:

- Enquadramento geográfico do Concelho
- Áreas ardidas
- Perigosidade de incêndio florestal
- Risco de incêndio florestal
- Prioridades de defesa
- Áreas protegidas, rede natura 2000 e regime florestal

- Rede de postos de vigia e bacias de visibilidade
- Mapa de vigilância
- Mapa de primeira intervenção
- Mapa de combate
- Mapa de rescaldo e vigilância pós-incêndio
- Mapas de apoio ao combate
- Esquema de comunicação dos alertas amarelo, laranja e vermelho
- Entidades envolvidas em cada acção e inventário de viaturas e equipamentos
- Dispositivo operacional
- Procedimentos de actuação nos alertas amarelo, laranja e vermelho
- Lista geral de contactos

Por sua vez, a existência anual de um Plano Operacional Municipal (POM), permitirá fazer frente, de forma ágil e coordenada, ao problema dos incêndios florestais, sendo considerado um plano dinâmico e interactivo, dando uma melhor perspectiva de DFCI no Município, servindo ainda, para estruturar os relatórios de vigilância a desenvolver pela CMDFCI. A CMDFCI deverá, ainda, estabelecer a data anual de aprovação do POM de modo a que esta não se estenda para além do dia 15 de Abril.

Especificamente, pretende-se com o POM o seguinte:

- Definir e garantir entre todas as entidades envolvidas no processo, uma estrutura organizada, eficaz e os procedimentos para a detecção, primeira intervenção, combate e rescaldo a incêndios florestais;
- Estabelecer épocas/horas de maior probabilidade de ocorrência de incêndios florestais, principais causas e, estabelecer a zonagem do território em função do risco e da vulnerabilidade, permitindo assim avaliar a perigosidade de incêndio do Município;
- Avaliar os meios de prevenção, detecção, primeira intervenção, combate e rescaldo disponíveis no Município;
- Descrever os procedimentos que cada entidade adopta nas operações referidas e as áreas de vigilância das entidades envolvidas.

De forma a apurar o alcance de concretização dos objectivos de DFCI, a CMDFCI deverá realizar uma auto-avaliação anual, após as épocas críticas de incêndios florestais, de forma a analisar os resultados obtidos relativamente à coordenação e articulação entre as diversas entidades com responsabilidades em acções de vigilância, primeira intervenção, combate e rescaldo. Estes resultados serão apresentados e descritos anualmente num relatório apresentado no quarto trimestre, permitindo-se assim de determinar se os objectivos definidos inicialmente no PMDFCI estão a ser cumpridos, ou se haverá lugar à necessidade de se alterarem estratégias e procedimentos.

É igualmente importante a interacção entre CMDFCI de municípios adjacentes, podendo haver o desenvolvimento de estratégias de cooperação e articulação entre as entidades com responsabilidades no combate e vigilância activa.

O sistema de DFCI deverá ter um carácter dinâmico, podendo-se utilizar novas técnicas de prevenção e combate, podendo mesmo haver a incorporação de novos elementos nas entidades da CMDFCI.

No quadro resumo dos custos totais do Plano, refere-se no eixo 5 o orçamento relativo aos custos de formação de técnicos e custos de funcionamento da própria Comissão.

3.5.1.Responsabilidades e competências

Eixos estratégicos	Entidades/Responsabilidades				
	CMRM	Juntas de Freguesia	BVRM	GNR	CMDFCI
1º Eixo	Manutenção RVF e FGC e pontos de água	Manutenção RVF e FGC			Monitorização
2º Eixo	Sensibilização	Sensibilização	Sensibilização	Sensibilização	Sensibilização
3º Eixo			Vigilância/1ª intervenção/Combate/Rescaldo	Vigilância/Fiscalização	Articulação/Monitorização
4º Eixo					Monitorização
5º Eixo	Apoio técnico e logístico				Coordenação/Monitorização

Quadro 27- Responsabilidade de cada entidade em cada eixo estratégico

3.5.2. Programa operacional – Custos Totais

O presente capítulo resulta da compilação dos valores orçamentais previstos para cada eixo estratégico, com o qual se pretende desenvolver as actividades necessárias ao cumprimento das metas definidas em cada acção.

Eixos estratégicos	Estimativa do orçamento total (€)					Total
	2009	2010	2011	2012	2013	
1º Eixo	176315,33	4000	176315,33	4000	176315,33	536946
2º Eixo	3000	3000	3000	3000	3000	15000
3º Eixo	3500	3500	3500	3500	3500	17500
4º Eixo	2500	2500	2500	2500	2500	12500
5º Eixo	4000	4000	4000	4000	4000	20000
Total/ano	215792,4	17000	215792,4	17000	215792,4	601946
Total PMDFCI						601946

Quadro 27- Orçamento do PMDFCI do Concelho de Reguengos de Monsaraz

3.5.3. Período de Vigência do Plano

O presente Plano terá um período de vigência de 5 anos (2009-2013), iniciando após a sua aprovação em sede de reunião da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios. O mesmo será revisto após este período ou sempre que ocorram alterações aos pressupostos que estiveram na origem deste Plano. A monitorização da aplicação das diferentes acções propostas será da responsabilidade da CMDFCI.

O Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios será entregue a todos os membros que compõem a CMDFCI, bem como, disponibilizado através dos meios de divulgação habituais do Município.

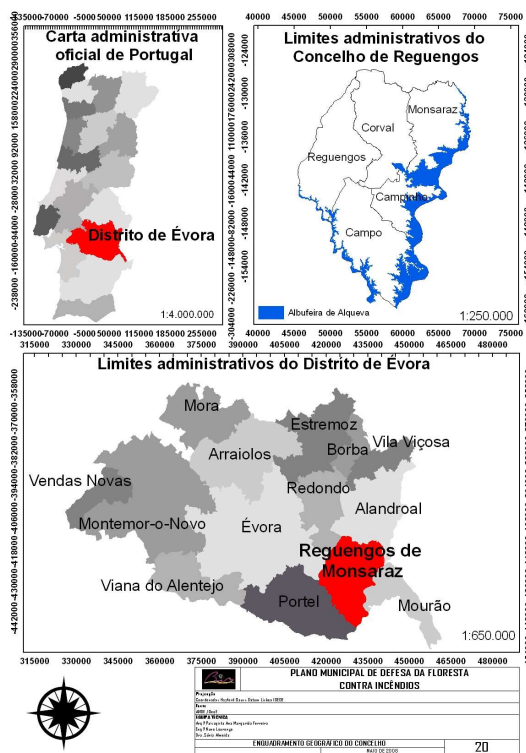
CADERNO II – Informação de base

1. Caracterização física

1.1 Enquadramento Geográfico

O Concelho do Reguengos de Monsaraz localiza-se na região do Alentejo, pertence ao distrito de Évora, à Direcção Regional das Florestas do Alentejo. É confinado a Norte, pelos concelhos do Alandroal e Redondo, a Nascente, pelo concelho de Mourão, a Sul pelos concelhos de Moura e Portel, e a Poente, pelo concelho de Évora e Portel. É de notar porém que o Concelho é limitado a Nascente, Sul e Poente pela Albufeira de Alqueva.

O concelho do Reguengos de Monsaraz é parte integrante do agrupamento de concelhos da Sub-região do Alentejo Central corresponde a uma NUT¹ de nível III.



Carta 34 – Enquadramento geográfico do Concelho

¹ Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos criada pelo Decreto-Lei nº 46/89, de 15 de Fevereiro com vista a estabelecer uma harmonia entre as divisões territoriais utilizadas para fins estatísticos. Esta nomenclatura tem vários níveis geográficos conforme o nível de desagregação assumido (por exemplo, o nível II, no Continente, é composto pelas unidades: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

O concelho do Reguengos de Monsaraz tem uma área aproximada de 463,77 Km², para uma população de 11 382 habitantes (censos 2001), distribuídos por 5 freguesias: Reguengos de Monsaraz, Monsaraz, Corval, Campo e Campinho.

FREGUESIA	Área (km²)
Reguengos de Monsaraz	101,55
Monsaraz	88,25
Corval	94,91
Campo	129,41
Campinho	47,11
Total do Concelho	463,77

Quadro 29 – Área total do Concelho por freguesia
(Fonte: Instituto Geográfico Português, 2007)

A sede do concelho encontra-se localizada a cerca de 170 Km de Lisboa, 100 Km de Badajoz/Espanha e 39 km de Évora (sede do distrito).

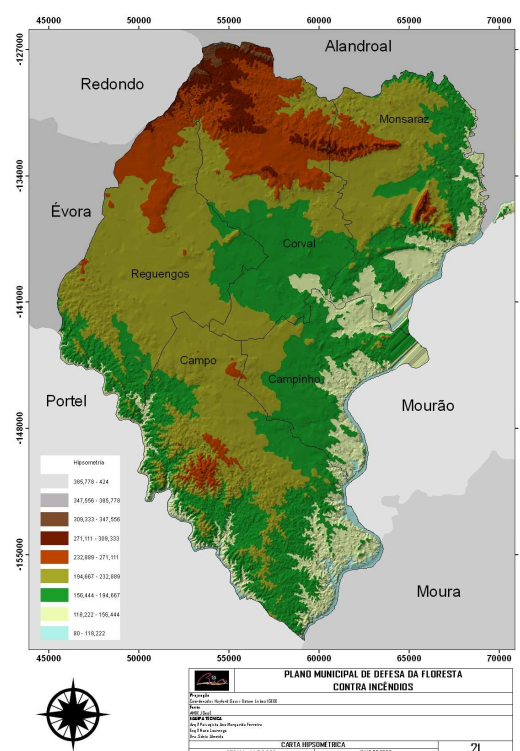
1.2 Hipsometria

O Município de Reguengos situa-se entre os 157m (COIMBRA) e os 333m (SERRA DAS PEDRAS) de altitude, o ponto mais baixo e alto respectivamente.

Ainda que cerca de 80% do território se situe entre os 156m e os 232m de altitude é importante referir a existência de uma área, cerca de 15% a Norte do concelho cuja altitude se situa acima dos 271m de altitude sendo os pontos mais altos, SERRA DAS PEDRAS (333m – ponto mais alto do concelho), BARRADA (304m), ZAMBUJOSA (250m), VELEZ (292m) e TAREJA (306m).

Há igualmente outros quatro pontos de referência em termos de altitude nomeadamente MONSARAZ (326m), S. GENS (288m), FALCOEIRAS (247m) e SERRA (282m).

O facto de ser um território de planície por excelência (cerca de 80%) torna-o menos vulnerável à ocorrência e propagação de incêndios florestais, não só por ser um território agrícola e não florestal por excelência mas também pelo facto dos acessos serem facilitados bem como pelo facto do território garantir um conjunto de pontos de água.



Carta 35 – Carta Hipsométrica

As zonas de cota mais elevada permitem uma mais rápida detecção de colunas de fumo. Aconselha-se ainda um reforço da vigilância nestas zonas, por se tratarem de sítios de mais difícil acesso e onde as acções de primeira intervenção e combate exigem maior esforço. Estas zonas serão potenciais LEE.

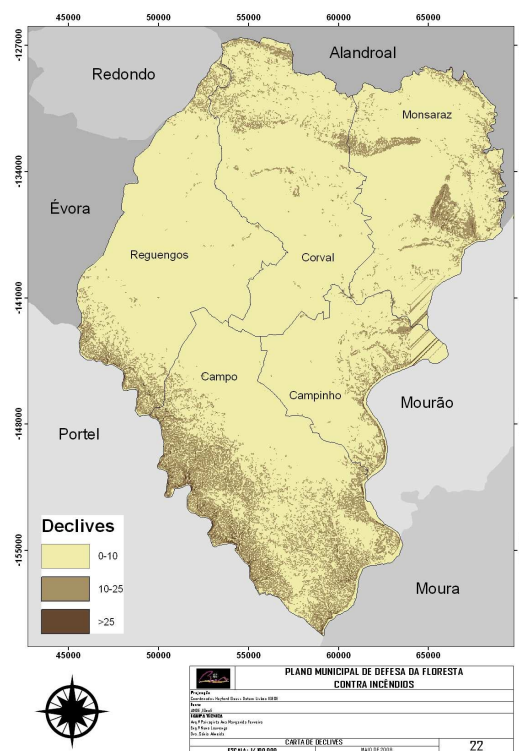
1.3 Declive

A distribuição de declives ao nível do concelho é de enorme importância, dado que o declive é considerado um dos elementos que mais influencia propagação do fogo. Em declives acentuados permite a transmissão de calor por radiação aos combustíveis que se encontram a jusante, reduzindo-lhes o teor de humidade, o que se traduzirá numa maior rapidez na ignição dos combustíveis e, conseqüentemente, no aumento da velocidade de propagação.

O relevo do Concelho de Reguengos é predominantemente plano, ou seja com declives entre os 0 e os 3%, sendo que a zona envolvente à Albufeira de Alqueva é mais dobrada.

É de notar porém que o relevo se torna mais dobrado, com declives acima dos 3% a Norte e a Sul do Concelho. As zonas mais declivosas, que correspondem

naturalmente aos pontos de maior altitude no território, situam-se junto ao Degebe, Monsaraz e S. Gens e Serra das Pedras com declives acima dos 14%. Estas zonas exigem especial atenção uma vez que a combinação de declives acentuados com a abundância de vegetação pode, em caso de incêndio florestal, intensificar a propagação das chamas.



Carta 36 - Carta de Declives

1.4 Exposição de encostas

A análise das exposições é outro factor importante a ter em consideração no estudo do comportamento do fogo. As exposições têm influência ao nível do comportamento do fogo não só por afectarem a distribuição da vegetação, bem como (e o seu teor de humidade), mas também por influenciarem as variações climáticas verificadas ao longo do dia.

As zonas expostas a Sul, por receberem maior radiação solar, encontram-se geralmente mais quentes e secas do que as expostas a Norte, apresentando, por isso, uma menor quantidade de combustíveis. No entanto, estes possuem um menor teor de humidade, o que facilita a sua ignição. Importa ainda referir que as condições climáticas mais adversas surgem muitas vezes associadas a ventos quentes e secos

provenientes de Este e Sudeste, aumentando a vulnerabilidade das zonas expostas a Este. Estes locais deverão constituir objecto de maior preocupação por parte das equipas de vigilância, e no pré-posicionamento de meios de 1ª intervenção.

Em termos de conforto climático é de notar que as encostas expostas a Sul são mais quentes, enquanto que as encostas expostas a Norte são mais frias.

Não é pois por isso de estranhar que todos os aglomerados urbanos se situem em zonas cuja exposição é predominantemente Sul.

O território do Concelho caracteriza-se por um predomínio de encostas predominantemente expostas a Norte e a Este, cerca de 70%.

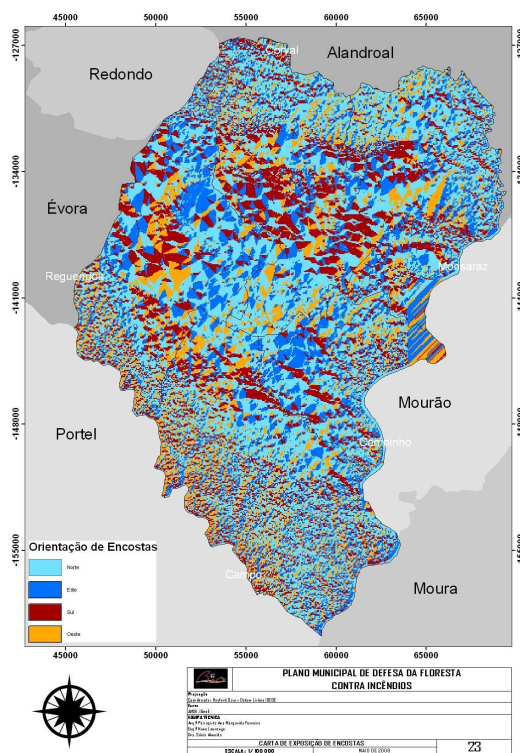
É porém notável a existência de uma mancha de encostas predominantemente expostas a Sul nas Freguesias de Corval e Monsaraz.

Também a Freguesia de Reguengos se caracteriza pelo predomínio de encostas expostas a Sul nomeadamente na envolvente Poente da Cidade de Reguengos e em toda a zona do Esporão.

As Aldeias das Freguesias de Campo e Campinho, nomeadamente S. Marcos do Campo, Cumeada e Campinho situam-se em zonas orientadas a Sul.

O conjunto destas áreas expostas a Sul perfaz um total de cerca de 20%.

Os restantes 10% do território correspondem a zonas cujas encostas são expostas predominantemente a Oeste.



Carta 37 - Carta de Exposição de Encostas

1.5 Hidrografia

O Concelho de Reguengos tem os seus limites administrativos inscritos nos cursos de água nomeadamente a Nascente o Rio Guadiana (actual Albufeira de Alqueva), a Poente o Rio Degebe (actual Albufeira de Alqueva) e a Norte a Ribeira do Azevel.

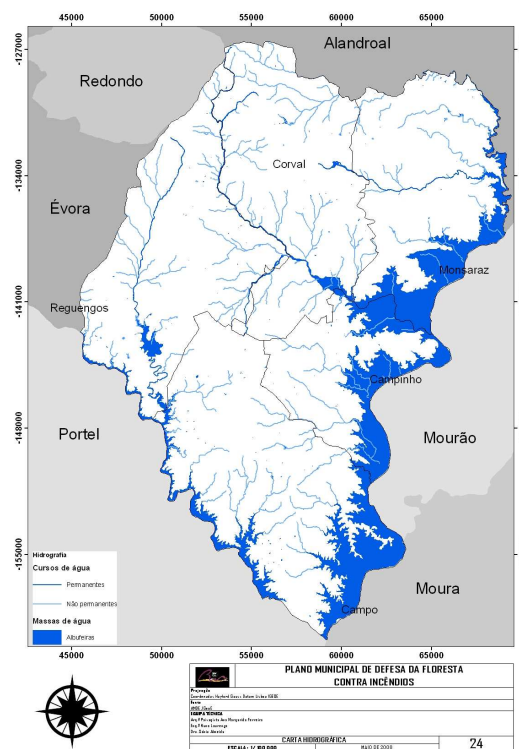
Do ponto de vista hierárquico o Rio Guadiana é o principal curso de água ao qual se segue o Rio Degebe, ambos integrados na Albufeira de Alqueva.

Existem depois quatro cursos de água de importância média nomeadamente a Norte, a Ribeira do Azevel e a Ribeira da Pega, nas freguesias de Monsaraz e Corval; a Ribeira do Álamo, limite das Freguesias de Reguengos e Corval e a Ribeira da Caridade, na Freguesia de Reguengos.

Destas, apenas a Ribeira da Caridade pertence à bacia hidrográfica do Degebe, pertencendo as restantes à bacia hidrográfica do Guadiana.

Em termos de recursos hídricos, é importante referir que o Concelho de Reguengos é um concelho pobre em água ainda que tenha ganho nesse aspecto com a Albufeira de Alqueva que perfaz 12,8% do território concelhio.

Quanto a albufeiras particulares é importante referir que o concelho conta com 91 albufeiras particulares das quais se destaca a Albufeira do Esporão.



Carta 38 - Carta Hidrográfica

Os cursos de água referidos em conjunto com outros cursos de água de menor importância dispersos por todo o Município assumem grande influência na DFCI. Por um lado a disponibilidade de água nas linhas de água permanentes é fundamental para o contínuo armazenamento dos pontos de água durante o Verão. Por outro lado, verifica-se o desenvolvimento de vegetação ao longo das margens dos cursos de água, devido à ocorrência de condições propícias ao seu crescimento durante o Outono e Primavera, permitindo a disponibilização de maior quantidade de combustível no Verão. Durante este período o combustível disponível encontra-se com reduzido teor de humidade, dado o regime de marcada sazonalidade das linhas de água com caudal bastante reduzido ou inexistente, potenciando assim a progressão das chamas em situações de incêndio.

2. Caracterização climática

Apesar da sua extensão relativamente pequena, Portugal Continental tem um clima que varia de região para região e de local para local.

As principais causas desta variação são o relevo, a latitude, a distância ao mar e, para as regiões da faixa litoral, a orientação dominante da linha de costa.

Assim, de acordo com a classificação de Koppen o clima na região Alentejo é mesotérmico húmido com estação seca no Verão que é quente em quase toda a região e pouco quente mas extenso numa estreita faixa do litoral.

Neste sentido serão de seguida apresentados os diversos factores que contribuem para o clima do Concelho de Reguengos de Monsaraz, que de um modo geral podemos afirmar que apresenta afinidades mediterrânicas e continentais, caracterizando-se pelo tempo seco e quente.

2.1 Rede Climatológica

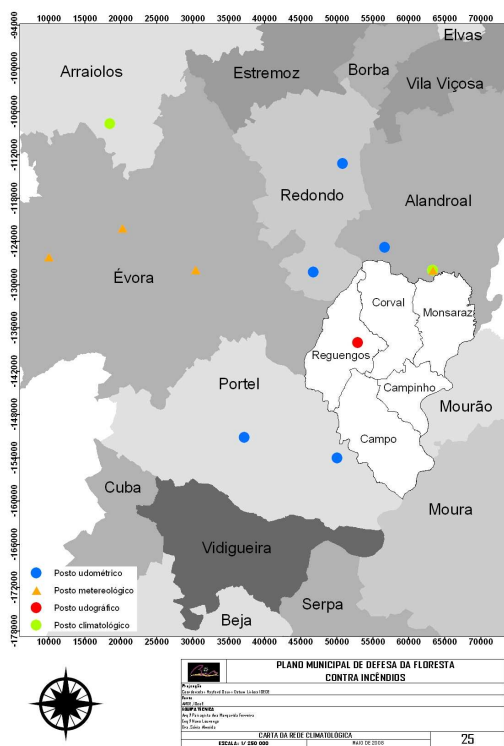
Analisando a figura 39 constata-se que existe uma estação udográfica no Concelho de Reguengos de Monsaraz e uma estação climatológica e meteorológica já no concelho do Alandroal, ainda que a mesma se situe próxima do limite do Concelho de Reguengos.

Quanto a estações udométricas é de notar que existe um número considerável nos concelhos vizinhos, nomeadamente duas no concelho de Portel, duas no concelho do Redondo e uma no concelho do Alandroal.

Antigamente existiam no Concelho de Reguengos de Monsaraz três estações pertencentes à rede meteorológica: Monsaraz, Reguengos e Ponte de Mourão. Porém, actualmente, apenas uma se encontra activa, a de Reguengos, do tipo udográfico, ou seja, apenas mede a precipitação e velocidade do vento.

Desta forma e sendo que os dados disponibilizados a partir deste posto udográfico não nos permitem efectuar uma análise completa do clima, foram utilizados os dados da estação meteorológica de Évora.

A caracterização climática do Concelho foi então elaborada com base nas normais climatológicas das observações entre 1979 e 1988 (por ser o período temporal em que coexistiam todos os dados necessários) e o ano de 2006.



Carta 39 – Carta da rede Climatológica

(Fonte: Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos)

2.2 Temperatura

A temperatura é dos factores climáticos mais importantes na oscilação da perigosidade de incêndio, uma vez que influencia grandemente o teor de humidade presente nos combustíveis vegetais, assim como a sua temperatura e, consequentemente, a energia necessária para que possa ocorrer a ignição.

Os dados apresentados no gráfico x, referem-se ao período de 1979-1988, verificando-se uma temperatura média anual de 16°C, e uma amplitude térmica média anual de 9,7 °C.

A média máxima situa-se na ordem dos 20,8°C, registando-se as temperaturas mais altas nos meses Julho e Agosto.

A média das mínimas situa-se na ordem dos 11,1 ° C, sendo os meses mais frios, Dezembro, Janeiro e Fevereiro.

A amplitude térmica anual é mais acentuada no Verão (13,8°C), do que no Inverno (7,1°C) devendo-se este facto à forte insolação estival característica deste região, provocando estes contrastes térmicos acentuados.

O ano 2006 regista uma temperatura média anual de 17,1° C, sendo os meses mais quentes os de Julho e Agosto e os mais frios Janeiro e Fevereiro.

As temperaturas médias mensais de 2006 são mais elevadas cerca de 3,1 ° C, do que as médias registadas entre 1979-1988 para o mesmo período do ano. Por outro lado as temperaturas médias mensais, registadas no período de Inverno do mesmo ano, são inferiores às temperaturas médias observadas entre 1979-1988, para o mesmo período do ano.

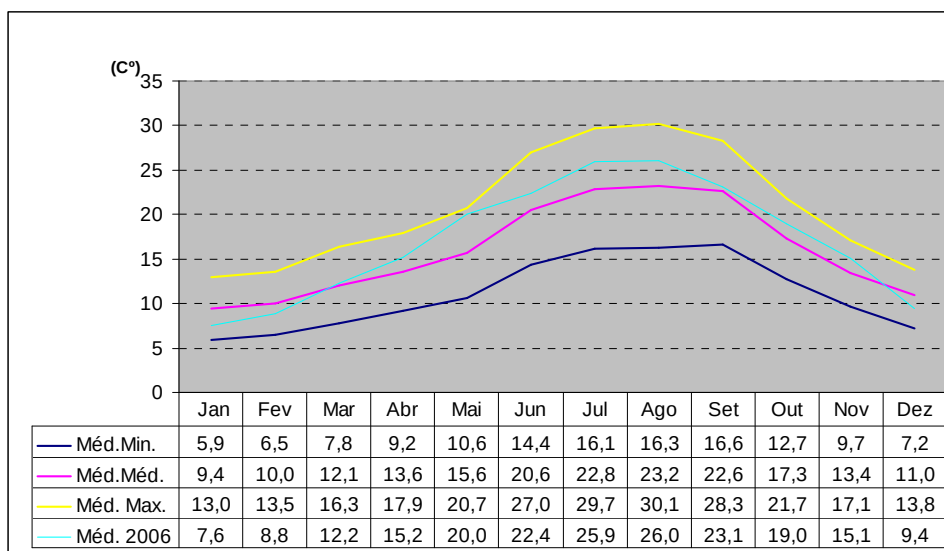


Gráfico 1- Temperatura mensal, média das mínimas, médias e máximas entre 1979-1988 e média 2006(Fonte: Instituto de Meteorologia, IP. 2007)

Conclui-se assim que as amplitudes térmicas registadas ao longo do ano tendem a aumentar.

Relativamente às implicações na DFCI, as temperaturas bastante elevadas, como as verificadas no Município de Reguengos de Monsaraz, nomeadamente durante o período estival, são favoráveis à ocorrência e propagação de incêndios. Os valores de temperatura observados poderão, eventualmente dificultar acções de prevenção, bem como de combate.

2.3 Humidade

A humidade relativa do ar é um dos elementos climáticos que define o estado higrométrico do ar e representa a razão entre a massa de vapor de água que existe num determinado volume de ar húmido e a massa de água existiria se o ar estivesse saturado à mesma temperatura, num dado local e no instante considerado. A humidade varia, entre outros factores, na razão inversa da temperatura, ocorrendo em geral os mínimos no princípio da tarde no período estival e os máximos de madrugada durante o Inverno.

A humidade relativa do ar influencia o comportamento do fogo de duas formas: por um lado a humidade relativa do ar afecta o teor de humidade da vegetação e, em particular, dos combustíveis mortos, por outro, influencia a quantidade de oxigénio disponível para o processo de combustão, uma vez que quanto maior for o teor de vapor de água numa massa de ar, menor será a quantidade de oxigénio presente na mesma.

Os valores da humidade relativa do ar estão expressos em centésimos correspondendo o 0% ao ar seco e 100% ao ar saturado de vapor de água.

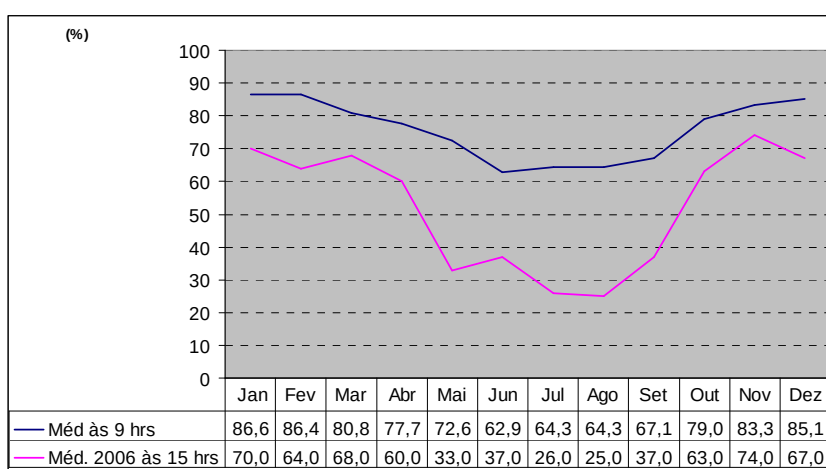


Gráfico 2- Humidade relativa mensal, médias entre 1979-1988 e média de 2006

(Fonte: Instituto de Meteorologia, IP. 2007)

No período de 1979-1988 os meses que apresentaram uma humidade mais elevada foram os meses de Dezembro, Janeiro e Fevereiro, com 85,1%, 86,6% e 86,4% respectivamente. Os valores mais reduzidos registam-se nos meses de Junho, Julho e Agosto, com 62,9% e 64,3% respectivamente.

Em 2006 verifica-se que os meses com humidade mais elevada são os meses de Novembro e Janeiro com 74% e 70% respectivamente, sendo os meses de Julho e Agosto com 26% e 25% respectivamente. Apesar dos valores se apresentarem em horários diferentes verifica-se que em 2006 os valores registados são inferiores aos registados para o período 1979-1988, acentuando-se esta diferença nos meses de Verão, onde os níveis de humidade para os períodos de tempo considerados, chegam a ter uma variação de 39,6%.

Esta situação reflecte claramente os Verões cada vez mais quentes que nos últimos anos se verificam em especial na região Alentejo.

Durante o período estival verifica-se que os valores de humidade relativa do ar assumem os registos mais reduzidos, contrastando com a temperatura média que neste período é mais elevada.

Relativamente às implicações na DFCI poderá dizer-se que a humidade relativa do ar é bastante baixa durante a época estival no Município de Reguengos de Monsaraz. Este parâmetro conjugado com temperaturas elevadas poderá potenciar a ocorrência de incêndios florestais e dificultar a acção das equipas de combate e primeira intervenção no terreno. É ainda importante ter em consideração variação diária deste parâmetro, uma vez que o período diário em que se verifica o aumento da humidade contribui para o aumento da eficácia do combate a incêndios.

2.4 Precipitação

A quantidade de precipitação anual e a sua distribuição é outro factor climático de extrema importância que mais influência tem sobre o teor de humidade do solo, vegetação e combustíveis mortos. A precipitação, o tipo de sistema de drenagem existente num determinado local, bem como a humidade presente no solo constituem factores que condicionam o tipo de vegetação que poderá ocorrer nesse local.

No período 1979-1988 os meses com menores valores de precipitação, ou seja, os meses mais secos, são naturalmente os meses de Julho e Agosto com 9,71 e 6,04 mm respectivamente, sendo os meses de Novembro e Janeiro os meses que registam níveis mais elevados de precipitação.

Relativamente a 2006 os dados disponíveis referem-se à precipitação total mensal desse ano, uma vez que de acordo com o Instituto de Meteorologia, para a análise dos dados da precipitação apenas se utilizam os valores acumulados mensais, ou seja, valores totais e não médias. Assim da análise destes dados, podemos verificar que os meses em que registou maior precipitação total foram Março, Outubro e Novembro, estes dois últimos com precipitação acima dos 100 mm. Em contrapartida os meses com menor precipitação foram Julho e Agosto, tendo-se verificado a não ocorrência de precipitação no mês de Maio.

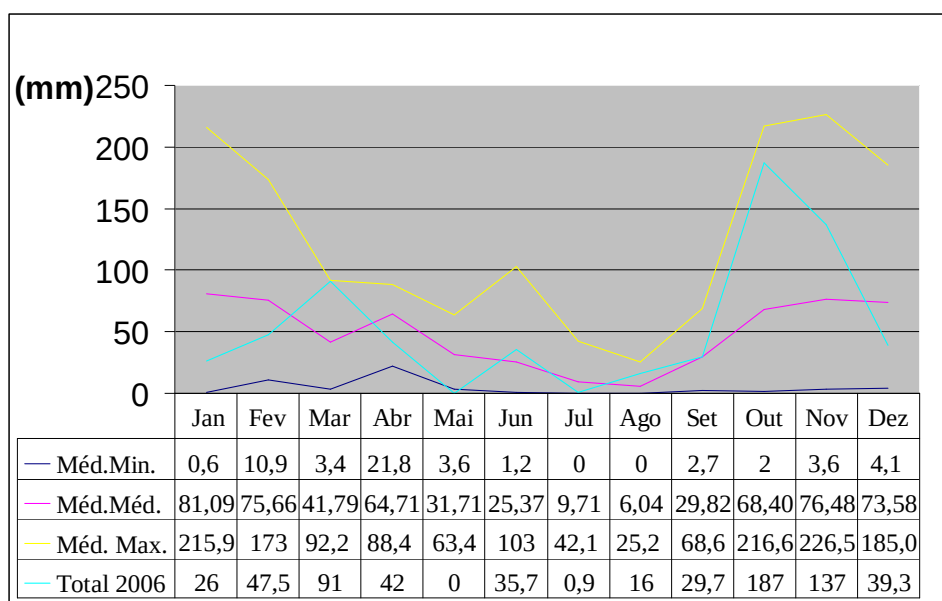


Gráfico 3 – Precipitação mensal, media entre 1979-1988 e total 2006

(Fonte: Instituto de Meteorologia, 2007)

Relativamente às implicações na DFCI poderá dizer-se que, a precipitação é relativamente baixa no Município de Reguengos de Monsaraz, sendo esta escassez mais marcada durante o período estival, factor que conjugado com temperaturas elevadas e baixas humidades relativas, dificulta em grande medida a prevenção e o combate aos incêndios. De uma maneira geral, baixas precipitações e humidades relativas, associadas a temperaturas elevadas criam as condições ideais para a dissecação das plantas, proporcionando, consequentemente, maior inflamabilidade e um maior índice de perigosidade e risco de incêndio para o Município.

2.5 Ventos dominantes

O vento é outro factor fundamental na análise do comportamento do fogo, sendo muitas vezes o responsável pela sua rápida propagação. O vento interfere no comportamento e propagação do fogo através da dissecação da vegetação, caso a temperatura do ar se mostre elevada e o teor de humidade relativa baixo, e através da disponibilização de comburente (oxigénio) para a reacção química de combustão. Em situações de incêndios de grande intensidade formam-se fortes correntes convectivas que levam a que massas de ar vizinhas se desloquem para o local do fogo, provocando o aumento da sua intensidade. Importa ainda referir o papel muito importante que o vento desempenha na disseminação do fogo e criação de múltiplas frentes de incêndio, o que poderá dificultar bastante a acção das forças de combate.

O valor da velocidade média anual para período em estudo 1979-1988 é de 15,5 Km/h.

Relativamente ao ano 2006 destacam-se como rumos dominantes de N, NW e W com uma frequência de 24,4%, 17,2% e 17% respectivamente. De qualquer forma, podemos concluir que os ventos dominantes na região são de NW. Quanto à velocidade média o rumo N, apesar de apresentar uma maior frequência, é o rumo que apresenta uma menor velocidade média, cerca de 8,7 Km/h, sendo o rumo NW aquele que apresenta uma maior velocidade média com cerca de 16,5 Km/h.

No que respeita à velocidade, depois do rumo NW, seguem-se os rumos de S, SW e W, com velocidades médias de 13,4 e 13,3 Km/h, respectivamente.

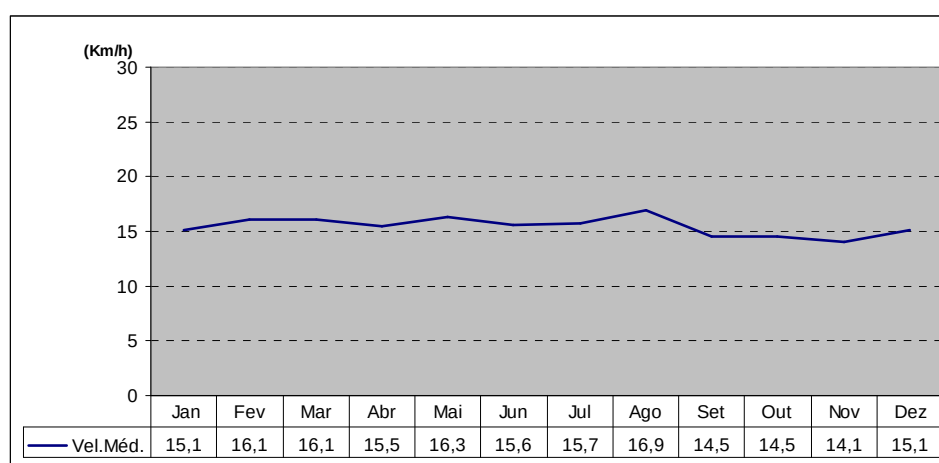


Gráfico 4- Velocidade do vento mensal, média entre 1979-1988

(Fonte: Instituto de Meteorologia, IP. 2007)

Vento (Período 2006 - 2006)																	
	Frequência, F(%) e Velocidade Média, V (Km/h) por Rumor																
	N		NE		E		SE		S		SW		W		NW		C
	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F	V	F
Janeiro	33,5	10,1	13,4	11,5	22,4	9,6	3,8	5,9	2,2	9,7	4,4	9,1	7,4	8,6	9,6	14,4	3,3
Fevereiro	16,3	7,6	9,7	7,1	16	8,6	4,5	10,2	2,5	12,5	11,2	16,4	21,4	15,5	16,6	15,6	1,8
Março	14,9	7,4	2	5,3	3,8	7,5	7	9,6	16	15,1	18,8	16,6	18	12	17,3	17,7	2
Abril	31,3	8,5	4,9	10,2	5,9	9,9	3,8	13,6	7,4	14,8	13,7	13,3	19,6	11,8	11,2	12,8	2,2
Maio	27,3	10,2	6,3	11,9	5,9	15	1	8	3,7	10,7	7,3	11	15,2	13,2	29,4	18,1	3,8
Junho	25,6	7,7	2,5	9,6	5,5	10,2	6,9	12,4	4,8	13,4	7,3	12,1	22,1	14	23,1	17,3	2,3
Julho	25,5	8,6	3,5	10,1	4,8	12,7	1,8	12,1	2,1	10,7	6,2	9,6	21,5	15,2	33,1	19,3	1,6
Agosto	30,6	11,1	2,3	11,2	3,8	11,5	1,3	6,6	2,2	9,4	13,9	14,2	22,5	15,9	21,5	20,3	1,9
Setembro	25	7,5	0,4	5,7	0,8	6	1,3	8,3	6	13,2	11,5	12,9	27,1	13,7	26,8	17,8	1,1
Outubro	20,4	8,7	4,8	14	10,7	11,3	10,2	15,1	20,3	18,2	15,4	18,9	9,9	13,6	6,1	14,8	2,2
Novembro	14,5	7,2	8,4	8,1	18,7	8,4	14,8	10	16,9	18,9	8,1	12,6	9,1	12,6	3,8	11,6	5,6
Dezembro	27,7	9,4	15,9	10	14,9	6,7	5,5	7,6	4,9	13,9	10,8	13,9	10,2	13,1	7,8	18	2,3

Quadro 30 – Vento- frequência e velocidade por rumor

(Fonte: Instituto de Meteorologia, 2007)

Durante a época estival, os ventos provenientes de leste tendem a ser bastante quentes e secos, pelo que se evidencia a necessidade, perante estas condições, de se manterem as equipas de combate e prevenção em estado de alerta, uma vez que os índices de risco e perigosidade de incêndios se tornam extremamente elevado, assim como o da sua rápida propagação.

3. Caracterização da População

3.1 População residente e densidade populacional

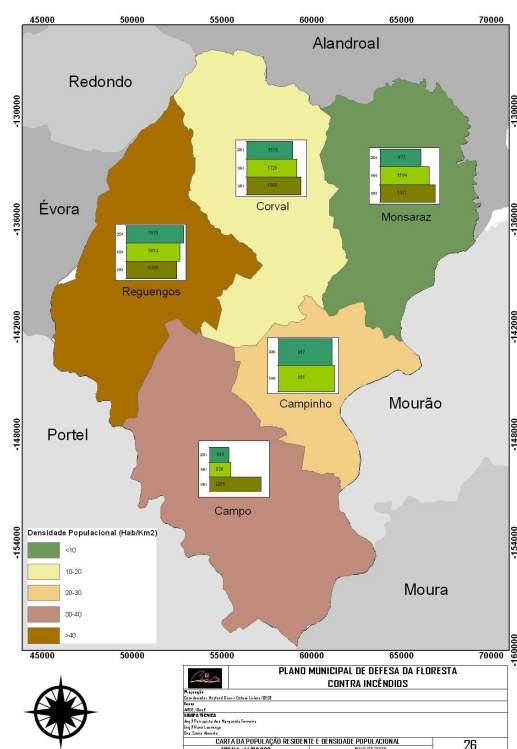
Da análise da figura 34 podemos verificar que a população têm vindo a decrescer em todas as freguesias do Concelho, com excepção da Freguesia de Reguengos de Monsaraz, onde se localiza a sede de concelho, que tem nos últimos anos registado um acréscimo da população residente, registando em 1981 um efectivo populacional de 6209 habitantes e em 2001 um total de 7070 habitantes.

De notar ainda que a Freguesia de Campo apresenta um grande decréscimo entre 1981 e 1991 pois em 23 de Maio de 1988 foi constituída a Freguesia de Campinho que inclui apenas a Aldeia de Campinho, que anteriormente pertencia à Freguesia de Campo. De um modo geral nota-se uma tendência para o decréscimo populacional nas freguesias rurais e pelo contrário um acréscimo na Freguesia de Reguengos de Monsaraz. Este acréscimo deve-se sobretudo ao facto de se verificar um êxodo da

população das freguesias rurais com destino à Cidade de Reguengos de Monsaraz, bem como à atracção que a Cidade provoca nos concelhos vizinhos, sobretudo de Mourão e Alandroal.

Comparando com outros concelhos de Distrito, nomeadamente com os concelhos vizinhos de Reguengos de Monsaraz, este apresenta uma quase estabilidade relativa ao número de habitantes uma vez que entre 1991 e 2001 se registou um decréscimo de apenas 0,2% enquanto que os Concelhos vizinhos apresentam uma tendência para o decréscimo mais acentuado da população com excepção do Concelho de Évora.

Quanto à densidade populacional em 2001, verifica-se que mais uma vez é a Freguesia de Reguengos de Monsaraz que apresenta um valor maior, sendo de quase 70 habitantes por Km², enquanto que a freguesia com menor densidade populacional é a Freguesia de Campo com 6,7 habitantes por Km². A nível do Concelho verifica-se que a densidade populacional é de 24,3 habitantes por Km², coincidindo estes valores com os registados para o Alentejo (25 habitantes por Km²).



Carta 40 – Carta da população residente e densidade populacional
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2007)

O despovoamento verificado em algumas zonas rurais poderá contribuir para o aumento do número de ocorrências e da área ardida ao nível do Município. Este cenário justifica-se, fundamentalmente, pelo abandono dos espaços rurais, os quais, na ausência de quaisquer intervenções de limpeza e de manutenção, se tornam mais propícios para a ocorrência de incêndios.

Desta forma, será conveniente implementar medidas preventivas que minimizem o risco de ocorrência de incêndios através da criação de descontinuidades horizontais e verticais ao nível da vegetação arbustiva e arbórea aí existente. O reforço da vigilância desses locais poderá contribuir, igualmente, para a redução do número de ocorrências, bem como da área ardida.

3.2 Índice de Envelhecimento da população

Observando a figura 35 verificamos que o índice de envelhecimento do concelho e das freguesias, registou um acréscimo acentuado. Na freguesia de Reguengos de Monsaraz este acréscimo é ainda mais notório, em 1991 o índice era de 160% enquanto que em 2001 alcança já os 275%, ou seja por cada 100 jovens existiam 275 idosos, o que representam sem dúvida um crescimento elevado do índice de envelhecimento da população.

A Freguesia de Campo apresentava em 1991, 110 idosos por 100 jovens, enquanto que em 2001 este valor aumenta para 166 idosos por cada 100 jovens.

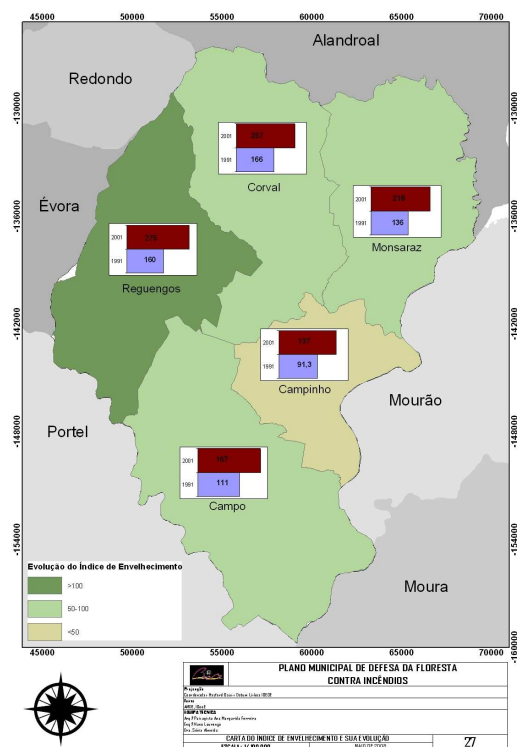
Já a Freguesia de Campinho em 1991 apresentava 91 idosos por cada 100 jovens aumentando em 2001 para 136 idosos por cada 100 jovens.

Quanto à Freguesia de Corval em 1991 registavam-se 166 idosos por cada 100 jovens e em 2001 o valor sobe para 257 idosos por cada 100 jovens.

Por ultimo na Freguesia de Monsaraz e no ano de 1991 existiam 136 idosos por cada 100 jovens e em 2001 o valor era de 217 idosos por 100 jovens.

A nível do Concelho verifica-se que regista em 2001 um índice de envelhecimento de 180%, ou seja cerca de 180 idosos por cada 100 jovens, sendo este valor superior ao registado para a região Alentejo que em 2001 ascendeu a 163 idosos por cada 100 jovens.

O aumento da esperança média de vida associado à redução do número de filhos casal, leva a que se acentue cada vez mais o índice de envelhecimento da população.



Carta 41 – Carta do Índice de envelhecimento e sua evolução
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2007)

Este cenário repercute-se de forma negativa na defesa da floresta contra incêndios devido pois pode revelar um crescente abandono das actividades agro-silvo-pastoris, conduzindo por si só a um atraso na detecção e primeira intervenção, assim como, a existência de zonas agrícolas abandonadas, que levarão ao aparecimento de áreas contínuas de combustível propícias à propagação de incêndios.

3.3 População por sector de actividade

Analisando a figura 36 podemos verificar que a nível do Concelho o sector terciário é o sector mais relevante em 2001, sendo o que emprega mais população, seguindo-se o sector secundário e por último o sector primário.

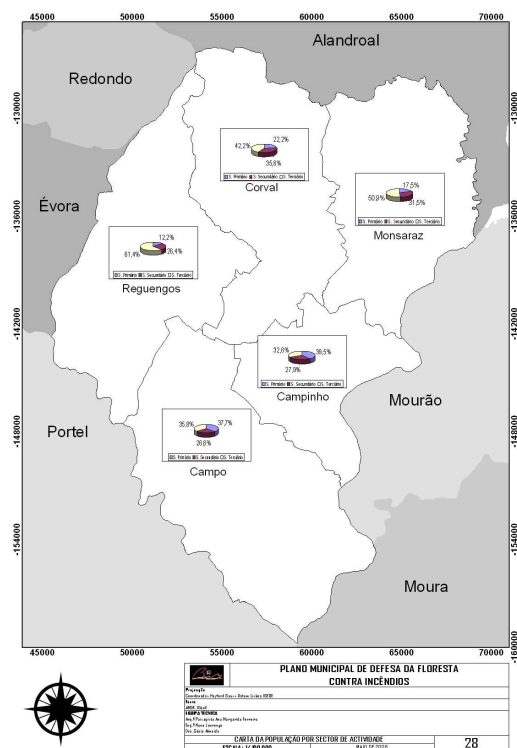
Analisando agora as freguesias nota-se que apenas as Freguesias de Campo e Campinho, têm uma predominância do sector primário, embora a diferença para o sector terciário seja pequena. A Freguesia de Campo apresenta para o sector primário 37,6 % enquanto que para o sector terciário 35,7%, já a Freguesia de Campinho apresenta para o sector primário 39, 5% e para o sector terciário 32,5%.

As restantes Freguesias apresentam uma predominância do sector terciário como é o caso da Freguesia de Reguengos de Monsaraz com 61,4 %, a Freguesia de Corval

com 42,2% e a Freguesia de Monsaraz com 51,9%, seguindo-se o sector secundário e por último o sector primário.

O concelho apresenta assim uma tendência para aumento dos activos no sector terciário em deterioração do sector primário, pois a população mais jovem prefere trocar o campo e as actividades agrícolas por outras actividades mais urbanas. Isto significa que uma boa parte das populações rurais já não tem relação com o sector primário, mas cada vez mais com o secundário e terciário.

Com consequência regista-se o aumento do número de campos agrícolas e florestais deixados ao abandono.



Carta 42 - Carta da população por sector de actividade
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2007)

3.4 Taxa de analfabetismo

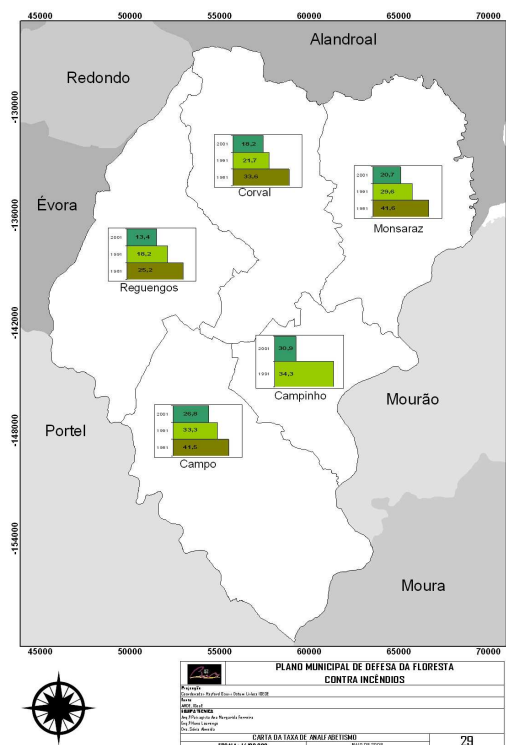
Relativamente à taxa de analfabetismo conclui-se que o Concelho de Reguengos de Monsaraz possui ainda uma proporção considerável de população sem nível de ensino, com especial incidência nas freguesias de Campinho e Campo respectivamente com 30,90% e 26,80%.

É notar também o decréscimo desta taxa entre 1981 e 2001 em todas as freguesias.

A Freguesia com menor taxa de analfabetismo é a freguesia de Reguengos de Monsaraz com 13,40%, seguindo-se a freguesia de Corval com 18,20%, a freguesia de Monsaraz com 20,70%, e como já referido a freguesia de Campo com 26,80% e por último a freguesia de Campinho com 30,90%.

Tendo por base os valores da taxa de analfabetismo de 2001, verifica-se que o Concelho de Reguengos de Monsaraz regista 17,1%, valor inferior aos verificados nos Concelhos vizinhos de Alandroal (21%), Mourão (19,6%) e Portel (19,0%), e superior aos verificados nos Concelhos vizinhos de Redondo (16,5%) e Évora (9,6%).

A nível do Alentejo verifica-se que a taxa de analfabetismo se situa em cerca de 16%, o que representa uma aproximação ao valor registado para o Concelho.



Carta 43 - Carta da taxa de analfabetismo
(Fonte: Instituto Nacional de Estatística, 2007)

A redução verificada na taxa de analfabetismo no Município de Reguengos de Monsaraz poderá trazer benefícios no âmbito da DFCI, uma vez que uma população mais esclarecida e instruída terá um melhor conhecimento dos comportamentos de risco associados aos espaços florestais, o que poderá conduzir à diminuição do risco de incêndio e melhor cooperação com as medidas preventivas.

4. Parâmetros considerados para a caracterização do uso do solo e zonas especiais

4.1. Ocupação do solo

As classes tidas em conta para a elaboração da carta de ocupação do solo são as consideradas mais representativas no Concelho.

Dois aspectos são importantes considerar. O primeiro é o facto de todas as áreas com área inferior a 1ha terem sido eliminadas visto considerarmos não terem escala para um estudo à escala do PMDFCI. O segundo é o facto de não se ter considerado uma classe para incultos visto a sua representatividade ser muito reduzida e nunca ocupando áreas superiores a 1ha o que à partida e tendo em conta o critério acima referido nos obriga a eliminá-las.

Em termos de ocupação do solo propriamente dita é de notar que a Albufeira de Alqueva é parte integrante de todas as freguesias do concelho de Reguengos tendo a sua maior expressão (57,8% - 5097,11ha) na freguesia de Monsaraz e a sua menor expressão (1,1% - 103,18ha) na freguesia de Corval.

Relativamente às restantes superfícies aquáticas, aqui consideradas como a soma de todas as albufeiras privadas, é de notar que estas ocupam um total de 1,4% (140,41ha) na freguesia de Reguengos, 0,1% (17,512ha) na freguesia de Monsaraz, 0,1% (21,05ha) na freguesia de campo, 0,04% (9,81ha) na freguesia de Campinho e 0,2% (23,09ha) na freguesia de Corval.

Quanto a áreas sociais estas dividem-se em aglomerados urbanos e montes, assim é de notar que, em termos de aglomerados urbanos e montes, respectivamente, tem a freguesia de Reguengos um total de 2% (353,58ha) e 0,1% (17,16ha); a freguesia de Monsaraz um total de 0,5% (45,31ha) e 0,1% (7,549ha); a freguesia de Campo um total de 0,3% (34,63ha) e 0,1% (8,42ha); a freguesia de Campinho um total de 0,7% (32,87ha) e 0,04% (2,1ha) e a freguesia de Corval um total de 2% (148,92ha) e 0,1% (12,295ha).

Conclui-se que a média de ocupação por freguesia, em termos de área construída é de cerca de 0,1% em termos de montes e varia entre os 0,3% e os 2%.

Quanto às áreas agrícolas e florestais e considerando as mesmas como sistemas complexos e dinâmicos as mesmas foram divididas em cinco categorias:

Sistema agrícola de policultura: integra as áreas de vinha associadas a áreas de olival;

Sistema agrícola olival: integra as áreas de olival;

Sistema agrícola de sequeiro: integra as áreas de culturas arvenses de sequeiro;

Sistema agro-silvo-pastoril: integra as áreas de montado de sobro, azinho ou misto;

Sistema florestal: integra as áreas florestais.

Assim, o sistema mais representativo é o sistema agro-silvo-pastoril perfazendo 20,6% (1819,309ha) na freguesia de Monsaraz, 60% - 7686,81ha na freguesia de Campo, 31,27% (1473,02ha) na freguesia de Campinho e 56% (5238,396ha) na freguesia de Corval) excepto na freguesia de Reguengos cujo sistema dominante é o Sistema agrícola de policultura que perfaz 45,1% (4578,69ha). Nesta freguesia o segundo sistema é o agro-silvo-pastoril, com numa área de 31,1% (3156,89ha).

Nas freguesias de Monsaraz, Campo e Campinho o segundo sistema agrícola mais representativo é o sistema agrícola de sequeiro perfazendo uma área total de 11,9% (1052,18ha), 15% (1991,6ha) e 30,5% (1438,62ha) respectivamente.

Manchas de sistemas agrícolas de policultura estão presentes em todas as freguesias ocupando o terceiro lugar em termos de uso do solo nas freguesias de Campo (3% - 399,83ha) e Campinho (0,2% - 14,43ha).

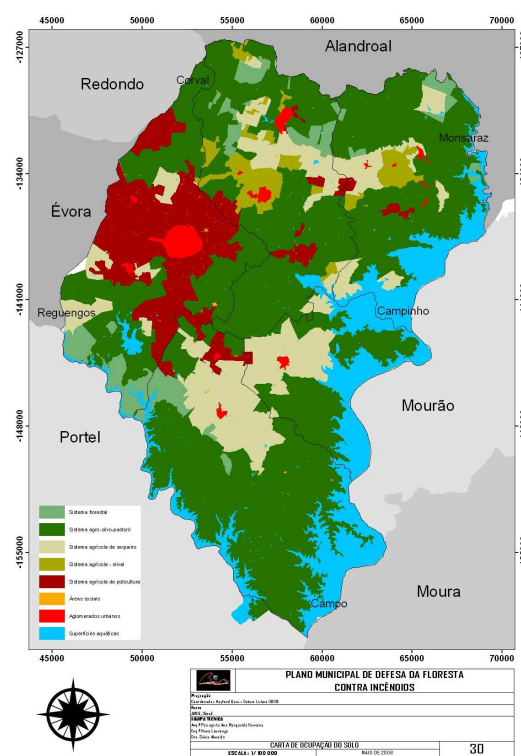
O sistema agrícola - olival ocupa o terceiro lugar em termos de representatividade na freguesia de Monsaraz na figura do milénar olival da Pêga com uma área total de 434,28ha (4,9%) tendo uma representatividade nula nas freguesias de Campo e Campinho e representando cerca de 0,2% (1019,25ha) e 18% (1754,02ha) das freguesias de Reguengos e Corval, respectivamente.

Quanto aos sistemas florestais é importante referir que a área ocupada pelos mesmos é de 721,74ha (7,1%) na freguesia de Reguengos, 306,73ha (3,5%) na freguesia de Monsaraz, 472,61ha (0,2%) na freguesia de Campo e 704,5,ha (7%) na freguesia de Corval sendo inexistente na freguesia de Campinho.

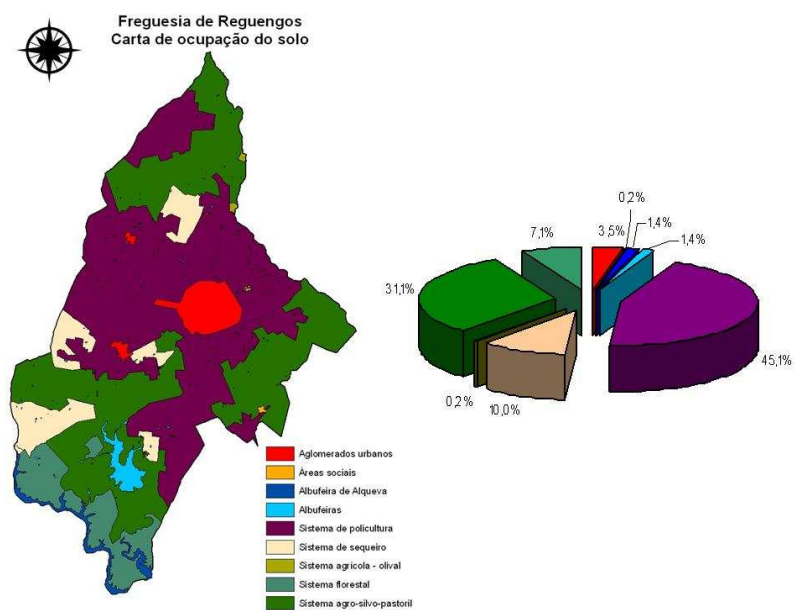
Para rematar é importante referir que as 3 freguesias que integram todos os sistemas são a freguesia de Reguengos, a freguesia de Corval e a freguesia de Monsaraz, caracterizando-se assim por um mosaico cultural diversificado.

Freguesia	REGUENGOS (ha)	MONSARAZ (ha)	CAMPO (ha)	CAMPINHO (ha)	CORVAL (ha)
Áreas Sociais	370,74	52,86	43,05	34,97	161,21
Albufeira de Alqueva	138,86	5097,11	2322,47	1740,15	103,18
Outras superfícies aquáticas	140,41	17,512	21,05	9,81	23,09
Sistema agrícola de policultura	4578,69	135,04	399,83	14,43	468,15
Sistema agrícola: olival	1019,25	434,28	-	-	1754,02
Sistema agrícola de sequeiro	24,74	1052,18	1991,6	1438,62	1135,35
Sistema agro-silvo-pastoril	3156,89	1819,309	7686,81	1473,02	5238,396
Sistema florestal	721,74	306,73	472,61	-	704,5

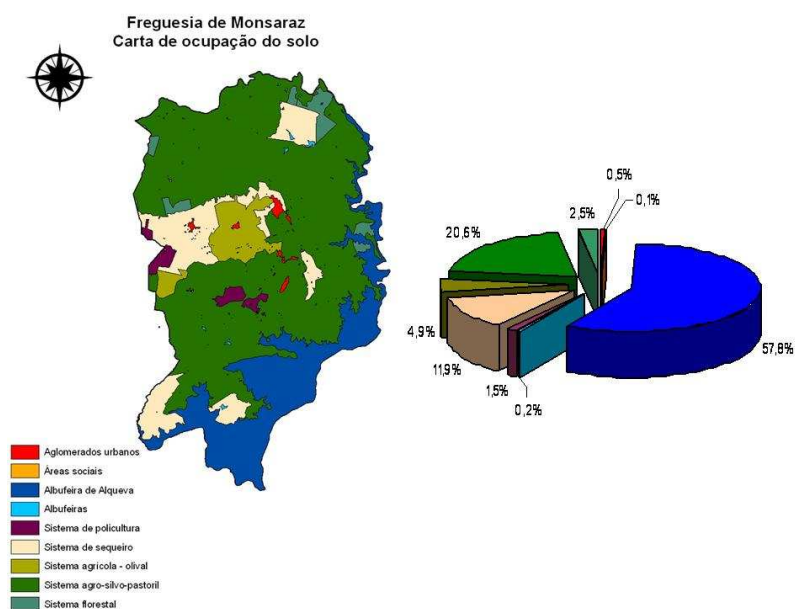
Quadro 31 – Ocupação do solo por freguesia



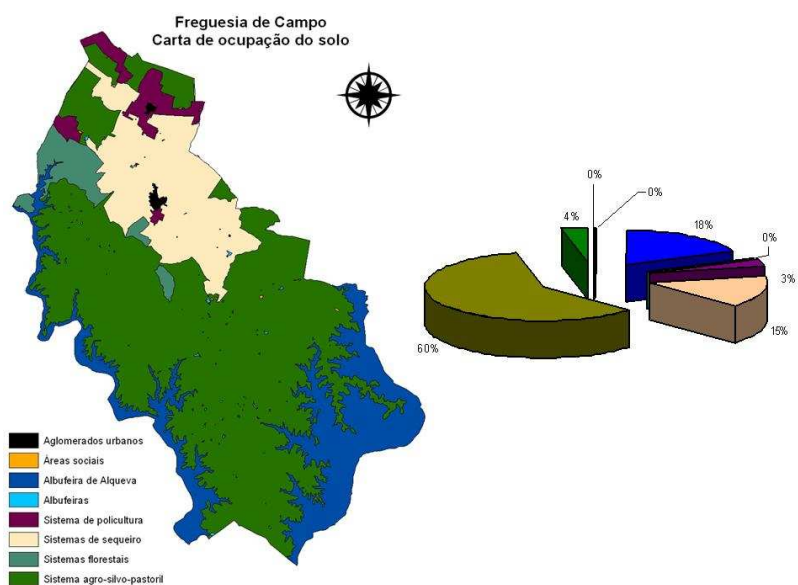
Carta 44 - Carta de ocupação do solo



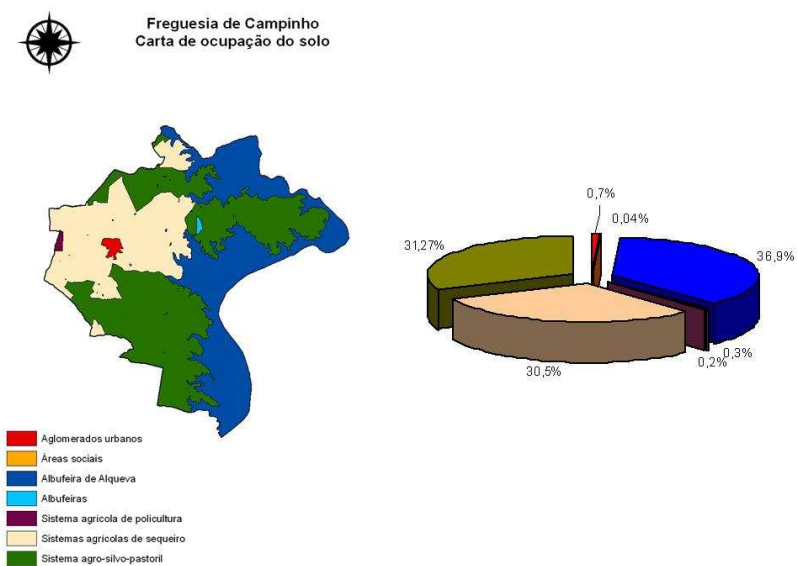
Carta 45- Carta da ocupação do solo da freguesia de Reguengos de Monsaraz



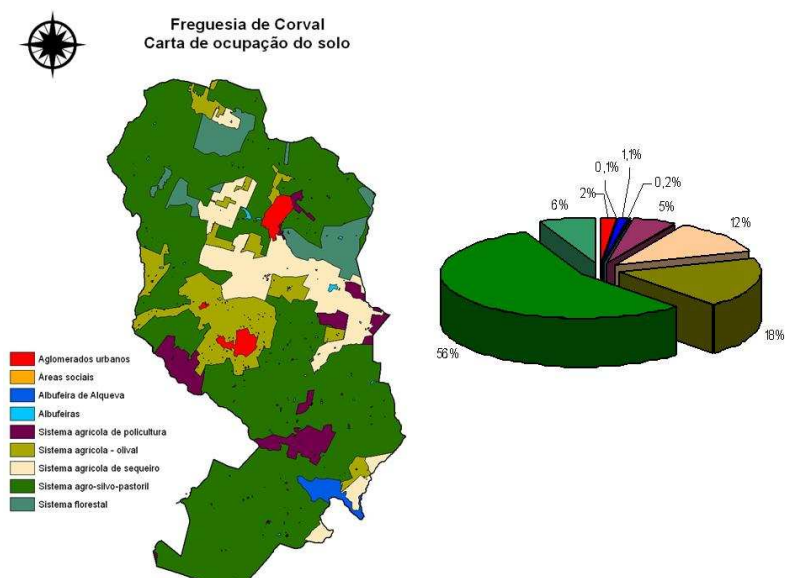
Carta 46- Carta de ocupação do solo da Freguesia de Monsaraz



Carta 47 - Carta de ocupação do solo da Freguesia de Campo



Carta 48 - Carta de ocupação do solo da freguesia de Campinho



Carta 49 - Carta de ocupação do solo da freguesia de Corval

Uma vez que a maior parte da área florestal do Município está ocupada por sistemas agro-silvo-pastoris, algumas considerações em relação à sua gestão deverão ser tidas em conta no que se refere à DFCI. Assim, importa considerar no planeamento dessas áreas uma gestão selectiva dos matos, que facilmente se desenvolvem em sub-coberto, potenciando a perigosidade de incêndio.

4.2 Povoamentos florestais

Quanto às áreas florestais é importante referir que o concelho de Reguengos tem uma área florestal muito pouco significativa (4,8%) perfazendo um total de 2207,55 que se dividem em diferentes povoamentos florestais nomeadamente eucalipto, pinheiro manso, pinheiro manso + azinheira, pinheiro manso + sobreiro, sobreiro e sobreiro + azinheira.

A freguesia de Campinho não tem área florestal. A de Campo apenas tem eucalipto (472,61ha) perfazendo cerca de 3,7% da área da freguesia e a de Reguengos tem eucalipto (271,27ha) e pinheiro manso (450,47ha) perfazendo 2,7% e 4,4% da área total da freguesia.

A freguesia de Monsaraz integra três tipos diferentes de povoamento nomeadamente eucalipto (38,54ha), pinheiro manso (64,59ha) e pinheiro manso + azinheira (203,6ha) perfazendo 0,44%, 0,73% e 2,33% da área total da freguesia.

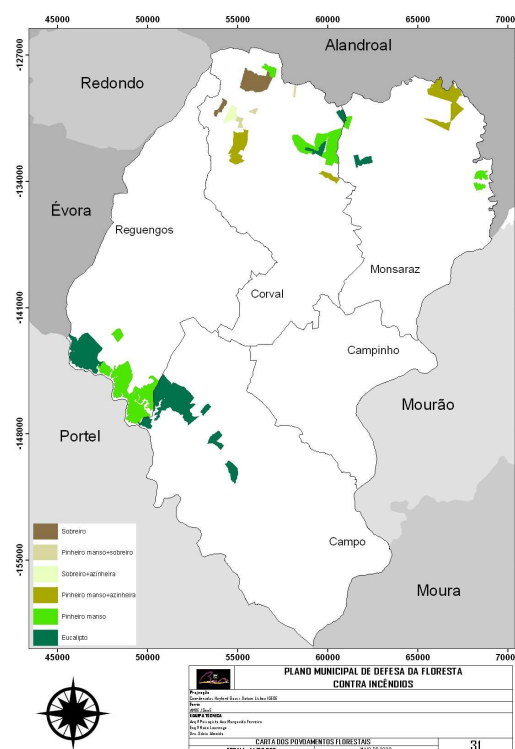
A freguesia de Corval tem a maior diversidade de povoamentos florestais integrando todos os tipos existentes no concelho nomeadamente eucalipto (49,52ha), pinheiro manso (265,85ha), pinheiro manso + azinheira (143,7ha), pinheiro manso + sobreiro (33,8ha), sobreiro (173,38ha) e sobreiro + azinheira (38,25ha) perfazendo 0,52%, 2,8%, 1,5%, 0,36%, 1,83% e 0,40% da área total da freguesia.

	Reguengos	Monsaraz	Campo	Corval	Total
Eucalipto (ha)	271,27	38,54	472,61	49,52	831,94
Pinheiro manso (ha)	450,47	64,59	-	265,85	780,91
Pinheiro manso + azinheira (ha)	-	205,66	-	143,7	347,3
Pinheiro manso + sobreiro (ha)	-	-	-	33,8	33,8
Sobreiro (ha)	-	-	-	173,38	173,38
Sobreiro + azinheira (ha)	-	-	-	38,25	38,25
Total (ha)	721,74	306,73	472,61	704,5	2205,58

Quadro 32 - Povoamentos Florestais

O sistema agro-silvo-pastoril não foi considerado nos sistemas florestais por se tratar de um sistema complexo em que as três funções: florestal, agrícola e pastoril estão presentes.

Assim sendo, o sobreiro e a azinheira só foram considerados sistemas florestais enquanto povoamentos sem função agrícola e/ou pastoril associada.



Carta 50 – Carta dos povoamentos florestais

No que se refere às manchas de Eucalipto, importa considerar a sua elevada inflamabilidade, sendo relevante implementar faixas de descontinuidade nestas zonas. Tendo em conta estes factos propõe-se a implementação de medidas preventivas como acções integradas na DFCI.

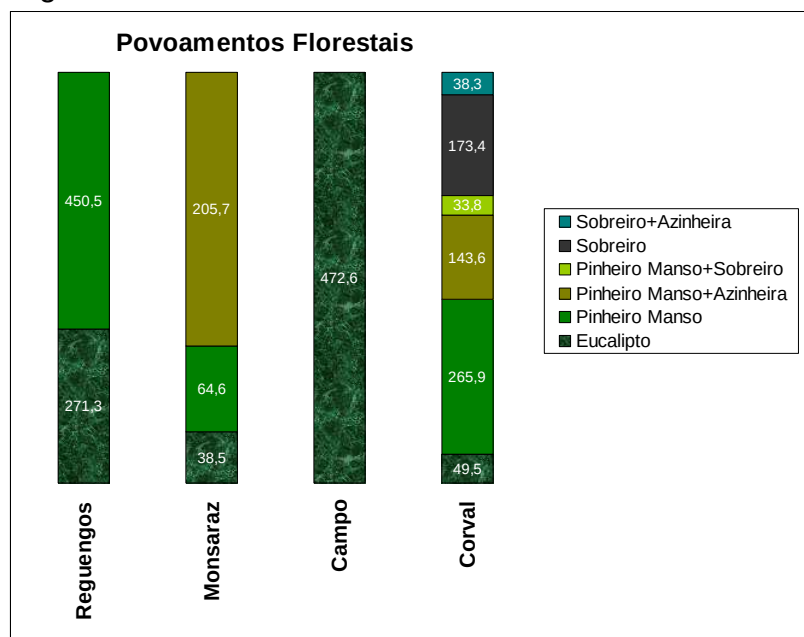


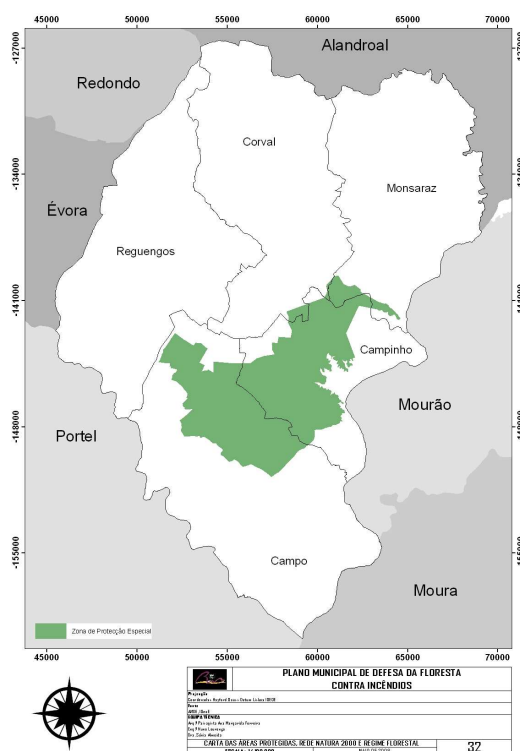
Gráfico 5 - Distribuição dos povoamentos florestais por freguesias

4.3 Zona de Protecção Especial

No concelho de Reguengos de Monsaraz existe um espaço classificado como zona de protecção especial (ZPE) para a conservação das aves selvagens com ocorrência no território nacional, a qual irá integrar a Rede Natura 2000.

Esta ZPE foi criada ao abrigo do Decreto Regulamentar n.º 6/ 2008 de 26 de Fevereiro e ocupa uma área de 6043 ha.

Para além deste espaço classificado não existe qualquer área protegida ou de regime florestal.



Carta 51 – Carta das áreas protegidas, rede natura 2000 e regime florestal

4.4 Instrumentos de gestão florestal

No concelho de Reguengos de Monsaraz a Herdade do Esporão apresenta um plano de gestão florestal, embora neste momento se encontre em revisão.

4.5 Zonas de recreio florestal, caça e pesca

Nos sistemas florestais o objectivo ou objectivos de produção dependem da manutenção e sustentabilidade dos ecossistemas onde se encontram inseridos, através de uma combinação ponderada de várias funcionalidades, tais como a caça, a pesca, o recreio, etc. A cinegética aparece, normalmente, como produção associada à

produção florestal e à pecuária extensiva, usufruindo do alimento, protecção e manutenção dos habitats, que estes sistemas potenciam (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central, 2006).

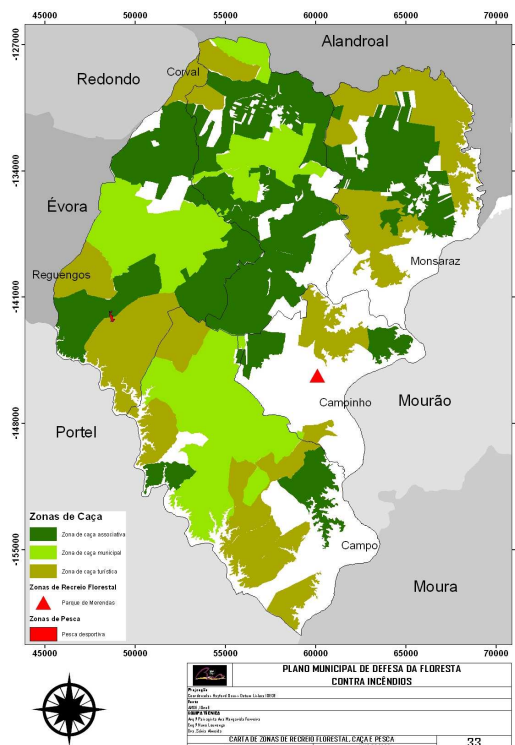
Em termos de zonas de caça existem no concelho 54 zonas de caça, que ocupam cerca 34 676 ha. As zonas de caça existentes estão classificadas como turísticas (11 464 ha), municipais (9 106 ha) e associativa (14 106 ha).

A pesca em águas interiores tem um peso económico bastante mais reduzido que a caça, estando dependente da produtividade dos espelhos de água, a qual está relacionadas com a gestão do meio aquático e das áreas envolventes (Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo Central, 2006).

No Concelho a Albufeira de Alqueva constitui a principal zona de pesca, podendo ser praticada a pesca desportiva.

A nível de propriedade privada verifica-se de acordo com os dados da DGRF (2008) que a única zona de pesca licenciada é a Albufeira do Esporão, onde se pode praticar igualmente a pesca desportiva.

Em termos de zonas de recreio florestal existe apenas um parque de merendas localizado perto do Campinho e da Albufeira de Alqueva.



Carta 52 – Carta das zonas de recreio florestal, caça e pesca

A actividade cinegética no Município de Reguengos de Monsaraz tem uma elevada tradição. Dada a superfície total da zona de caça é necessário ter em consideração comportamentos de riscos por parte dos caçadores, de forma a evitar ignições de incêndios florestais.

Relativamente às concessões de pesca, o Município de Vila Viçosa apresenta uma zona de pesca desportiva.

Durante o período crítico existem restrições ao acesso nas áreas florestais, no entanto, as zonas destinadas ao lazer e recreio constituem uma excepção, uma vez que, devidamente licenciadas, são passíveis de serem utilizadas pela população durante todo o ano, como tal, é importante fazer-lhes referência face às suas implicações na DFCI.

4.6 Romarias e Festas

Do quadro seguinte podemos constatar que o Concelho possui inúmeras festas e romarias, resultantes principalmente da cultura e tradição dos seus habitantes.

Destaca-se naturalmente o período de Junho a Setembro, onde se concentram a maior parte das festas tradicionais das várias localidades, coincidindo com o período crítico de incêndios, sendo o principal factor de risco o uso de foguetes.

Mês de realização	Datas	Freguesia	Lugar	Designação	Observações
Janeiro	Ultimo fim-de-semana	Corval	St. António do Baldio	Festas de Santo Ildefonso	Eventual uso de foguetes
Abril	25 de Abril (3 dias de duração)	Campo	S. Marcos do Campo	Festas do Senhor S. Marcos	Uso de foguetes
Abril	24 e 25 de Abril	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Comemorações do 25 de Abril	Uso de foguetes
Abril	Ultimo fim-de-semana	Corval	St. António do Baldio	Festas de Santo Isidro	Eventual uso de foguetes
Maio	15 Maio e dias adjacentes	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Exponáutica	
Maio	Ultimo fim-de-semana	Corval	S. Pedro do Corval	Festa Ibérica da Olaria e do Barro	Este certame realiza-se de 2 em 2 anos
Junho	13 de Junho e dias adjacentes	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	Festas de St. António	Uso de foguetes
Julho	Meados do mês	Monsaraz	Monsaraz	Monsaraz Museu Aberto	Uso de foguetes Certame que se realiza de 2 em 2 anos

Julho	Sem data certa	Reguengos de Monsaraz	Caridade	Festas de Nossa Senhora da Caridade	
Agosto	Primeiro fim-de-semana	Monsaraz	Barrada	Festa dos Hortelões	
Agosto	Primeiro fim-de-semana	Reguengos de Monsaraz	Perolivas	Festas de Nossa Senhora do Carmo	Uso de foguetes
Agosto	Primeiro fim-de-semana	Campinho	Campinho	Festas de Nossa Senhora das Dores	Uso de foguetes
Agosto	Segundo fim-de-semana	Campo	S. Marcos do Campo	Festas de Nossa Senhora do Rosário	Uso de foguetes
Agosto	15 de Agosto e dias adjacentes	Reguengos de Monsaraz	Reguengos de Monsaraz	EXPOREG	
Agosto	2º ou 3º fim de semana	Campo	Cumeada	Festas de Nossa Senhora da Conceição	Uso de foguetes
Agosto	Ultimo fim-de-semana	Corval	S. Pedro do Corval	Festas de Nossa Senhora do Rosário	Uso de foguetes
Setembro	Primeiro fim-de-semana	Monsaraz	Telheiro	Festas de S. Sebastião	Uso de foguetes
Setembro	Segundo fim-de-semana	Monsaraz	Monsaraz	Festas do Senhor Jesus dos Paços	Uso de foguetes
Setembro	Terceiro fim-de-semana	Monsaraz	Motrilinos	Festas de Nossa Senhora do Carmo	Eventual uso de foguetes
Setembro	Terceira semana	Corval	St. António do Baldio	Feira de Artesanato	
Setembro	Ultimo fim-de-semana	Monsaraz	Outeiro	Festas de Nossa Senhora da Orada	Uso de foguetes
Dezembro	8 de Dezembro e dias adjacentes	Monsaraz	Barrada	Festas de Nossa Senhora da Conceição	Uso de foguetes

Quadro 33 – Romarias e Festas do Concelho de Reguengos de Monsaraz

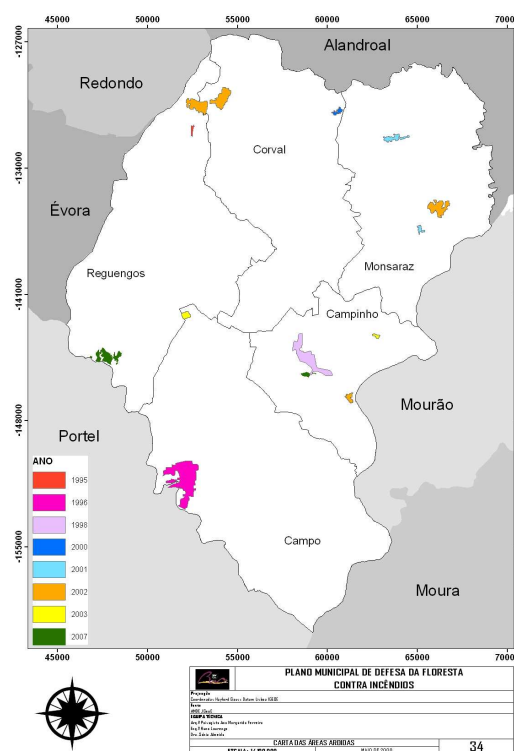
As festas e romarias que ocorrem ao longo do ano são muitas vezes responsáveis pelo início de diversos incêndios florestais, deste modo, é pertinente considerá-las como um factor relevante na DFCI. Uma das principais razões são os foguetes de artifício utilizados durante estes eventos, assim como alguma negligência, de diversa ordem, por parte das populações locais. A afluência de automóveis e pessoas durante estes períodos é também maior, sendo deste modo um período que merece especial atenção. É importante referir que não é permitido o lançamento de foguetes durante a época crítica de incêndios ou caso se verifique um elevado índice de risco temporal de

incêndio, excepto quando autorizada pela Câmara Municipal. Assim sendo, é imperativa uma fiscalização próxima das populações e localidades, por parte dos agentes da autoridade, sempre que estes períodos festivos coincidam com o período crítico de risco de incêndio.

5. Análise do histórico e da casualidade dos incêndios florestais

5.1. Área ardida e ocorrências

A análise da área ardida e ocorrências bem como as respectivas localizações e fontes de alerta durante os últimos anos permite-nos, avaliar a eficiência dos meios de vigilância e combate, mas também articular os meios de acordo com os pontos mais sensíveis.



Carta 53 – Carta das áreas ardidas
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.1.1. Distribuição anual

Nos últimos 26 anos verifica-se que a área ardida no Concelho de Reguengos de Monsaraz têm-se mantido constante, verificando-se apenas nos anos de 1992 e 2002 um acréscimo da área ardia face aos restantes anos.

Este facto verifica-se também relativamente ao número de ocorrências no Concelho, que apesar de uma estabilidade ao longo dos anos analisados, verifica três anos com valores mais elevados, nomeadamente 1981, 1994 e 2006.

Podemos então assim concluir que não existe qualquer relação entre o número de ocorrências e área ardida, visto que nos anos de 1981, 1994 e 2006, onde ocorreram mais ignições, correspondem a uma menor área ardida.

Pelo contrário nos anos com maior área ardida, corresponde a um menor número de ocorrências, em 1992 e 2002.

Na análise do último decénio verificou-se um número de ocorrências elevado (44 ocorrências) destruindo um total de 581 ha. Apesar da área ardida não ser muito significativa comparativamente com outras áreas do território nacional, o número de ocorrência é bastante elevado quando comparado com a área ardida. Este facto poderá ser explicado pela eficácia dos meios de detecção e combate.

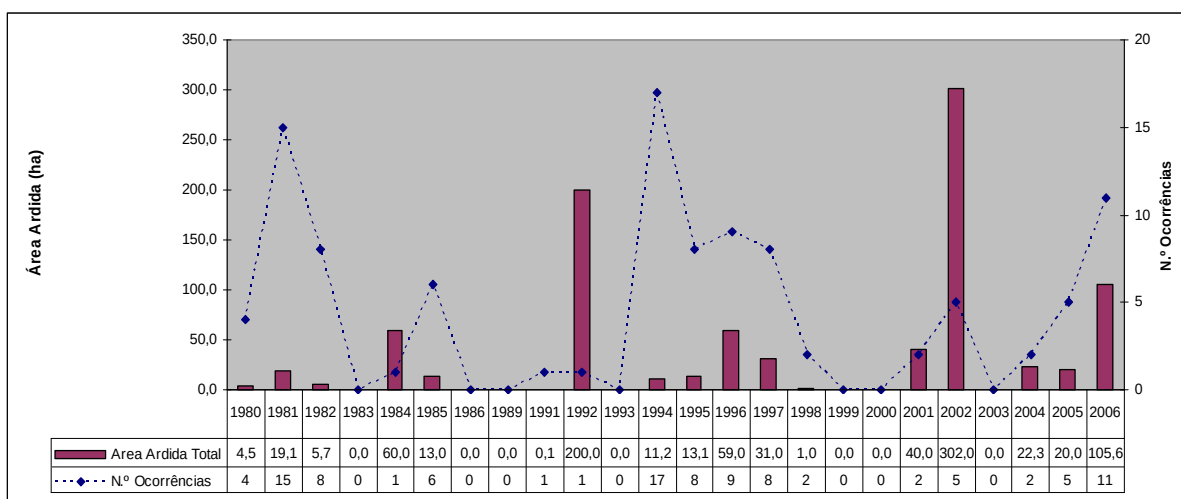


Gráfico 6 – Distribuição anual da área ardida e n.º ocorrências (1980-2006)
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

Da análise do gráfico seguinte, comparando o número de ocorrências e área ardida por freguesias em 2006, podemos constatar que relativamente ao último quinquénio, o número de ocorrências aumentou nas freguesias de Campinho e Corval, mantendo-se constante na freguesia de Campo, enquanto que este valor diminui nas freguesias de

Monsaraz e Reguengos de Monsaraz. Relativamente à área ardida, podemos constatar uma relação semelhante à verificada quanto ao número de ocorrências, destacando apenas a freguesia de Campo, onde a área ardida aumentou significativamente em 2006.

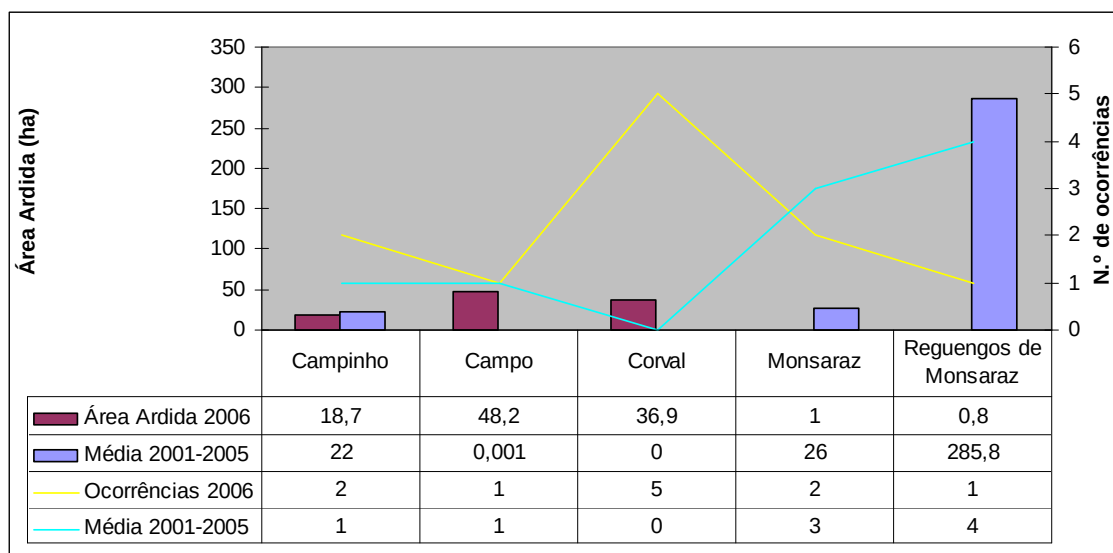


Gráfico 7 – Distribuição anual da área ardida e n.º ocorrências em 2006 e média do quinquénio 2001-2005 por freguesia
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

Da análise do gráfico referente à taxa de área ardida e número de ocorrências por 100 ha, constatamos que a freguesia mais afectada em termos de área ardida no último quinquénio é a de Reguengos de Monsaraz sendo igualmente a que regista uma maior taxa de ocorrência no mesmo período.

No ano 2006 verifica-se que a taxa de área ardida é mais significativa nas freguesias de Campo, Campinho e Corval, enquanto que a taxa de ocorrências é mais elevada nas freguesias de Campinho e Corval.

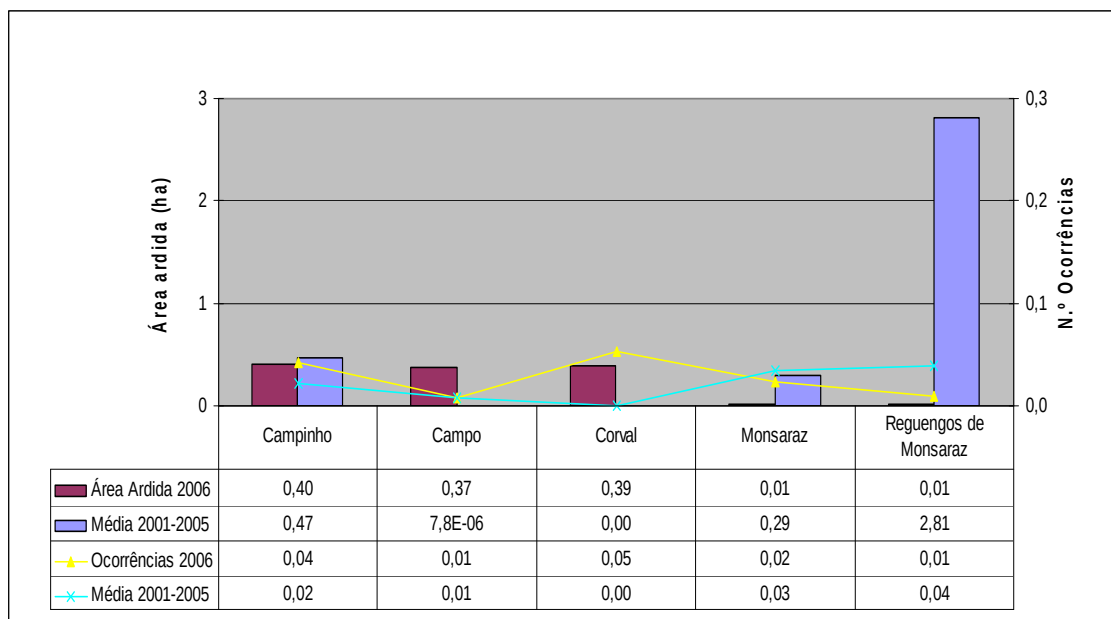


Gráfico 8 – Taxa da área ardida e n.º de ocorrências em 2006 e taxas médias do quinquénio 2001-2005 por freguesia
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.1.2. Distribuição mensal

Relativamente à área ardida em 2006 os meses que registam valores mais elevados são Junho, Julho e Setembro, verificando-se igualmente que o n.º de ocorrências foi mais elevado em Junho e Setembro.

Nos últimos 10 anos destaca-se o mês de Julho como o mês com maior número de área ardida, enquanto que, relativamente ao n.º de ocorrências destaca-se o mês de Junho. Conclui-se desta forma, que o período estival continua a ter o maior índice de ocorrências e área ardida para os anos em análise.

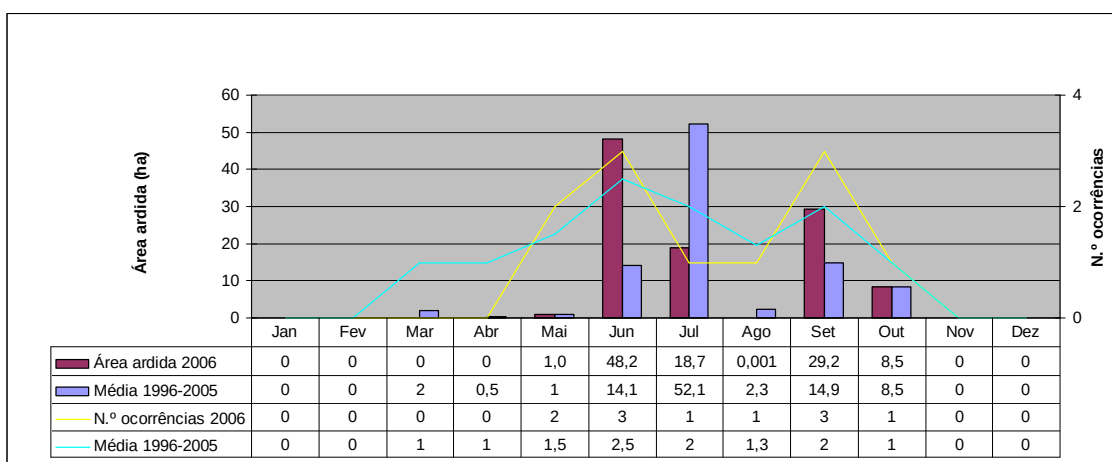


Gráfico 9 – Distribuição mensal da área ardida e n.º ocorrências em 2006 e média entre 1996-2005
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.1.3. Distribuição semanal

Da análise do gráfico seguinte verifica-se que a área ardida em 2006 ocorre com maior incidência às quartas-feiras e domingos, enquanto que o n.º de ocorrências se regista maioritariamente às segundas e quintas-feiras.

Quanto aos últimos 10 anos, destaca-se na área ardida o dia de domingo, confirmando-se uma grande tendência para o aumento da área ardida neste dia da semana.

Relativamente às ocorrências no período de tempo 1996-2005, verifica-se ser a sexta-feira o dia da semana com mais ocorrências, embora não se verifique grande variação ao longo da semana.

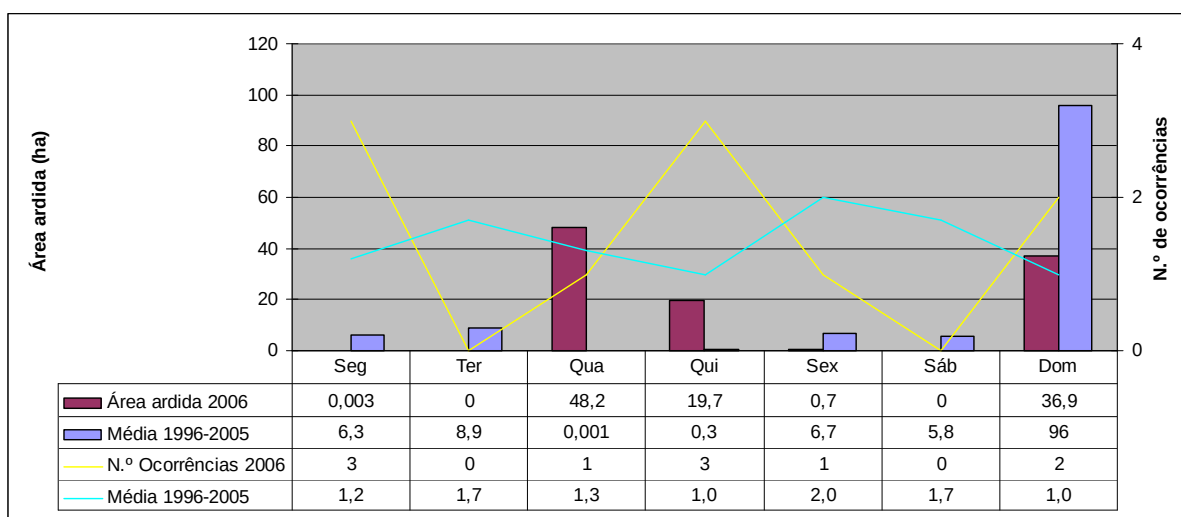


Gráfico 10 – Distribuição semanal da área ardida e n.º ocorrências em 2006 e média 1996-2005
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.1.4. Distribuição diária

Em termos de distribuição diária no último decénio registou-se, apenas um dia crítico relativamente ao conjunto dos dias analisados. O dia com maior área ardida foi 21 de Julho, com aproximadamente 300 ha.

Quanto ao n.º de ocorrências acumuladas podemos destacar o dia 02 de Julho embora existam mais 6 dias, 18 e 30 de Junho, 6 e 22 de Julho e 16 e 22 de Agosto, onde o n.º de ocorrências é próximo do dia 02 de Julho.

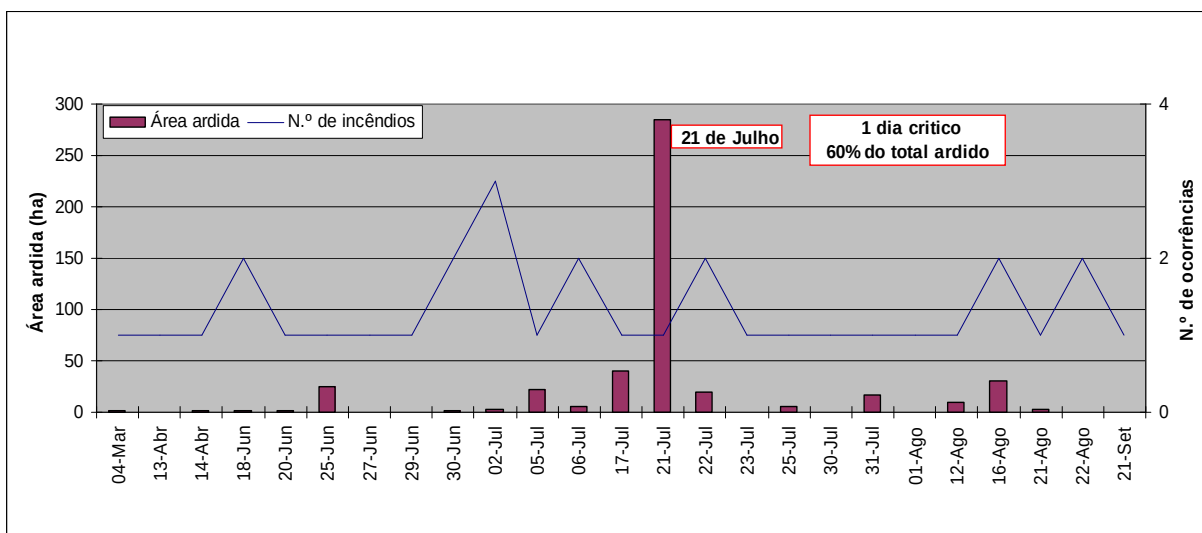


Gráfico 11 – Valores diários acumulados da área ardida e n.º ocorrências 1996-2005
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.1.5. Distribuição horária

Da análise do gráfico seguinte, conclui-se, que existe um período homogêneo onde verificamos a maior incidência de ocorrências e de área ardida ocorre entre as 12:00 e as 22:00 horas. No entanto, encontramos entre as 18:00 e as 19:00 horas o maior pico de área ardida. Estes dados confirmam que à medida que avançamos ao longo do dia e mais concretamente quando atingimos o período mais quente e com menor humidade do dia, ou seja, entre as 12:00 e as 18:59 horas, se verifica o maior agravamento de ocorrências e consequentemente, da área ardida.

Estes dados evidenciam que no que respeita à vigilância e detecção, a necessidade de a mesma incidir com maior precisão durante este período, permitindo uma pronta intervenção e consequente diminuição destes se tornarem em grandes incêndios.

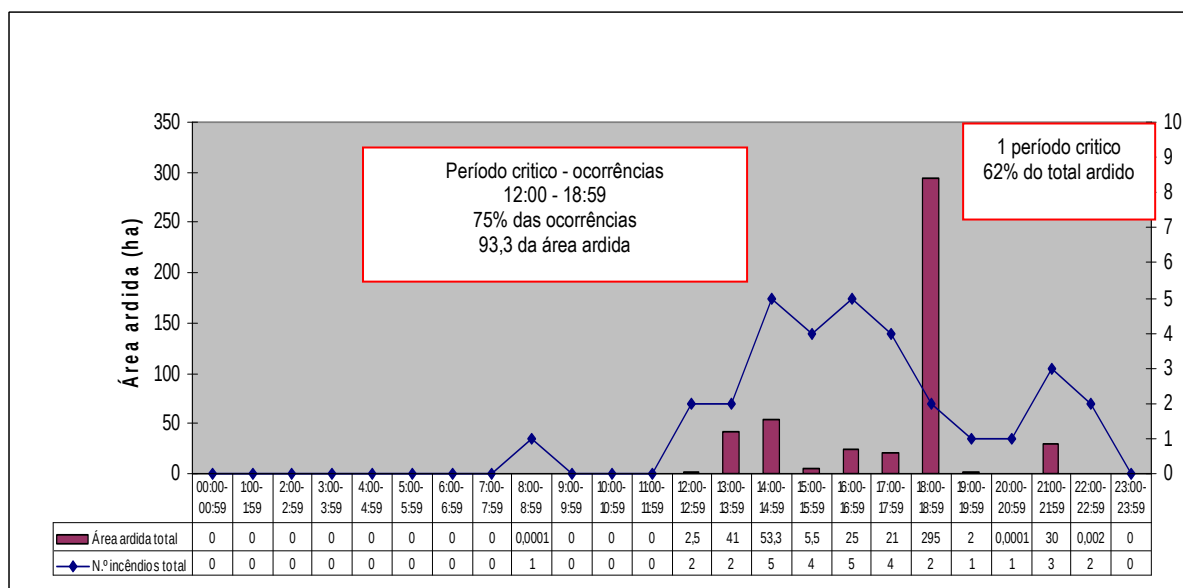


Gráfico 12 – Distribuição horária da área ardida e n.º ocorrências 1996-2005
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.2. Área Ardida por tipo de Coberto Vegetal

Analisando o gráfico 13 verificamos que os povoamentos florestais são aqueles que apresentam maior susceptibilidade à ocorrência de incêndios no nosso concelho. De 2001 a 2006 arderam 408,6 ha de povoamentos, enquanto que no mesmo período, arderam 81,3 ha de matos.

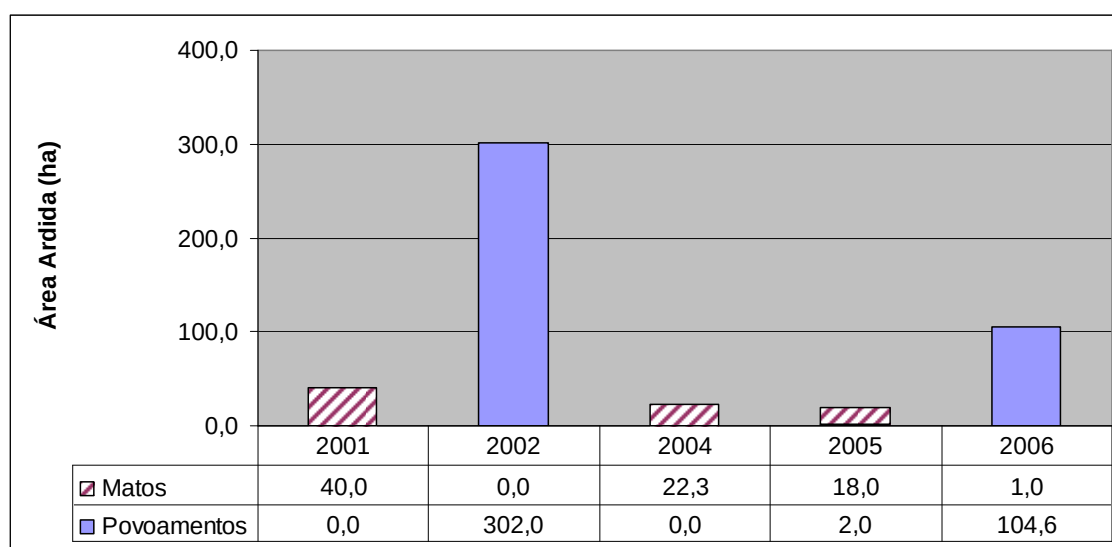


Gráfico 13 – Distribuição da área ardida por tipo de coberto vegetal 2001-2006
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.3. Área Ardida e numero de ocorrências por classes de extensão

Relativamente á área ardida por classes de extensão, verificamos que a maior quantidade de ocorrências traduz-se numa menor área ardida (<10ha). De realçar, que em apenas uma ocorrência se verificou 285ha de área ardida. De um modo geral, podemos concluir, que é inversamente proporcional a relação que existe entre o número de ocorrências e a área ardida, visto que, a um maior número de ocorrências corresponde uma menor quantidade de área ardida.

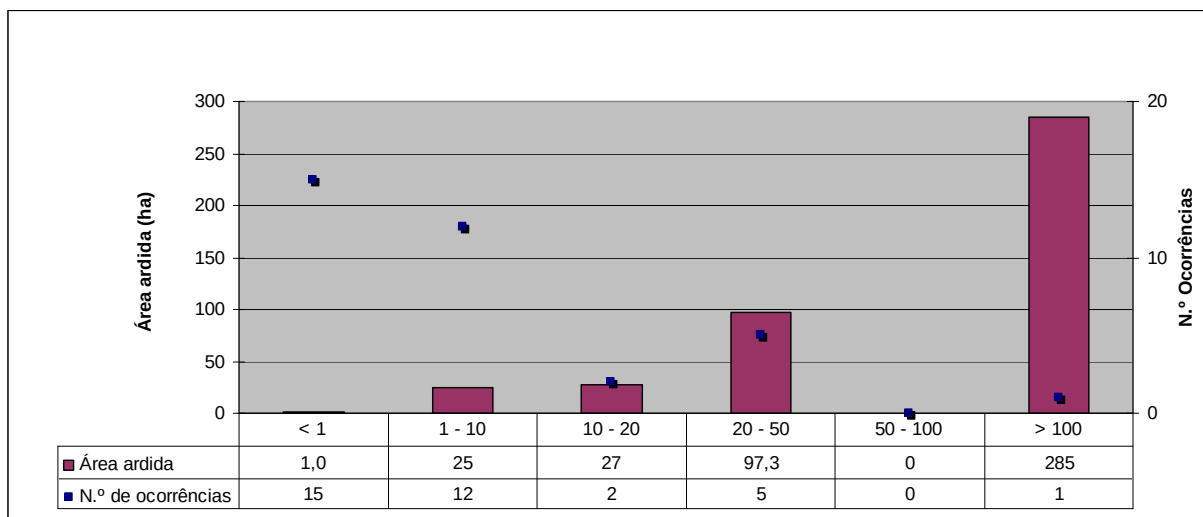


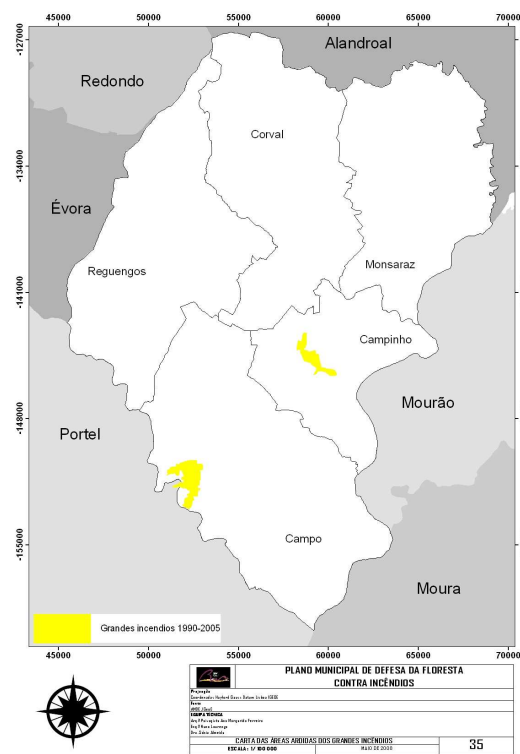
Gráfico 14 – Distribuição anual da área ardida e n.º ocorrências por classes de extensão 1996-2005
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.4. Grandes Incêndios

5.4.1 Distribuição Anual

No que respeita aos grandes incêndios (área >100ha) no nosso concelho, temos apenas como referência o ano de 2002, onde arderam cerca de 285 hectares em apenas uma ocorrência. O facto de apenas encontrar-mos um grande incêndio no ultimo decénio, poderá dever-se a vários factores, tais como, a rápida detecção e primeira intervenção quando surge um foco de incêndio, à adopção de uma correcta estratégia de combate, às características físicas do meio onde estes ocorrem, ou até mesmo, às condições climáticas favoráveis que se sentem nesse momento. No entanto, apesar de existir apenas referência numérica a um grande incêndio no concelho, os dados cartográficos obtidos através da DGRF, mencionam a existência de um outro grande incêndio. Devido a incoerência dos dados, optou-se por incluir no quadro de análise de grandes incêndios apenas o registo existente, enquanto na

cartografia o registo dos dois grandes incêndios, conforme se observa na carta seguinte.



Carta 54 – Carta das áreas ardidas dos grandes incêndios
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

Contudo, temos de sublinhar que neste tipo de acontecimentos, na maior parte das situações, o factor casualidade é bastante variável.

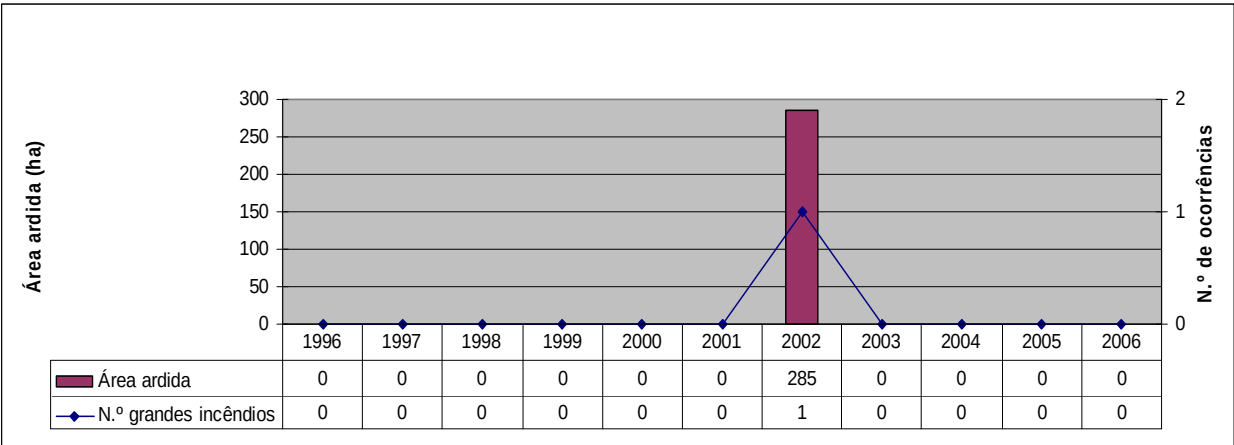


Gráfico 15 – Distribuição anual da área ardida e n.º ocorrências dos
Grandes incêndios 1996-2006
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

	Classes de área (ha)			
Ano	100-500	>500-1000	>1000	Total
1996	0	0	0	0
1997	0	0	0	0
1998	0	0	0	0
1999	0	0	0	0
2000	0	0	0	0
2001	0	0	0	0
2002	1	0	0	1
2003	0	0	0	0
2004	0	0	0	0
2005	0	0	0	0
2006	0	0	0	0
Total	1	0	0	1

Quadro 34 – Distribuição anual da área ardida e n.º de ocorrências

(Fonte: Direcção Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.4.2 Distribuição Mensal

Na análise da distribuição mensal dos grandes incêndios, verificamos que apenas o mês de Julho regista uma ocorrência com 285 hectares de área ardida. Estes dados confirmam o exposto na análise do gráfico anterior, acrescentado que o mesmo ocorreu durante o período estival.

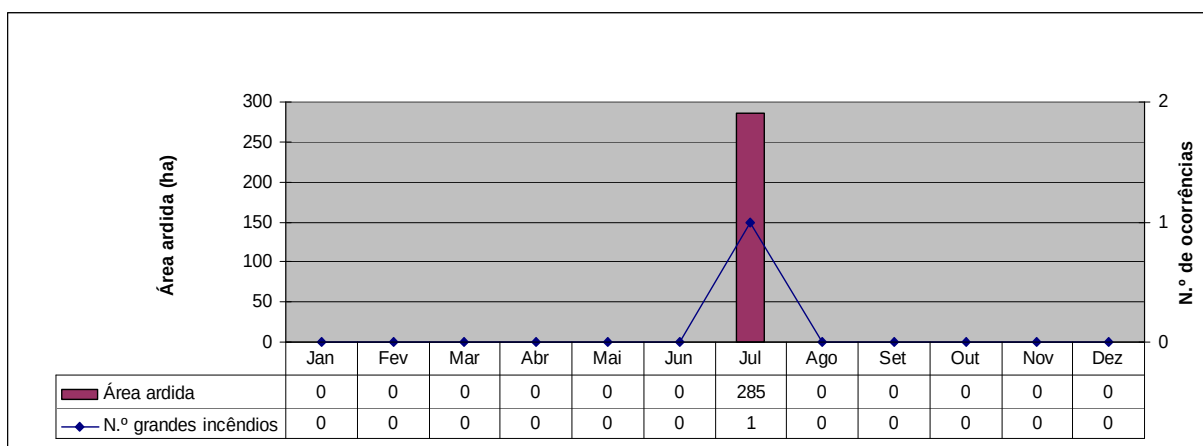


Gráfico 16 – Distribuição mensal da área ardida e n.º ocorrências dos grandes incêndios 1996-2006

(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.4.3 Distribuição Semanal

Da análise do seguinte gráfico verificamos que o único grande incêndio no último decénio registou-se na segunda-feira, afectando uma área de 285 ha.

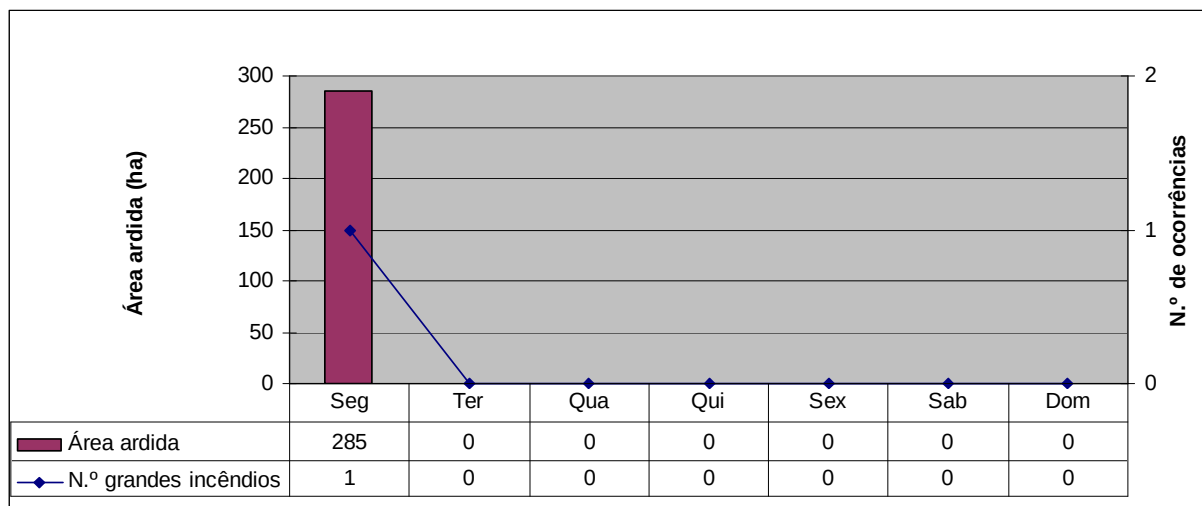


Gráfico 17 – Distribuição semanal da área ardida e n.º ocorrências dos grandes incêndios 1996-2006
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.4.4 Distribuição Horária

Dos dados constantes do gráfico verifica-se que apenas se registou um grande incêndio no período em estudo, entre as 18:00 e as 18:59 horas.

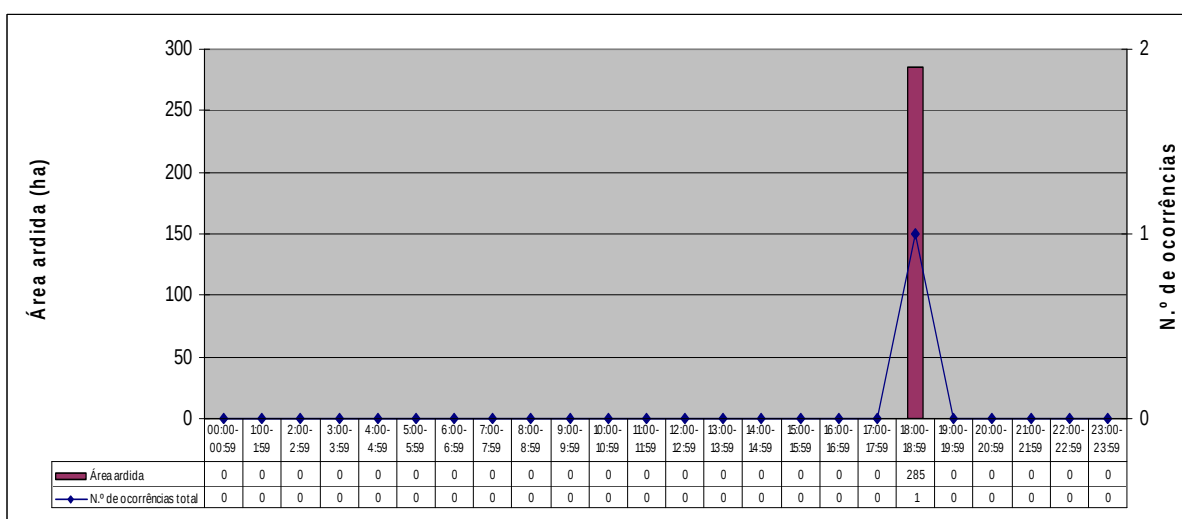
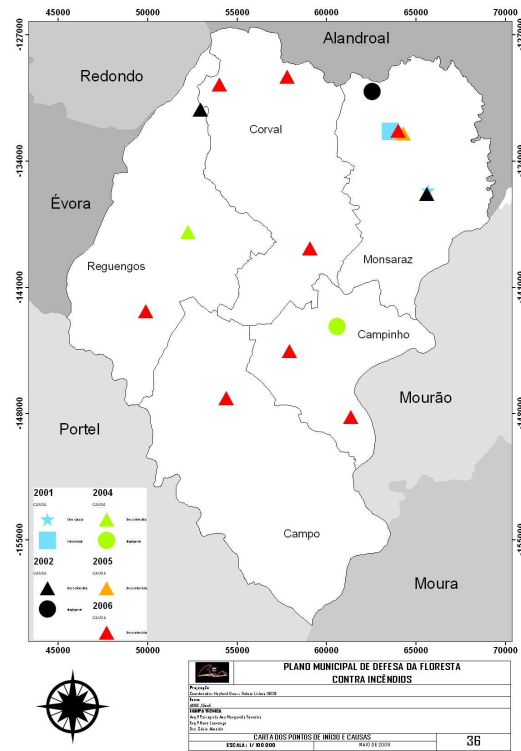


Gráfico 18 – Distribuição horária da área ardida e n.º ocorrências dos grandes incêndios 1996-2006
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

5.5 Pontos de início e causas



Carta 55 – Carta dos pontos de início e causa dos incêndios
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

Freguesia	Causas	Total de Incêndios	Nº de Incêndios Investigados
Reguengos	Intencional	5	-
	Desconhecida		5
	Negligente		-
	Sub-total		5
Monsaraz	Intencional	10	1
	Desconhecida		7
	Negligente		1
	Sub-total		9
Corval	Intencional	5	-
	Desconhecida		5
	Negligente		-
	Sub-total		5
Campinho	Intencional	3	-
	Desconhecida		2
	Negligente		1
	Sub-total		3
Campo	Intencional	2	-
	Desconhecida		2
	Negligente		-
	Sub-total		2

Quadro 35 – Causa dos incêndios entre 2001-2006

5.6 Fontes de alerta

Os incêndios ocorridos nos últimos anos tiveram como principal fonte de alerta os populares com 84% das ocorrências, seguindo-se os outros com 12% e por último a protecção civil com 4% das ocorrências.

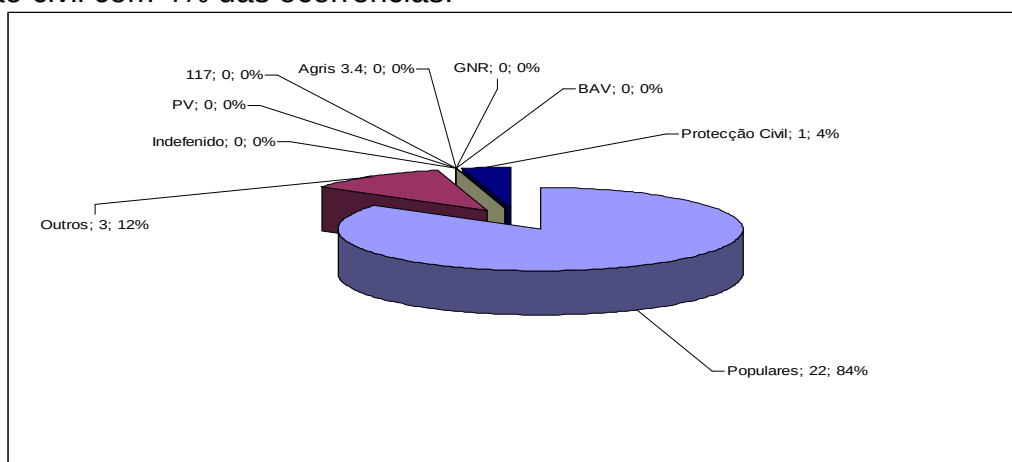


Gráfico 19 – Distribuição do n.º de ocorrências por fonte de alerta 2001-2006
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

Relativamente à distribuição do n.º de ocorrências por fonte e hora de alerta constatamos que as ocorrências se registam com maior incidência entre as 12:00 h e as 21:00 h, sendo os populares com a fonte de alerta com maior representatividade.

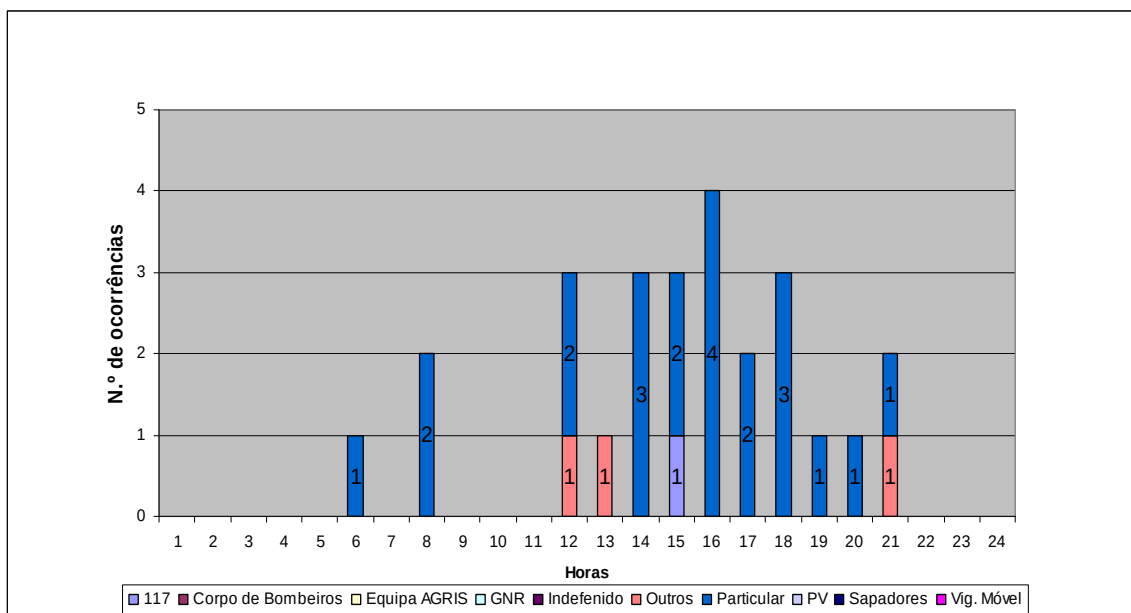


Gráfico 20 - Distribuição do n.º de ocorrências por fonte e hora de alerta 2001-2006
(Fonte: Direcção-Geral dos Recursos Florestais, 2007)

Considerações Finais

O presente Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios do Concelho de Reguengos de Monsaraz contém as acções necessárias à defesa da floresta contra incêndios que para além das acções de prevenção, a previsão e a programação integrada das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios com um horizonte de planeamento de 5 anos (2009-2013).

Foi elaborado em consonância com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alentejo.

O Plano apresentado pela autarquia permitirá desenvolver um conjunto de acções de prevenção e redução do risco de incêndio florestal, procurando prevenir para evitar ou diminuir o número de ocorrências, identificar as áreas mais vulneráveis ao risco de incêndio e as prioridades de actuação ao nível da prevenção, e encontrar as melhores formas de operacionalizar o combate, sistematizando os procedimentos de actuação em caso de incêndio florestal. As acções foram definidas com base na caracterização física e populacional do concelho, assim como a análise do histórico dos incêndios florestais e na cartografia de risco e vulnerabilidade do território aos incêndios florestais.

Consideramos ainda de extrema importância a constituição de um gabinete técnico florestal, não só para actualização do presente plano mas sobretudo para apoio aos diferentes agentes que intervêm na defesa da floresta contra incêndios na implementação do mesmo. Este gabinete poderá ser de carácter intermunicipal, em conjunto com o Municípios vizinhos, o que se revelará vantajoso.

Este gabinete em conjunto com a CMDFCI terá igualmente a responsabilidade de fomentar acções de sensibilização e consciencialização junto de toda a população para a importância de proteger o património florestal enquanto património essencial ao desenvolvimento sustentável da região. A defesa da floresta insere-se num contexto alargado de ambiente, ordenamento do território, desenvolvimento rural e protecção civil, em que todos, cidadão e entidades deverão ser responsáveis.

De referir ainda que o presente plano será actualizado sempre que a CMDFCI assim o entenda.

Referências Bibliográficas

Agris. Sub-Acção 3.4 – Prevenção de riscos provocados por agentes bióticos e abióticos. Circular de aplicação. Revisão em Março de 2004. Medida Agricultura e Desenvolvimento Rural do P.O. Regionais

Autoridade Nacional de Protecção Civil, (2007). “Plano Operacional Distrital-Defesa da Floresta Contra Incêndios”.

Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz, (1995). “Plano Director Municipal”.

CNR, (2005), “Orientações estratégicas para a recuperação das áreas ardidas em 2003 e 2004”. Equipa de Reflorestação, Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e das Florestas, MADRP.

Direcção Geral das Florestas (DGF), (2002). “Manual de silvicultura para a prevenção de incêndios”. Lisboa

DGRF, (2006). “Plano Regional Ordenamento Florestal do Alentejo Central”. Évora.

DGRF, (2006). “Guia metodológico para elaboração do Plano Municipal/Intermunicipal de Defesa da Floresta contra Incêndios. Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas. Lisboa

Fernandes, J.P., Guiomar, N., Cruz, C.S., (2006). “Análise comparativa das legendas disponíveis para a Cartografia de Ocupação do Solo e da Vegetação e adaptação da Legenda Corine Land Cover Nível 5 – Escala 1:10000. AMDE e CEEM. Évora.

Instituto de Meteorologia, IP (2007) – Normais Climatológica. Lisboa

Instituto Nacional de Estatística, (2001), “Censos 2001, Recenseamento Geral da População, Resultados Definitivos”. Lisboa:INE.

Presidência do Conselho de Ministro, (2006) “Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios”- Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho.

Presidência do Conselho de Ministro, (2006) “Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006 de 26 de Maio.